



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A DINÂMICA DO ‘CANCELAMENTO’ E OS MOVIMENTOS MINORITÁRIOS:
CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS E EMOÇÕES POLÍTICAS NO NOVO ESPAÇO
PÚBLICO BRASILEIRO.**

RAFAEL RODRIGUES LEITE

Recife

2021

RAFAEL RODRIGUES LEITE

**A DINÂMICA DO ‘CANCELAMENTO’ E OS MOVIMENTOS MINORITÁRIOS:
CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS E EMOÇÕES POLÍTICAS NO NOVO ESPAÇO
PÚBLICO BRASILEIRO.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais alocado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Dr^a. Roberta Bivar Carneiro Campos

Recife
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

Leite, Rafael Rodrigues.

A dinâmica do 'cancelamento' e os movimentos minoritários:
controvérsias públicas e emoções políticas no novo espaço
público brasileiro. / Rafael Rodrigues Leite. - Recife, 2021.
94 p.

Orientador(a): Roberta Bivar Carneiro Campos
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, Ciências Sociais - Bacharelado, 2021.

1. Cancelamento. 2. Controvérsias Públicas. 3. Emoções
Políticas. 4. Movimentos Minoritários. I. Campos, Roberta Bivar
Carneiro. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

RAFAEL RODRIGUES LEITE

**A DINÂMICA DO ‘CANCELAMENTO’ E OS MOVIMENTOS MINORITÁRIOS:
CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS E EMOÇÕES POLÍTICAS NO NOVO ESPAÇO
PÚBLICO BRASILEIRO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Ciências Sociais, alocado no Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais

Aprovado em: 16/12/2021

Prof^ª. Dr^ª. Roberta Bivar Carneiro Campos - Orientadora | DAM – UFPE

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hugo Menezes Neto | DAM - UFPE

Prof. Dr. Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho | PPGA - UFPE | CCJ - UFPB

Dedico esse trabalho à força coletiva e a todo ímpeto de transformação e mudança positiva a partir das pessoas e dos seus potenciais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo e à espiritualidade por me auxiliar e me trazer até aqui.

Agradeço à minha família, sem os quais eu não conseguiria estar onde estou. Obrigado pai e mãe por todo esforço em dar-me o melhor que puderam, em todos os momentos. Obrigado as minhas duas irmãs, pelo apoio necessário e por sempre me ouvir quando preciso.

Agradeço ao meu namorado Pablo, por estar comigo nessa caminhada e por sempre extrair o melhor de mim. Sem você, tudo isso se tornaria mais difícil.

Obrigado aos colegas e amigos que compartilharam incertezas, angústias, alegrias e até casa comigo durante a graduação. Vocês foram muitos importantes nessa caminhada e fizeram tudo valer a pena.

Agradeço também aos meus professores e professoras do curso de Ciências Sociais em nome de Roberta Campos, minha orientadora. Obrigado por todos os momentos e aprendizados.

Agradeço à PROAES e à política de assistência estudantil. Sou fruto da democratização das universidades e as bolsas estudantis foram essenciais para minha entrada, permanência e finalização desse ciclo da graduação. Viva o movimento estudantil!

Sempre pensei que nada se conquista sozinho, e isso é muito verdade. Citar nominalmente cada pessoa seria o ideal, mas eu arriscaria esquecer de alguém importante. Obrigado a cada um e a cada uma que me ajudaram, de forma direta ou indireta, a chegar até aqui. Com toda palavra de apoio, de esperança e também de crítica.

Gratidão! Essa conquista é nossa!

Por um mundo onde caibam todos os mundos
(Paráfrase do enunciado político do movimento
Zapatista)

RESUMO

A presente pesquisa exploratória pretendeu investigar a dinâmica do cancelamento enquanto (e em suas) controvérsia (s) pública (s), que reflete direta ou indiretamente pautas dos movimentos minoritários brasileiros, a partir da relação entre emoções e ação política. Para tanto, utilizamos da netnografia e da cartografia das controvérsias para, 1º, identificar os argumentos e as emoções acionadas pelos atores políticos envolvidos de alguma forma no episódio de cancelamento da antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz e, 2º, investigar as controvérsias públicas a partir dos discursos com relação ao cancelamento nas mídias digitais, dando foco aos atores políticos e dilemas envolvidos. Com isso, encontramos a acusação e o ressentimento enquanto categorias importantes de serem trabalhados em posteriores pesquisas, além de temas que tangenciam o objeto de estudo que é o cancelamento. A complexidade encontrada no “cancelamento” revela a importância de pesquisar a problemática, ainda mais considerando que o tema, embora se manifeste enquanto novidade em suas roupagens, dilemas, efeitos e nomenclatura, não parece ser algo inédito nem passageiro; muito menos concebido como algo que se restringe às mídias digitais ou ao momento pandêmico experienciado. Sendo assim, o cancelamento parece envolver aspectos caros para as ciências sociais dispostos no cenário das guerras culturais brasileiras, como a cibercultura, os marcadores sociais que se manifestam nas relações conflituosas mediante a distribuição desigual de poder social, as estratégias políticas de grupos específicos e alguns dilemas socioculturais importantes que se inserem nessa conjuntura.

Palavras-chave: Cancelamento; Controvérsias Públicas; Emoções Políticas; Movimentos Minoritários.

ABSTRACT

This exploratory research aimed to investigate the dynamics of the cancellation as (and in) public controversy(s), which directly or indirectly reflects the agendas of Brazilian minority movements, based on the relationship between emotions and political action. To do so, we used netnography and controversy cartography to, 1st, identify the arguments and emotions triggered by political actors involved in some way in the episode of the cancellation of the anthropologist and historian Lilia Schwarcz and, 2nd, investigate the public controversies from the discourses regarding the cancellation in digital media, focusing on political actors and dilemmas involved. With this, we found accusation and resentment as important categories to be worked on in further research, in addition to themes that touch on the object of study, which is the cancellation. The complexity found in "cancellation" reveals the importance of researching the problem, even more so considering that the theme, although new in its guises, dilemmas, effects, and nomenclature, does not seem to be something new or temporary; much less conceived as something restricted to digital media or to the pandemic moment experienced. Thus, cancellation seems to involve aspects that are important to the social sciences in the scenario of the Brazilian culture wars, such as cyberculture, the social markers that manifest themselves in conflicting relations through the unequal distribution of social power, the political strategies of specific groups, and some important socio-cultural dilemmas that are inserted in this conjuncture.

Keywords: Cancellation; Public Controversies; Political Emotions; Minority Movements.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (1).....	44
Imagem 2 - Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (2)	44
Imagem 3 - Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (3).....	45
Imagem 4 – Comentário representativo que trouxe à tona o episódio do manifesto anti-cotas assinado por Lilia Schwarcz.....	46
Imagem 5 – Pedido de desculpas de Lilia Schwarcz	47
Imagem 6 – Comentários representativos ao pedido de desculpas de Lilia Schwarcz (1).....	48
Imagem 7 – Diálogo entre as percepções afrofuturistas acerca do episódio.....	49
Imagem 8 - Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (4).....	49
Imagem 9 - Comentário representativo ao pedido de desculpas de Lilia Schwarcz (2).....	50
Imagem 10 – Comentário de Preto Zé ao episódio cheio de referências e argumentos acerca do trabalho de Beyoncé para as causas negras.....	50-51
Imagem 11 – Post do Instagram de Preto Zé acerca do que pode representar episódios de pressão social sobre empresas para o movimento negro.....	51
Imagem 12 – Comentário representativo que associa a aliança entre liberais e marxistas na ânsia da crítica à Beyoncé, nesse episódio específico.....	52
Imagem 13 – Post da influenciadora Tia Má no Instagram acerca do texto de Lilia Schwarcz.....	52
Imagem 14 – Stories de cantora Iza no Instagram acerca do texto de Lilia Schwarcz.....	53
Imagem 15 – Dois memes representativos sobre o episódio que foram publicados nas redes sociais.....	53
Imagem 16 – Comentário representativo que chama atenção para um uso indevido do conceito de “Lugar de fala” nesse episódio.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 O PROCESSO DE PESQUISA NA PANDEMIA E A RELAÇÃO COM O CANCELAMENTO.....	13
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	15
1.2.1 Instrumentos para coleta/análise de dados – Netnografia.....	15
1.2.2 Cartografia das controvérsias.....	18
2. O NOVO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO E A DINÂMICA DO CANCELAMENTO.....	20
2.1 COMO A LITERATURA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PODE NOS AJUDAR NA COMPREENSÃO DESSE FENÔMENO?.....	23
2.2 CIBERATIVISMOS E AS MÍDIAS DIGITAIS NA REDE SOCIOTÉCNICA.....	25
2.3 BOICOTES, CANCELAMENTOS E REPUTAÇÕES.....	27
3. MOVIMENTOS MINORITÁRIOS/IDENTITÁRIOS E A MUDANÇA CULTURAL...29	
3.1 A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DIMENSÃO AFETIVA DA POLÍTICA.....	31
3.2 PORQUE MOVIMENTOS “MINORITÁRIOS” E NÃO “IDENTITÁRIOS”?.....	34
3.3 UMA EMOÇÃO EM EBULIÇÃO: O RESSENTIMENTO COMO MOTOR POLÍTICO.....	36
3.4 REVITALIZANDO A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	40
4. O CASO LILIA SCHWARCZ E A PROBLEMÁTICA DO “LUGAR DE FALA”.....42	
4.1 AS ESTRATÉGIAS DE ATAQUE.....	43
4.2 A SENTENÇA RETRATATÓRIA E MAIS REAÇÕES.....	47
4.3 ENTREVISTA PARA O “RODA VIVA”.....	54
4.4 O CANCELAMENTO E SUAS EMOÇÕES: O RESSENTIMENTO MANIFESTADO...55	
5. O CENÁRIO DO CANCELAMENTO NO DEBATE PÚBLICO E SUAS REPERCUSSÕES.....59	
5.1 AS CONTROVÉRSIAS DO CANCELAMENTO NA ACADEMIA.....	63
5.2 AS CONTROVÉRSIAS DO CANCELAMENTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	72
5.3 AS CONTROVÉRSIAS E REPERCUSSÕES DO BBB 21.....	76
5.4 O QUE AS CONTROVÉRSIAS NOS DIZEM SOBRE O CANCELAMENTO?.....	80
6. CONCLUSÕES – ABERTURA PARA O CAMPO.....83	
REFERÊNCIAS.....88	

1. INTRODUÇÃO

No debate público brasileiro, de uns anos para cá, podemos observar cada vez mais argumentos públicos de ativistas e/ou militantes de movimentos sociais. Esse fenômeno é recente, em virtude da emergência das mídias digitais, de seu processo de democratização e do processo de cidadania brasileira (BOSCO, 2017).

Nesse cenário brasileiro, as eleições de 2018 alavancaram um momento político bastante acirrado. Além da polarização, própria dos últimos anos em boa parte do mundo ocidental e o aprofundamento de políticas antidemocráticas (BROWN, 2019), se fez notória uma grande deslegitimação dos movimentos sociais nas últimas eleições presidenciais. Por isso, é interessante observar os contrastes, as estratégias e os atores políticos envolvidos nesse momento do novo espaço público brasileiro (BOSCO, 2017)¹.

Nesse sentido, um dos mecanismos que está se imbricando nesse cenário, o qual iremos desdobrar nessa pesquisa, é o que está se denominando de “Cultura do Cancelamento”: uma dinâmica que atualmente consiste na tentativa de questionar a legitimidade e expurgar, ao mesmo temporariamente, uma pessoa, empresa ou grupo com relativa fama e/ou influência, da mídia ou da arena pública por ocasião de alguma declaração ou atitude considerada inapropriada sob certas moralidades. Sem dúvidas, a prática do linchamento não é algo novo. Entretanto, o que estamos considerando tratar aqui se refere ao que alguns chamam, mas não se qualifica em consenso, de “linchamento” feito nas redes digitais na era da internet e da revolução digital que, aliado a outros aspectos, está se convencendo chamar, em termos êmicos do campo, de Cancelamento².

Por esse caminho, para a presente pesquisa exploratória, vamos nos dedicar ao episódio emblemático de cancelamento da antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, em agosto de 2020, depois de um texto crítico ao filme “Black is King” da cantora Beyoncé, escrito para o jornal Folha de São Paulo, que repercutiu não só nas mídias digitais, mas também na academia; identificando suas controvérsias e intersecções entre emoções e ação política. Além disso,

¹ “O que é ‘guerra-cultural’. E por que a expressão está em alta”, 2019. Por Juliana Sayuri – Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/10/O-que-%C3%A9-%E2%80%98guerra-cultural%E2%80%99.-E-por-que-a-express%C3%A3o-est%C3%A1-em-alta>.

² “O que é a 'cultura de cancelamento'”, 2020. Por Mariana Sanches - BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53537542>.

também vamos nos dispor de controvérsias públicas sobre o cancelamento no debate público, mediante repercussão de opiniões representativas de personalidades acadêmicas e dos movimentos sociais, considerando critérios como diversificação de marcadores sociais, alcance da controvérsia e disponibilização dos dados.

Embora haja muita literatura sobre movimentos sociais nas ciências sociais, as análises sobre a relação entre emoções/política e movimentos sociais na Antropologia não discorrem muito sobre a dimensão das mídias sociais digitais (para algumas análises da relação emoções e movimentos sociais ver BUTLER, 2015; 2018; 2019; HONETH, 2003; VIANNA; FARIAS, 2011; SAFATLE, 2015; JIMENO, 2010; ROLEMBERG, 2021; FREIRE, 2007; EFREM FILHO, 2017; 2021). Sabemos a importância das emoções no debate público, mas ainda faltam análises sobre a medida com a qual os movimentos sociais são afetados e se produzem nessa relação no novo espaço público brasileiro, ancorado também na internet.

Por isso, a pesquisa tem uma importância teórico-metodológica pela própria natureza do que pretende tratar: um novo espaço público brasileiro surgido justamente com a democratização da internet e a emergência de temas dos movimentos minoritários ou “identitários”, decidindo ou ao menos colaborando muito para o rumo dos debates eleitorais e políticos. Essa presente pesquisa, portanto, se firma em duas necessidades: debruçar sobre o fenômeno dos movimentos sociais minoritários, “identitários” (ou dos “Novos Movimentos Culturais” como Goldman (2007) coloca), articulado com a área de Antropologia das Emoções em primeiro lugar, mediante a dinâmica do Cancelamento, em segundo lugar.

Nesse sentido, como estamos falando de um fenômeno relativamente novo se considerarmos os moldes e suas forças contemporâneas, estudar as controvérsias públicas de discursos sobre episódios de cancelamento é importante para entendermos os paradoxos dessa prática e como ela tem se relacionado, direta ou indiretamente, com o modus operandi de alguns setores dos movimentos sociais³. Entretanto, estudar essas mesmas controvérsias aliadas ao fator das emoções políticas, ou seja, como uma dinâmica de elaborações de afetos e disposições sociais que informam atitudes e posicionamentos de grupos, ressoa como algo necessário, pois

³ Filipe Campello, docente de Filosofia da UFPE, tem se interessado em pesquisar sobre a temática do Cancelamento, associando-o ao autoritarismo. Entre os textos publicados em colunas de jornais, destaco este: <http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/comunidade/coluna-anpof/2499-paradoxos-do-cancelamento> e essa matéria: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/07/30/para-filosofo-cultura-do-cancelamento-poder-tiro-no-pe-de-progressistas.htm>, ambos de 2020.

rompe com as propostas rasas e enviesadas de julgamentos de valor dessa dinâmica revitalizada nas mídias digitais.

Portanto, essa presente pesquisa, ancorada numa perspectiva que entende a problemática e reconhece a potência das emoções para as mobilizações coletivas, está a contornar a equação da construção do novo espaço público brasileiro onde movimentos sociais minoritários⁴ ganham força, tendo por objetivo investigar discursos com relação ao cancelamento nas mídias digitais enquanto controvérsia pública que evidencia direta ou indiretamente pautas dos movimentos sociais minoritários no debate público, baseando-se na interseção entre emoções e ação política.

1.1 O PROCESSO DE PESQUISA NA PANDEMIA E A RELAÇÃO COM O CANCELAMENTO

Inevitavelmente, a pandemia de Covid-19 modificou as nossas vidas no mundo todo. Embora ela não tenha transcorrido do mesmo modo em todos os lugares e entre todos os grupos, sem dúvidas esse processo ocasionou mudanças significativas em termos sociais, econômicos, políticos e emocionais. Sem falar nas consequências humanas e sociais que a negligência à pandemia na esfera política ocasionou, principalmente para determinados grupos mais marginalizados socioculturalmente, para a área de pesquisa esse evento também trouxe consequências devastadoras, pois desestabilizou milhares de pesquisas que tinham sido pensadas somente para a dimensão presencial off-line. Entretanto, por isso mesmo, a pandemia nos trouxe justamente a possibilidade de repensar o campo de forma mais apurada ao pensar em alternativas de coleta e análise de dados em meio ao aparente caos que as consequências das desastrosas relações humanas com o meio ambiente, que se manifestou dessa vez na pandemia, nos trouxeram.

O encontro etnográfico numa pesquisa antropológica se baseia em processos de interação e afetação (FAVRET-SAADA, 2005). Numa perspectiva antropológica orientada para as emoções, essas dimensões se colocam de forma ainda mais aguçada. A perspectiva de pensar nossos trajetos, interações e mecanismos de representações é imprescindível para a necessária reflexividade na (da) prática antropológica (CLIFFORD, 2008). Para um cenário pandêmico, esse processo teve que ser repensado na inserção com o ambiente on-line, muito

⁴ Os movimentos sociais que, para além das relações de opressões materiais, se pautam numa política da diferença, como os movimentos negro, feminista e LGBTQIA+, entre outros

orientado pelas (através das) mídias digitais. Entretanto, as preocupações teórico-metodológicas não são tão diferentes assim em comparação com as pesquisas para ambientes off-line. Nesse sentido, para adequação da perspectiva que este trabalho está inserido, convém demarcar de onde o presente pesquisador vos fala: sou um corpo dissidente não-hegemônico, homem cis gay, pardo com passabilidade branca e interiorano do agreste pernambucano.

Nesse sentido, com vistas a uma preocupação justa com a responsabilidade antropológica, podemos com certeza dizer, através dos estudos sobre etnografia on-line/netnografia e derivantes (HINE, 2004; KONIZETS, 2007, 2014; LEITÃO; GOMES, 2017; POLIVANOV, 2013), que uma pesquisa em ambiente digital em nada perde sua potência para a pesquisa presencial ou etnográfica clássica, muito pelo contrário: a qualidade de uma pesquisa vai depender dos encontros que estabelecemos com o campo, o que pode até ser mais convidativo e eficaz sendo ele estabelecido no ambiente virtual, ainda mais se o objeto e problemas de pesquisas se concentrem ou forem elementarmente derivados desse cenário digital (como é o caso desse presente estudo).

Dito isso, podemos pensar em algum momento na relação entre episódios de cancelamento ou “linchamento virtual” com a pandemia. Apesar de parecer estar mais evidenciado e exaltando maior densidade nesse momento em que as mídias digitais estão sendo muito mais utilizadas, podemos compreender episódios de cancelamento ou de linchamento virtual anteriormente a esse cenário pandêmico (BOSCO, 2017; FREITAS, 2017). É importante que se diga isso para que possamos compreender que não foi a pandemia quem criou esse cenário no mundo virtual, embora seja verdade que a intensidade de acesso on-line durante a pandemia possa ter alavancado ainda mais os ânimos, o que talvez tenha se traduzido em cada vez mais episódios como esses.

Portanto, após elucidarmos esses pontos de contato entre o cancelamento e a pandemia para que possamos caminhar por dentro dos episódios aqui analisados mais cientes de onde estamos pisando, vamos agora pensar sobre quais alicerces estão sendo acionados para a imersão no campo nessa presente pesquisa.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Como já evidenciado, essa pesquisa, de caráter exploratório, nasce com o objetivo de investigar a dinâmica do Cancelamento enquanto (e em suas) controvérsia (s) pública (s), que reflete direta ou indiretamente pautas dos movimentos minoritários brasileiros, a partir da relação entre emoções e ação política. Para tanto, buscamos trabalhar em dois movimentos: 1º) identificar os argumentos e as emoções acionadas pelos atores políticos envolvidos de alguma forma no episódio de cancelamento escolhido para a pesquisa; 2º) investigar as controvérsias públicas a partir dos discursos com relação ao cancelamento nas mídias digitais, dando foco aos atores políticos e dilemas envolvidos.

Em termos gerais, o ciberespaço se apresenta como um lugar amplo e diversificado que oferece uma infinidade de conteúdos e mensagens. Esse “novo” universo é cada vez mais espaço de expressão e promoção de diversos grupos e ‘subculturas’ (LÉVY, 2007). Com o desenvolvimento e a popularização do ciberespaço, as pessoas passaram a ter acesso não apenas à informação, mas a novas formas de associação, sociabilidade e relacionamentos entre indivíduos em escala mundial (LÉVY, 2009). A partir dessa popularização, a criação e expansão de novos vínculos sociais e afetivos proliferam na medida em que também promovem a formação de grupos de interesse.

O espaço virtual não é assim, portanto, apenas responsável por quebrar barreiras de tempo e espaço, circulação de dinheiro e objetos, construção de alianças e vínculos socioafetivos, mas acima de tudo ideias, ideologias e valores. Desta forma, o campo na internet se manifesta em sua hipertextualidade e torna-se espaço de importância da investigação social para entendermos os códigos de muitos grupos, dentre eles os movimentos sociais, pois é também através do ciberespaço que se formam opiniões, consolidam-se ideias e há mobilização política na contemporaneidade (CASTELLS, 2013).

1.2.1 Instrumentos para coleta/análise de dados - Netnografia

Estrategicamente, o objeto empírico da presente pesquisa que se qualifica enquanto exploratória está delimitado às controvérsias públicas acerca do Cancelamento mediante atores envolvidos no novo espaço público brasileiro (BOSCO, 2017). Vamos nos dispor do caso de cancelamento da antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, por ser um episódio de grande repercussão não somente nas mídias digitais, mas também na academia, e por ser um caso que

conseguimos percorrer seu desenvolvimento e efeitos provocados. Em um segundo momento, vamos nos dispor de discursos no cenário público quanto ao cancelamento no geral.

Procuramos coletar, em sua maioria, postagens e comentários de atores relacionados ao cenário em análise (seja endossando ou se contrapondo). Nesse sentido, nos interessa as repercussões negativas e positivas sobre a dinâmica do cancelamento. Priorizaremos a rede social Twitter no episódio de cancelamento de Lilia Schwarcz, primeiro momento da pesquisa, por considerar um espaço privilegiado onde essas dinâmicas de cancelamentos estão ocorrendo. Com isso, considerando o modo de funcionamento do Twitter, os critérios de seleção se basearam no alcance e representatividade dos comentários e também dos atores relacionados e utilizados para evidenciar e expor o episódio.

Para a identificação das controvérsias acerca do cancelamento no debate público, segundo momento da pesquisa, foi feita uma seleção de textos e vídeos representativos, disponíveis nas mídias sociais digitais, de personalidades acadêmicas e/ou ativistas de movimentos sociais que emitiram algum posicionamento acerca dessa temática. A escolha desses personagens e materiais coletados foi feita considerando a disponibilidade dos dados, repercussão da controvérsia e diversificação dos atores envolvidos baseada nos marcadores sociais de gênero, raça e orientação sexual.

Uma vez que a revolução digital impacta hoje todas as esferas da vida (LÉVY, 2009), os movimentos sociais e suas militâncias também são influenciados pelas novas mídias e novos modos de fazer política (PEREIRA, 2011). Esta pesquisa optou por uma metodologia online para evidenciar as dinâmicas relacionadas neste universo e o modo de fazer política que nele se manifesta. Observamos que, com isso, não estamos argumentando em favor da desconexão da realidade online em relação à off-line, ou vice-versa; muito pelo contrário, essas duas realidades estão intrinsecamente associadas e relacionadas. Entretanto, o recorte empírico da presente pesquisa são as mídias sociais digitais em suas repercussões no cenário público. Com isso, estamos procurando também analisar como os temas dos movimentos sociais se manifestam nas mídias digitais através da dinâmica do Cancelamento. Pelo caráter mais radicalizador da arena digital (WELTMAN, 2015), o modus operante de fazer política dos movimentos minoritários brasileiros vem se transformando, e é importante que análises sejam feitas sobre essa temática.

De acordo com os debates metodológicos que as ciências humanas estão fazendo sobre esse novo espaço social que é a esfera digital (HINE, 2004; FRAGOSO; RECUERO;

AMARAL, 2011; POLIVANOV, 2013; FERRAZ; ALVES, 2017), muito se pensa sobre o termo mais apropriado para designar uma pesquisa na internet (Netnografia, Etnografia On-line, Etnografia, Virtual, Etnografia Digital, Ciberantropologia, Webetnografia, etc). Escolhemos netnografia como termo apropriado para a presente pesquisa por encontrar pressupostos mais sólidos em suas disposições, que podem se traduzir em contribuições importantes para os estudos no meio digital/virtual/on-line na antropologia, e não só restritamente à área das comunicações e marketing (NOVELI, 2010).

Para além das ferramentas que são administradas de formas distintas mediante a tradição metodológica para pesquisa on-line que podemos tratar – o que nos traz potencialidades e limites inerentes - convém lembrar que para além do termo apropriado, o que vai nos interessar aqui são quais as melhores estratégias para investigação e análise do problema de pesquisa proposto (LEITÃO; GOMES, 2017).

Nesse sentido, segundo Konizets (2007, 2014), a netnografia pode ser utilizada de três diferentes maneiras principais: 1) como metodologia para estudar culturas cibernéticas e comunidades virtuais; 2) como ferramenta metodológica para estudar culturas cibernéticas e comunidades virtuais derivadas; e 3) como ferramenta exploratória para estudar tópicos em geral. A presente pesquisa se propôs se utilizar a netnografia dessa última maneira, como uma ferramenta exploratória para identificar as mobilizações emocionais e controvérsias públicas dos atores envolvidos nos temas que estamos tratando e que em muito se concentra na internet (daí a importância da netnografia).

Ainda segundo Kozinets, as análises netnográficas “podem variar ao longo de um espectro que vai desde ser intensamente participativa até ser completamente não-obstrutiva e observacional” (KOZINETTS, 2007, p. 15). Para o interesse dessa pesquisa, o tipo de relação estabelecida foi a de nível não-obstrutiva e observacional, por envolver um tema bastante complexo sem muita literatura própria, e por se tratar de uma monografia de graduação, com um limite pequeno de páginas pré-estabelecido. Nesse sentido, procuramos seguir GEERTZ (1978), em sua proposta da “descrição densa” e Noveli (2010), quando argumenta que a netnografia pode ser entendida como sinônimo de pesquisa com base em dados textuais, de preferência facilmente extraídos em grandes porções a um custo baixo e economizando-se tempo, através da comunicação mediada por computadores (CMC).

A extração dos textos narrativos obedeceu à sistematização metodológica: anotação de sua origem (em comunidade virtual foi publicado), data e autor da postagem e link para o

material, quando possível. Observou-se ainda algumas questões de ordem ética, como, por exemplo, se a postagem foi de caráter público ou restrito, bem como a preservação da identidade em casos que o sujeito não seja figura pública notória. Para densificação da situação netnografada, deu-se atenção, quando necessário, aos comentários subsequentes às postagens. A coleta de dados se deu durante os anos de 2020 e 2021, observando o contexto do episódio explorado e as ressonâncias do tema do cancelamento no debate público.

1.2.2 Cartografia das controvérsias

O processo interpretativo dos dados, que não se desmembra do processo de coleta dos dados, também se deu por meio da Cartografia das Controvérsias: trata-se de uma metodologia para tramas discursivas, ou melhor, gramáticas discursivas que se colocam em relação umas com as outras, no caso, ora na forma de embates, ora, talvez, na forma de negociações de sentidos (para exemplos do uso de controvérsias em pesquisas empíricas ver Campos, Gusmão, Maurício Júnior, 2015; Montero 2009; Giumbelli, 2011; Boltanski e Thévenot 2006; Habermas 2003, 2007).

Nos baseando na Cartografia das Controvérsias (CC), que dialoga com a Sociologia Pragmática (BARTHE; RÉMY; TROM, 2016) e se insere na Teoria Ator-Rede, em um projeto de antropologia simétrica (LATOUR, 2012) ao procurar o rastro de associações que se desestabilizam a partir das controvérsias (LEMOS, 2013), procuramos analisar as negociações que se estabelecem e os engajamentos que são desenhados para futuras resoluções de controvérsias que, para nosso caso, se trata dos episódios de cancelamento.

Diferentemente de outros tipos de análises mais “tradicionais” na antropologia no qual estamos a dialogar com grupos específicos, a Cartografia das Controvérsias é usada em problemas de pesquisa como o do presente trabalho, que envolve eventos e não necessariamente um grupo específico. Ou seja, em problemas de pesquisa que envolvem controvérsias, gerando desestabilização temporária das associações e a consequente abertura das caixas-pretas, que nada mais são do que os momentâneos consensos sociais que são reelaborados ou problematizados de alguma forma na arena pública por meio das controvérsias:

[...] Deve-se fazer o mapeamento antes que os envolvidos resolvam os seus problemas e tornem-se opacos uns aos outros, criando pontualizações ou caixas-pretas. A controvérsia é, conseqüentemente, a chave de leitura da abertura das caixas-pretas. Ela começa no movimento de abertura (destruição) e termina na geração das caixas-pretas. A CC é o mapa dos deslocamentos, indicando o que está circulando, apontando actantes (mediadores) e intermediários, o diagrama das relações de força. (LEMOS, 2013, p. 111).

Nesse sentido, para alcançar os objetivos elencados nessa pesquisa, convém utilizarmos também da CC como metodologia, uma vez que ela nos dá algumas ferramentas para trabalhar com esse “objeto” não tradicional na antropologia, os eventos (ou também chamados para o presente caso, ciberacontecimentos, conceituado mais adiante), procurando identificar e analisar os rastros dos *actantes* na mediação das associações, ou seja, as visões de mundo, disposições, atravessamentos e as questões emergentes dessa desestabilização gerada pela controvérsia (LEMOS, 2013, p. 122).

Nesse sentido, procuramos seguir o roteiro de Venturini (LEMOS, 2013, p. 118): 1º, definir bem a controvérsia, 2º, observar, descrever e sustentar que o objeto é controverso, 3º, identificar se a controvérsia é fria/quente, presente/passada, secreta/pública, de difícil acesso/acessível, limitada/ilimitada, etc, 4º, aplicar as lentes para a coleta de informações (recolher declarações, opiniões e ler a literatura especializada), 5º, identificar os actantes humanos e não-humanos e esboçar a rede que os liga, 6º, identificar os cosmogramas, as ideologias e visões de mundo (segundo os critérios da representatividade, influência e interesse).

2. O NOVO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO E A DINÂMICA DO CANCELAMENTO

O espaço público brasileiro historicamente se concebe enquanto um espaço predominantemente masculino e homogêneo (DAMATTA, 1985). Os movimentos sociais minoritários⁵ e suas pautas foram historicamente invisibilizados no debate público. Embora os movimentos minoritários brasileiros não sejam algo novo, eles só se efetivam no debate público na década de 2010, tendo o seu momento mais latente o ano de 2013 (BOSCO, 2017).

De um terreno bastante economicista, o espaço público brasileiro coloca-se em ebulição de temas relacionados às liberdades individuais e aos costumes (BOSCO, 2017). O caldo que dá a tônica aos debates eleitorais de 2014 e 2018, respectivamente, tiveram muito que ver com as pautas desses movimentos. Mas afinal, o que verdadeiramente fez com que os movimentos minoritários ganhassem força no debate público?

As manifestações de 2013 podem ser uma narrativa convincente para a compreensão desse fenômeno (ALONSO, 2017). Hoje, notamos que na época em que os movimentos sociais minoritários (“de esquerda”) começam a ditar o tom dos debates em todo o Brasil, os movimentos sociais “de direita” começaram a ganhar força e a se estruturarem. Mas de que forma e com quais estratégias os movimentos minoritários, como o movimento feminista, negro e LGBT, colocaram suas pautas no debate que já começa a se dicotomizar em 2013 para 2014?

Segundo Bosco (2017), no momento em que os movimentos minoritários ou “identitários”, se colocam no debate público no Brasil, há um crescimento de um acirramento político muito evidente. No bojo dos aspectos que talvez tenham motivado uma transformação do espaço público brasileiro, um aspecto que convém registrar aqui é a questão da revolução digital, responsável por uma transformação dos modos de conexão, informação e participação política (LÉVI, 2007; PEREIRA, 2011). É bem verdade que isso não se consagra totalmente em países como o Brasil, com uma imensa taxa de desigualdade social, porém, mesmo aqui se sente uma transformação da democratização da internet e do meio digital na vida das pessoas e na política, conseqüentemente.

⁵ Importante ressaltar que o termo “Movimentos Minoritários” durante todo o projeto está sendo concebido de acordo com Deleuze & Guatarri (1995) e sua perspectiva sobre os movimentos que acionam a molecularidade, a diferença, e não mediante o senso comum que o nome “Minoritários” nos traz em termos quantitativos ou até mesmo qualitativos. Escolhemos tratar esses chamados “Novos Movimentos Sociais” (ALONSO, 2009) como “Minoritários” e não “Identitários” como algumas literaturas chamam, porque não achamos que os tais movimentos, em seus propósitos, se reduzam a demandas meramente identitárias ou subjetivistas.

Outro aspecto intimamente relacionado com esse primeiro, mas que merece atenção separadamente por estar envolto de ideologias e controvérsias importantes, é o advento do que alguns chamam de pós-modernidade e outros de modernidade tardia: um momento da história mundial em que há uma mudança dos parâmetros nacionais e das grandes narrativas ideológicas do mundo (LYOTARD, 2002). Mais uma vez, é bem verdade que essas transformações não se colocam de modo concreto em todas as partes do mundo: no Brasil, por exemplo, há um questionamento se essa nova etapa historiográfica consegue se efetivar aqui. Porém, uma coisa não se pode negar é que com a globalização, esses aspectos estruturam o imaginário mundial e, com isso, os países “em desenvolvimento”, como o Brasil, também. Ou seja, em maior ou menor grau, a narrativa da pós-modernidade se coloca para todos (claro, imbricados com as narrativas e aspectos de cada país).

Para alguns, essas narrativas pós-modernas se colocam como aliadas ao neoliberalismo (HARVEY; SOBRAL, 1992). Desta forma, alguns setores dos movimentos de classe questionam a emergência dos movimentos “identitários”, como chamam, como uma contribuição à democracia ou à justiça social, uma vez que estariam eles aliados às políticas neoliberais, “pós-modernas” e individualistas. Para outros, a pós-modernidade, embora não completamente desenvolvida no Brasil aos moldes europeus ou estadunidenses, é uma condição histórica irrevogável, sob a qual temos que aprender a lidar (LYOTARD, 2002), o que acaba provocando alguns sintomas da crise de narrativas hegemônicas, inclusive para os movimentos sociais tradicionais unidimensionais (como o operário).

Os aspectos históricos de séculos de silenciamento das pautas dos movimentos sociais também corroboram para uma emergência acirrada destes no cenário político (BOSCO, 2017). O contexto latino-americano também é importante de ser colocado, uma vez que a emergência dos movimentos sociais brasileiros tem mais que ver com os do cenário da América Latina do que os dos países europeus ou norte-americanos, obviamente (GOHN, 2008; PONTES, 2015).

Como um dos prováveis embates diretos ou indiretos de articulação e disposição dos movimentos minoritários nesse novo cenário do espaço público brasileiro, está a chamada dinâmica do cancelamento, inserida majoritariamente nas mídias digitais, mas que informam e acabam por também extrapolar comportamentos para fora das redes, instaurando uma forma de lidar com determinados processos, uma “cultura”.

Por si só a Dinâmica do Cancelamento é vista sob um prisma bastante polarizado, até mesmo pelo próprio caráter da geopolítica mundial e nacional atual. Considerando o Brasil,

enquanto uns veem o “cancelamento” como sendo um mecanismo negativado elaborado por atores com posições necessariamente “de esquerda” levantando a bandeira do “politicamente correto” e/ou dispostos em uma “cultura da lacração”, outros chamam a atenção para o caráter positivo (como a visibilidade da opinião pública para um assunto marginalizado socioculturalmente) que exemplos de cancelamentos podem causar na arena política⁶. Inclusive algumas posições defendem que talvez o cancelamento não exista de fato, o que existiriam seriam grupos historicamente marginalizados que resolveram contra-atacar; outras posições, porém, concebem o cancelamento como um dispositivo que age com base no ataque indiscriminado e individualizado com único objetivo de acabar com reputações.

Convém lembrar que não podemos com certeza dizer que o cancelamento é algo “inventado” pelos movimentos sociais, antes sua prática (para além do nome) parece ser uma revitalização digital de fenômenos antigos relacionados ao “linchamento” e que hoje se torna um instrumento nas mãos de variados grupos, dentro de muitos espectros políticos e também fora desses, inclusive setores de movimentos sociais em suas agendas e demandas por maior visibilidade de temas negligenciados na agenda política nacional e/ou como instrumento de pressão contra atitudes e sistemas de opressões. Entretanto nos parece que a nomenclatura de “cancelamento” vem sim se qualificando exclusivamente aos atos promovidos por pessoas identificadas como ligadas à esquerda política e/ou aos movimentos sociais (contra pessoas, empresas ou grupos mediante atitudes consideradas inapropriadas, sejam essas atitudes de pessoas e/ou grupos fora do meio em questão ou até mesmo dentro dos próprios movimentos ou da ideia de grupo e/ou corpo político).

Mesmo assim, para se fazer entender diante desse impasse e para restringir nosso objeto de pesquisa, é importante dizer que escolhemos tratar a presente prática de cancelamento quando esta expressa pautas dos movimentos sociais chamados de “identitários” (especialmente Movimento Negro, Indígena, Feminista e LGBTQ+) e quando se interfere efetivamente no debate público através do novo espaço público que é também digital e polarizado (BOSCO, 2017).

Nesse sentido, essa pesquisa está a contornar a equação da dinâmica do Cancelamento nesse novo espaço público brasileiro (mais parecido com um palco de “Guerras Culturais”, visto a polarização política) onde movimentos sociais minoritários estão disputando, ao mesmo tempo em que tenta compreender as estratégias, e as emoções políticas, utilizadas por seus

⁶ “Quais os efeitos da cultura do cancelamento”, 2019. Por Juliana Domingos de Lima – Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/01/Quais-os-efeitos-da-cultura-do-cancelamento>.

agentes para se efetivarem nesse cenário. O foco e a aposta da pesquisa residem, sobretudo, na investigação da dinâmica do cancelamento enquanto motor de pautas e comportamentos políticos, dialogando com os movimentos minoritários, por meio de algumas controvérsias no debate público brasileiro que envolvam as noções de Lugar/local de fala, Apropriação Cultural, entre outras; noções essas que guiam a dinâmica do Cancelamento⁷.

2.1 COMO A LITERATURA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PODE NOS AJUDAR NA COMPREENSÃO DESSE FENÔMENO?

Contemplando a história da Antropologia, podemos ver alguns trabalhos que apresentam a categoria de “acusação” e o tema do “linchamento”. Desde Evans-Pritchard, mostrando-nos como a bruxaria se qualificava enquanto um dispositivo de acusação entre os Azande (EVANS-PRITCHARD, 2005), até Becker, com seus estudos sobre a Sociologia do Desvio (BECKER, 2009), Gilberto Velho, reatualizando a categoria de “acusação” na antropologia urbana (VELHO, 2013), e José de Souza Martins, mostrando como a categoria de “linchamento” mobilizou-se durante a história do Brasil, se qualificando enquanto uma prática extremamente racista e classista a favor da higienização social (MARTINS, 2015); esses intelectuais muito têm a colaborar acerca de como esses processos que tem por base a acusação são dispostos em outras sociedades e inclusive na nossa, observando a nossa historiografia.

Nesse sentido, o trabalho de Tânia Freitas tem muito a acrescentar, por investir na análise dos linchamentos virtuais (para mais trabalhos, ver Macedo (2016)). Embora não seja exatamente o “cancelamento”, termo esse que estamos nos debruçando neste trabalho, o artigo nos traz alguns dispositivos e ferramentas para a compreensão desse fenômeno. Concebendo os linchamentos virtuais como reflexo da construção de uma espécie de “tribunal da internet” (FREITAS, 2017), Freitas diferencia discurso de ódio e linchamento virtual baseado nas diferenças entre modos de operação e finalidade. Por isso, a autora qualifica os linchamentos virtuais como inseridos em uma dinâmica de “negociações de pertencimentos, exclusões sociais e disputas de sentido” (FREITAS, 2017, p.153), e que podem fabricar emoções como ódio, vergonha e humilhação. Além disso, Freitas recorre ao conceito de “impureza” de Mary Douglas (1976) para qualificar como os linchamentos na internet parecem se desenrolar: a partir da noção de impurezas morais personificadas e por isso com o dever de ser eliminada.

⁷ E que atualmente parecem estar movendo mais intensamente os movimentos minoritários no novo espaço público brasileiro, e que ganham força com a dinâmica das mídias digitais.

Outro autor que pode nos ajudar na compreensão desses fenômenos é Airton Jungblut (2011; 2015) pensando através do pesquisador da área da comunicação Ronaldo Henn. Advogando por uma antropologia dos ciberacontecimento, o autor recorre a um conceito da área da comunicação (o acontecimento) para compreender como algumas dinâmicas virtuais se fabricam e se desenvolvem. Nesse sentido, podemos compreender o cancelamento enquanto um ciberacontecimento, no sentido de que são “acontecimentos políticos produzidos em rede por atores heterogêneos” (JUNGBLUT, 2015).

Embora a concepção de ‘acontecimento’ esteja mais atrelada ao reino do extraordinário e ao jornalismo (JUNGBLUT, 2011), o conceito também está relacionado à forma intensa com que os eventos socioculturais relacionados acontecem, o que faz com que o “acontecimento”, ou melhor, “ciberacontecimento” possa ser um conceito bastante útil para pensar nosso objeto de estudo, fazendo-nos inclusive questionar sobre a dicotomia cotidiano/ordinário X extraordinário: como uma dinâmica até então não usual vem se tornando tão cotidiana assim? Como (ciber)acontecimentos podem acontecer de forma tão intensa e cotidiana? O que tem modificado em nosso espaço público brasileiro para que eventos como esses se tornem cada vez mais latentes em nossa sociedade?

Bosco (2017) nos chama atenção para os fatores que transformaram o espaço público brasileiro de uns anos para cá. Para ele, o “Novo Espaço Público Brasileiro”, como chama, é uma consequência de três fatores conjuntos: 1º, as jornadas de Junho de 2013, com sua confusão ideológica de pautas e democratização das lutas, 2º, o colapso do Lulismo, com a crítica à esquerda sobre a falta de firmeza e coragem política de fazer as mudanças estruturais necessárias e críticas à direita emergidas por um ressentimento classista de ver uma modificação representativa nos lugares de poder da sociedade, e, 3º, a emergência das redes sociais digitais, que permitiu uma explicitação generalizada dos conflitos socioculturais de forma descentrada e fragmentada (BOSCO, 2017, p.10-11).

Nesse sentido, o autor nos chama atenção para a forma com que parte de alguns movimentos sociais emergiram nesse novo espaço público brasileiro. Para o autor, os movimentos “identitários”, com uma imensa defasagem de serem ouvidos, começam a fazer-se escutar, e com isso fazer com que suas pautas e debates ganhem espaço no debate público, de qualquer forma. Nesse sentido, Bosco chama atenção para o paradoxo de qualquer movimento social: a estruturação/organização do movimento social pela dualidade inerente entre identidade e diferença.

Essa dualidade se coloca para o autor enquanto duas dimensões: o Bridging e o Bonding (BOSCO, 2017, p. 21). Enquanto o Bridging é uma dimensão de organização que se pauta pela abertura de pontes, pelo contato com a diferença externa aos movimentos, o Bonding é a dimensão do fechamento, da união interna de um grupo a partir de suas identidades. Nesse sentido, a dimensão Bridging é necessária para fazer avançar as agendas políticas, porém, se muito ativada em detrimento do Bonding, pode desfazer a unidade do grupo do movimento social, desestabilizando-o. Já se a dimensão do Bonding for ativada de forma exagerada, o movimento social tende a se fechar de tal forma que não consegue mais o diálogo necessário para fora dele, as alianças necessárias para a implementação das demandas do movimento. É exatamente nesse segundo cenário que o autor coloca alguns grupos dos movimentos “identitários” atuais, principalmente em seu modus operandi no novo espaço público brasileiro, ou seja, nas mídias digitais (BOSCO, 2017, p. 24)

Como exemplo dessas estratégias e modus operandi, o autor expõe em seu livro alguns episódios públicos de linchamentos virtuais, ou o que hoje se chamaria de “cancelamento”. Para o autor, esses episódios têm em comum o fato de ao invés de se colocar em pauta estruturas socioculturais e econômicas, pautam-se bodes expiatórios individuais (BOSCO, 2017, p. 13). É pensando nesse debate e em como esses eventos têm relação com os movimentos sociais minoritários e a cultura política brasileira que esse trabalho está vinculado.

2.2 CIBERATIVISMOS E AS MÍDIAS DIGITAIS NA REDE SOCIOTÉCNICA

Diante desse debate, convém provocar algumas reflexões acerca da economia informática e da rede sociotécnica, que se torna o imperativo do mundo pós-moderno ou pós-industrial (RIBEIRO, 2018). Ao invés de principalmente ou exclusivamente os meios de troca na sociedade capitalista atual estarem embasados em produtos materiais, o que chama atenção nessa nova etapa do capitalismo (que carrega várias nomenclaturas a depender d/a autor/a), que emerge a partir da globalização e da terceira revolução industrial, é o investimento e a circulação de produtos e fatores não materiais, mas informacionais, que se relaciona com ferramentas capitalistas de manejar sobre desejos, afetos e principalmente conhecimento (KUMAR, 2006).

Nesse cenário informacional, os métodos e estratégias dos movimentos sociais também se transformam, gerando uma maior densidade e investimento também no setor digital, na internet. É nesse ambiente que o ciberativismo se desenvolve e ganha força (ALCÂNTARA,

2015). Entretanto, é preciso que se diga que a internet e o meio digital, embora possa parecer, não é um mundo “à parte”, portanto também reproduz modulações de desigualdade e técnicas de controle social bastante eficazes. Os algoritmos dos sistemas computacionais, por exemplo, estão em pleno vigor nas redes sociais onde os ativismos digitais têm sua maior concentração. Qual o efeito dessa maquinaria para o comportamento, interação e engajamento dos atores sociais nos ambientes on-line? Nesse sentido também convém perguntar: qual o efeito dos algoritmos na apresentação dos debates acerca da presente pesquisa que também está envolta nesses impedimentos e regras do jogo?

Para Nicholas Diakopoulos,

Vivemos em um mundo onde os algoritmos e os dados que os alimentam são os árbitros em muitas decisões de nossas vidas: não apenas os mecanismos de busca e os sistemas personalizados de notícias on-line, mas também as avaliações educacionais, o funcionamento de mercados e campanhas políticas, a concepção de espaços públicos urbanos e até mesmo a forma como serviços sociais, como seguridade social e segurança pública, são geridos. Mas os algoritmos podem cometer erros e operar com vieses. A opacidade de algoritmos tecnicamente complexos que operam em escala dificulta seu escrutínio, e isso produz uma falta de clareza para o público no que diz respeito à maneira como exercem seu poder e influência. (DIAKOPOULOS, 2014, p.398 apud RIBEIRO, 2018, p.33).

Nesse sentido, com os algoritmos e outras estratégias de engajamento e manipulação midiática, o meio digital fabrica-se de modo a endereçar certas lógicas de comportamento e interação já pré-definidas. Eles, os algoritmos, se tornam, portanto, uma característica central da hegemonia do capitalismo eletrônico-informático (RIBEIRO, 2018, p.33).

Para o autor, diminuir esses interditos e controlar os excessos dos algoritmos na arquitetura informática é bastante difícil, uma vez que exige transparência e responsabilidade, o que as empresas que prezam pelo sigilo para manter sua competitividade não estão dispostas a pagar o preço por essa transparência (RIBEIRO, 2018, p.33).

Portanto, o que nos resta enquanto pesquisadores da temática do meio digital é reconhecer essas problemáticas, discuti-las com reflexividade e explorar os materiais que podemos construir com o que temos acesso.

2.3 BOICOTES, CANCELAMENTOS E REPUTAÇÕES

Como já elencado, no novo espaço público brasileiro muitos agentes têm se formado e atuado em defesa de pautas próprias. Assim como os movimentos sociais mais à “esquerda”, muitos movimentos considerados à “direita” do espectro político têm se mobilizado nas mídias digitais de forma relativamente efetiva de acordo com seus objetivos políticos, muitas vezes por meio de boicotes contra empresas, grupos, personalidades e pautas. Na literatura, esses movimentos estão incluídos, segundo algumas autoras, no bojo dos “novíssimos movimentos sociais” (GOHN, 2008).

Nesse sentido, desde as eleições de 2014, onde começávamos a experimentar um pouco do que as mídias sociais digitais podem oferecer em termos de repasse de informações e agenciamento de debates políticos e eleitorais (BOQUADY, 2018; COLELLA; CENCI; DALBOSCO, 2019), tivemos também que lidar com a formação de um caldo político bastante polarizado, o que alguns autores chamam de “Guerras Culturais”, que nada mais é do que o intenso e manifesto embate entre setores mais progressistas e conservadores na sociedade, a partir de narrativas e posições culturais e/ou ideológicas⁸; ou ainda podemos definir as “guerras culturais” como uma referência às disputas de sentido que envolvem pautas de movimentos sociais da diferença e pautas mais conservadoras da sociedade, ou seja, debates que envolvem a dimensão do imaginário e dos direitos humanos e que no Brasil muito se alavancou a partir das redes sociais digitais, em decorrência da democratização da internet (considerando as problemáticas que esse termo carrega na discussão sobre a democratização das mídias digitais e a falta de cidadania digital efetiva) (SILVEIRA, 2016).

É nesse cenário que começam a circular no debate público palavras como “boicotes”, “linchamentos”, “ideologia de gênero”, “marxismo cultural”, “apropriação cultural”, “lugar de fala”, “sororidade”, “lacração”, “assassinato de reputações”, “engajamento”, “viralização”, etc. O que parece estar ocorrendo, segundo algumas perspectivas, é o resultado da soma do autoritarismo brasileiro, a politização da sociedade, a impunidade judicial e a dinâmica volátil e intensa das redes sociais, produzindo assim um efeito colateral do preceito histórico “fazer justiça com as próprias mãos”, bastante comum entre justiceiros, preceito esse que já motivou linchamentos carregados de marcadores de classe, de raça e de gênero na Idade Média, no Velho

⁸ “Guerras Culturais no Brasil”, 2014. Por Pablo Ortellado – Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guerras-culturais-no-brasil/>

Oeste e também no Brasil colônia.⁹ Se por um lado os movimentos sociais minoritários, como estamos chamando esses conjuntos de movimentos elencados aqui, conseguiram colocar algumas pautas e discussões importantes no debate público, por outro lado esse processo parece ter se dado de forma um tanto abrupta (BOSCO, 2017; SENA, 2019).

Para além da procura pelos motivos que talvez tenham levado alguns setores desses movimentos a exercerem tal atitude ou a essas atitudes serem associadas à esses movimentos (como alianças à estratégias neoliberais e/ou crescimento de uma massa de ativistas/militantes sem uma formação política consistente), o fato é que esse *modus operandi* que ocorrem nas mídias digitais não passam despercebidos e por vezes acabaram colaborando para os rumos dos debates eleitorais das últimas eleições majoritárias (BOQUADY, 2018).

Por isso mesmo, apesar de muitos não considerarem salutar uma maior atenção a esse cenário por não considerarem episódios nas mídias digitais que utilizam de ciberativismo, um braço representativo de grupos dos movimentos feministas, negros e LGBTQIA+, esses episódios acabam por dizer muito sobre esses movimentos no senso comum, inclusive podendo atuar de forma decisiva no imaginário popular, devido a sua repercussão também por fora do ambiente digital e muitas vezes recheada de Fake News, conclusões precipitadas e/ou análises irrealistas e descontextualizadas.

Nesse sentido, para que possamos compreender melhor o cenário dos movimentos sociais, convém examinar de perto como estes se colocam na literatura. Mas antes, vamos nos atentar um pouco sobre a área da Mudança Cultural e sua relação para com os tais movimentos sociais.

⁹ “A lacração do autoritarismo: do linchamento ao descancelamento online”, 2021. Por Isabella Otto – Revista Capricho. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/a-lacrao-do-autoritarismo-do-linchamento-ao-descancelamento-online/>

3. OS MOVIMENTOS MINORITÁRIOS/IDENTITÁRIOS E A MUDANÇA CULTURAL

Na contemporaneidade, os estudos sobre Mudança Cultural ganharam ainda mais fôlego nas Ciências Sociais com os Estudos Culturais. Surgida como uma área de estudo interdisciplinar, os Estudos Culturais começaram a lançar luz sobre códigos culturais na contemporaneidade, além de inaugurar estudos sobre o multiculturalismo imbricados na chamada pós-modernidade, ou modernidade tardia, um novo momento da história mundial onde as grandes narrativas modernas entram em colapso e as culturas se relacionam de modo até então nunca antes visto (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; HALL, 2005). Nesse sentido, as identidades e as relações de opressões, inclusive coloniais (uma vez que estas não deixam de existir), se reverberam e se particularizam ganhando um novo contexto, roupagem e intensidade, o que reitera ainda mais o caráter relacional dessas no que hoje chamamos por globalização (AGIER, 2001).

Em consonância, acreditamos que a literatura da Antropologia das Emoções (REZENDE; COELHO, 2010) tem muito a acrescentar sobre os estudos da mudança cultural, uma vez que, na Antropologia, costuma-se dar foco para os microprocessos pelos quais uma cultura ou sociedade produz suas estruturas e se modifica. Nesse sentido, a interseção política/emoções vem se transformando numa vertente de compreensão da mudança de códigos culturais.

Outrossim, nas ciências sociais, há uma vasta literatura sobre os movimentos sociais (GOHN, 1997; ALONSO, 2009; JASPER, 2016), inclusive sobre as especificidades destes na América Latina (GOHN, 2008; PONTES, 2015). Definidos enquanto mobilizações coletivas, muitas vezes atuando como coletividades difusas e descentralizadas, os movimentos sociais são compreendidos pelas autoras e autores como o motor da sociedade moderna, reforçando o fluxo incessante da mudança sociocultural (SZTOMPKA, 2005) e enfrentando dilemas inerentes em suas histórias específicas, como os dilemas organizacionais, de identidade, da mídia, entre outros (JASPER, 2016).

Na nossa contemporaneidade, são eles, os movimentos sociais, que trazem à tona temas até então invisibilizados no debate público, mas importantes para um Estado e sociedade que se preocupa com desigualdade e justiça social. No Brasil e América Latina, isso não é diferente (GOHN, 1997; ALONSO, 2009).

Nesse cenário, a Antropologia Política já começou a adentrar o terreno do que alguns autores chamam de “Novos Movimentos Culturais”. Definidos por Goldman como movimentos que emergem nas décadas de 1960/70 com foco no direito às diferenças, às identidades e na “proliferação de diferentes reivindicações assentadas na identificação de formas de opressão que operam fora da esfera estritamente econômica ou literalmente política” (GOLDMAN, 2007, p. 9), esses movimentos começam a conquistar espaço de participação ativa no debate público da América Latina muito recentemente em termos históricos, devido a séculos de permanentes invisibilidades e/ou hipervisibilidade negativa.

A importância desses movimentos sociais no cenário brasileiro reside também na dimensão do afastamento da ideia de política como inteiramente racional, masculina e calculista (JAGGAR, 1988). O desenvolvimento do campo teórico da Antropologia das Emoções e da Política (GOLDMAN, 2007), aliado ao campo empírico da emergência dos movimentos minoritários na América Latina, principalmente, nos atenta para a disputa de projetos de país onde economia e justiça social parecem se digladiar, ainda mais se observarmos a importância da dimensão emotiva da luta social (SILVA, 2016).

Durante a história da antropologia, reconhecemos a importância de conceber a cultura como dinâmica, uma vez que ela não é uma ‘coisa’ dada, estática, com fronteiras bem definidas, mas ao mesmo tempo em que há a reprodução da estrutura também há o mecanismo histórico do dinamismo cultural (SAHLINS, 1990; BARTH, 1997). Nesse sentido, os aspectos da mudança cultural se transformam de maneira radical na chamada pós-modernidade, em que as identidades se fragmentam (HALL, 2005; AGIER, 2001). Para dar conta das transformações socioculturais da globalização, os Estudos Culturais, já mencionados, se tornaram a área interdisciplinar de evidência desde os anos 60, nos EUA e na Inglaterra, e mais especificamente na virada do século em todo o mundo.

Sendo assim, os Estudos Culturais não surgem como uma disciplina nova, mas sim como uma abordagem distinta das tradicionais sobre os fenômenos de produção, criação e difusão dos significados culturais nas sociedades contemporâneas (ESCOSTEGUY, 1998). Essa abordagem mescla conhecimentos da economia política, da sociologia, da antropologia, da comunicação, da psicanálise e de outros campos do saber, concebendo a cultura como um campo de luta em torno da significação cultural e se aproxima das teorias críticas pós-coloniais e pós-modernas (ESCOSTEGUY; SCHULMAN; JOHNSON, 1999; HOHLFELDT, 2000).

Para os estudos antropológicos sobre Mudança Cultural, os estudos culturais trazem a perspectiva da interdisciplinaridade e evidenciam as transformações socioculturais da contemporaneidade pós-moderna, ou modernidade tardia, como alguns preferem, que trouxe a necessidade da reconstrução radical das políticas emancipatórias (GIDDENS, 2002), já que os novos movimentos culturais, como chama Goldman (2007), são diferentes dos movimentos mais clássicos.

3.1 A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DIMENSÃO AFETIVA DA POLÍTICA

Historicamente, os movimentos sociais são matéria da Sociologia. A área da Sociologia da Mudança Social é vasta e com ela a teoria dos movimentos sociais se desenvolveu muito desde os anos 1960-70. Nesse sentido, Alonso (2009) estrutura três grandes paradigmas teóricos dos movimentos sociais.

A Teoria da Mobilização de recursos (TMR), surgida nos anos 1970, se coloca como uma teoria do ator racional ao se atentar para a burocratização dos movimentos, concebendo o conceito de “Indústria do Movimento Social” que está ancorada em cooperação e concorrência (ALONSO, 2009). McCarthy e Zald são exemplos de teóricos dessa perspectiva.

Já a Teoria do Processo Político (TPP), tendo como representantes Tilly e Tarrow, enfatiza a mobilização política e a estrutura de oportunidades políticas que um determinado movimento social necessita para se mobilizar e se acionar. Nesse sentido, o conceito de “repertórios” é importante, assim como a noção de que Estado e Sociedade serem grupos intercambiáveis na construção de um movimento social. Essa perspectiva chama atenção para as condições estruturais necessárias para que um movimento social possa ser efetivado: “A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação”. (ALONSO, 2009, p.55).

Focando nos aspectos intersubjetivos dos movimentos sociais, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) surge como questionamento ao economicismo marxista e à ideia de sujeito histórico universal (ALONSO, 2009). Ao trazer uma explicação cultural para os movimentos por demandas “pós-materiais”, ou seja, demandas que dialogam com a mudança de costumes, valores, direitos e etc, a TNMS se mostrou um terreno fértil na América Latina, com seu viés culturalista. Além disso, essa teoria trouxe para o centro do debate a questão de como se formam as identidades coletivas dos movimentos sociais, o que se tornou

importantíssimo para a compreensão do objeto de estudo. Tem como principais representantes Alain Touraine, Habermas e Melucci.

O campo da Antropologia das Emoções, uma vez que concebe as emoções como construções socioculturais (LE BRETON, 2009) pode contribuir para o campo da interseção política/emoção e, conseqüentemente, para a Teoria dos Movimentos Sociais. Ao questionar o paradigma clássico de conceber a política, a Antropologia das Emoções desloca as emoções para o palco central das mobilizações coletivas.

Sendo assim, como coloca Jaggar (1988), as emoções são centrais para a vida política de qualquer sociedade e/ou cultura. Diferentemente do que o paradigma clássico dispunha, as emoções movimentam a vida enquanto são motores de questionamentos e mudanças: “as emoções são, pois, vistas erradamente como respostas necessariamente passivas ou involuntárias ao mundo. Em vez disso, são trajetórias através das quais nos engajamos ativamente e até construímos o mundo”. (JAGGAR, 1988, p. 166).

Nesse sentido, o amor, o ressentimento, o luto, a alegria, o ódio, a raiva, etc, todas essas emoções (e aqui não está colocada a perspectiva essencialista de conceber as emoções como boas ou más, mas sim reconhecer o bom e o mau uso delas), podem constituir e motivar processos sociais e políticos.

A chamada Virada Afetiva na Filosofia, tendo como um de seus representantes Axel Honeth (2003), também centraliza a dimensão afetiva dos afetos na política (CAMPELLO, 2017), apesar de ser criticada do ponto de vista da antropologia das emoções pelo perigo da manutenção das dicotomias ocidentais inférteis, como razão/emoção; sociedade/indivíduo, civilizado/primitivo (LUTZ, 2017). A luta por reconhecimento (MORAES, 2006) preconizada pelos movimentos sociais minoritários, por exemplo, é levada às últimas conseqüências por essa perspectiva que concebe uma forma de racionalidade que não exclui as emoções, muito pelo contrário, centraliza a dimensão afetiva da vida e tenta diluir a dicotomia razão/emoção. Ou seja, expõe que os movimentos sociais se desenvolvem e se colocam na arena política mais movidos por e-emoções¹⁰ do que por uma racionalidade calculista.

No começo dos anos 1980, teóricos dos movimentos sociais sentiram necessidade de uma conciliação entre perspectivas mais culturalistas e/ou afetivas e estruturalistas e/ou racionalistas dos movimentos coletivos por mudanças sociais, além de perceber a necessidade de se compreender os movimentos sociais transnacionais emergentes da globalização e modelos

¹⁰ Radical “emoções”, que remete à movimentos, logo, à pulsação da vida.

de movimentos tanto à esquerda política, como à direita. Novos temas, como o terrorismo, também vêm se tornando essenciais de serem compreendidos pelas novas teorias de síntese dos movimentos sociais. Para tanto, algumas autoras estão utilizando a nomenclatura “novíssimos movimentos sociais” (GOHN, 2008) para designar esses movimentos que surgem na primeira década do século XXI, assim como separá-los dos movimentos sociais clássicos e dos novos movimentos sociais (que seriam esses que estamos a trabalhar nessa pesquisa, com uma vertente “culturalista” mais afluída).

Nesse sentido, depois de reformulações das teorias clássicas sobre os movimentos sociais a fim de se pautar uma teoria “sintetizadora”, “multidimensional”, e aqui não se propõe finalizar o debate, os movimentos sociais são “como uma estruturação policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelos quais circulariam recursos, valores, informação, poder”. (ALONSO, 2009, p.73). Ou ainda, “redes de interação entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas”. (DIANI, 1992, p.1, apud ALONSO, 2009, p.73).

Portanto, os movimentos sociais atuando na conformação, construção e reforma da sociedade, são o principal agente de mudança social na modernidade, se tornando essencial para uma sociedade madura e ativa ao contribuir para dimensões de autoaperfeiçoamento e autotranscendência de uma sociedade. Reprimi-los ou desconsiderá-los acaba por qualificar uma sociedade como passiva, o que pode gerar estagnação e decadência (SZTOMPKA, 2005). Estudá-los nos permite apreender as estruturas sociais em seu aparecimento e transformação, uma vez que eles atuam na intermediação entre as dimensões micro e macro, entre estrutura e agência, entre processos em constante transformação, afinal. Nesse sentido, estudar os movimentos sociais é primordial já que: “os movimentos sociais fazem parte dos processos pelos quais uma sociedade produz sua própria organização a partir do seu sistema de ação histórica e através de conflitos de classe e transações políticas. (TOURAINÉ, 1977, p.298, apud SZTOMPKA, 2005, p.501).

3.2 PORQUE MOVIMENTOS “MINORITÁRIOS” E NÃO “IDENTITÁRIOS”?

Os chamados “Novos Movimentos Sociais”, dentre os quais muitos têm denominado de “movimentos identitários”, são movimentos que estão embasados na chamada política da diferença, portando uma vertente mais “culturalista” dos movimentos dispostos na teoria dos movimentos sociais (ALONSO, 2009). Diferentemente do que dizem algumas análises enviesadas, esses movimentos não estão exclusivamente interessados em pautas que versam sobre identidade e representatividade, pois também estão lutando por reconhecimento e demandas materiais como saúde, moradia, emprego e direitos humanos básicos (BOSCO, 2017).

Na procura por um termo que melhor designe esses movimentos, podemos reconhecer na literatura diferentes modelos interpretativos para lidar com esses grupos de movimentos sociais (mais especificamente o movimento feminista, LGBTQIA+ e o movimento negro). Desde Honeth e sua teoria do reconhecimento (2003) até Gohn (1997) e outros/as autores/as, muitas tentativas de compreensão do que representam esses movimentos e de que modo eles estão dispostos são elaboradas. Para essa pesquisa, não de forma a excluir outras interpretações, estamos a utilizar uma perspectiva pós-estruturalista, mais especificamente a teoria da Molecularidade e do Devir-Minoritário de Deleuze e Guattari:

Pois a maioria, na medida em que é analiticamente compreendida no padrão abstrato, não é nunca alguém, é sempre Ninguém — Ulisses —, ao passo que a minoria é o devir de todo o mundo, seu devir potencial por desviar do modelo [...] Certamente as minorias são estados que podem ser definidos objetivamente, estados de língua, de etnia, de sexo, com suas territorialidades de gueto; mas devem ser consideradas também como germes, cristais de devir, que só valem enquanto detonadores de movimentos incontrolláveis e de desterritorializações da média ou da maioria. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 44)

Para os autores, a vida humana é um emaranhado de diversos movimentos, ou acontecimentos (como chamam a ideia de transformar o tempo fixo e estável em devir – ou seja, em constante movimento incorporado que promove a afetação¹¹), que os encontros (conceito essencial para os autores que deriva da produção de relações vitais onde o resultado é a ação de forma potente), fazem acontecer.

Esses movimentos vitais estão embasados em três modelos de linhas de ação: a segmentaridade (onde está pautada aspectos que versam sobre a identidade), a flexibilidade (pautada na simulação, no movimento e na elaboração de ficções) e a de fuga (pautada na

¹¹ Para entender o conceito de “afetação” podemos traduzir o seu sentido filosófico com base na noção do afetar-se de Favret-Saada (2005) de deixar-se envolver e contaminar pelas lógicas e processos do “outro”.

dissolução do estável para o encontro com novas frequências da vida). A partir dessas linhas, os encontros podem elencar movimentos com vistas à dimensão da molecularidade da vida ou com vistas à dimensão da molaridade. Esses conceitos podem ser compreendidos, respectivamente, em termos do que está comprometido com a diferença, a potência de vida, e em termos do que se compromete e constrói a identidade, a fixação do ser.

Nesse cenário, os autores elencam as maiorias, de qualquer espécie de coisa ou questão, como sendo a expressão do padrão, dispostos por meio de acontecimentos enclausurados (CARDOSO JÚNIOR, 1999), já as minorias, segundo os autores e de forma contraditória aparentemente, são mais numerosas que a maioria, pois detêm o segredo de sustentação desta mesma maioria. Além disso, as minorias também detêm a potencialidade do devir, por conter em si mesmas, elementos que correspondem ao movimento da vida, que não se adequa ao padrão rigidamente estabelecido:

As minorias são “multidões” cuja organização desestabiliza o consenso das maiorias e sua ordem política. Neste caso, minoria não representa apenas a expressão numérica daqueles grupos que não se enquadram no padrão estabelecido pelo senso comum da maioria, mas, intensivamente, minorias são a respiração vital da maioria, ou seja, elas formam, um “devir-minoritário” que diz respeito a todos; até mesmo àqueles indivíduos que parecem encarnar o modelo de Alguém para a maioria e constroem sua variação em torno do padrão vigente (CARDOSO JÚNIOR, 1999, p. 24).

Por extensão, em outras palavras, o devir-minoritário que é o acontecimento que a minoria produz em termos de experiência e incorporação, representa a vida em sua potência, o inumerável, uma vez que a maioria representa o seu oposto, neste sentido filosófico:

O devir-minoritário, em outras palavras, é um devir universal, enquanto a maioria representa apenas um estado determinado de aprisionamento de singularidades/acontecimentos, criando a ilusão de sua universalidade ao colocar-se como representante de uma vontade, de um poder (CARDOSO JÚNIOR, 1999, p. 24).

Neste sentido, podemos elencar que para Deleuze e Guatarri, os movimentos que são nomeados sob o rótulo de “identitários”, podem ser descritos nos termos dos encontros que visam a molecularidade e o devir-minoritário (que nada mais é do que o movimento que todos os humanos fazem ou deveriam fazer em busca da diferença ao tentar sentir, se comover e agir com vista a se contaminar com grupos feitos marginalizados, e impedir movimentos de desigualdades sociais e fascismos, por exemplo). É a partir daí que chamamos movimentos minoritários (como estamos indicando em todo o presente trabalho). Sendo assim, o termo “minoritários” aqui não está empregado no sentido depreciativo quantitativo de minoria, mas

no sentido qualitativo de minoria como motor da potência que a diferença nos traz, dentro da narrativa do que faz a sociedade e/ou cultura se movimentar, se dinamizar. É esse sentido de minoritário que estamos utilizando aqui.

3.3 UMA EMOÇÃO EM EBULIÇÃO: O RESSENTIMENTO COMO MOTOR POLÍTICO

Podemos dizer que o campo da Antropologia das Emoções se instituiu na Antropologia como um campo autônomo de análise nos Estados Unidos, a partir da década de 1980, com Lila Abu-Lughud, Catherine Lutz e Michelle Rosaldo. Essa perspectiva na antropologia procura entender as emoções como constituintes da cultura e da sociedade, por meio de gramáticas emocionais, o que provoca uma dissolução das dicotomias modernas como mente/corpo, emoção/razão e emoção/corpo (REZENDE; COELHO, 2010), trazendo o aspecto interdisciplinar da emocionalidade humana (RÖTTGER-RÖSSLER, 2008).

Uma das várias contribuições que o campo nos presenteou, é a noção de que as emoções são pensamentos incorporados, julgamentos morais, fomentando uma economia emocional e, portanto, uma micropolítica em todos os espaços (REZENDE; COELHO, 2010; VICTORA; COELHO, 2019). A ambivalência da etnopsicologia ocidental (termo primeiramente utilizado por Catherine Lutz para explicitar a forma do ocidente ordenar e manipular determinados aparatos emocionais), é algo que vem sendo trabalhado de forma intensiva entre os pesquisadores e pesquisadoras referentes à área.

Importante dizer também que para a Antropologia das Emoções, toda e qualquer emoção precisa ser trabalhada em seu contexto de emergência, buscando compreender qual a economia emocional que está evidenciada e quais os processos de significação e modos de atuação que estas provocam. Nesse sentido, sabendo que as emoções podem constituir e motivar processos sociais e políticos, um exemplo que vem cada vez mais ganhando atenção e análise é o ressentimento, sob o qual nos atentaremos mais, 1º para exemplificar como uma emoção pode provocar processos políticos e, 2º, por ocasião da literatura sobre cancelamento aqui apresentada parecer sugerir uma análise e articulação sobre o que viria a ser o ressentimento.

Como nos fala Kehl (2005), o Ressentimento, tendo suas dimensões psicanalíticas e sociais, “é um afeto, ou uma constelação de afetos – composta de ira, inveja, amargura, desejos de vingança, queixas melancólicas -, que desperta reações ambivalentes” (p. 163). O ressentimento é qualificado como a emoção que faz com que atribuamos ao outro a responsabilidade daquilo que nos faz sofrer, o que provocaria um auto envenenamento

psicológico. Para a autora, referenciando Nietzsche e Max Scheler, o ressentido é um nostálgico da inocência perdida, ou um vingativo que não se reconhece como tal (p. 164).

Em termos políticos e sociais, essa emoção que é o ressentimento, se qualifica, segundo a autora, como o mal-estar característico das democracias liberais, uma vez que

O ressentimento social manifesta a insatisfação dos grupos ou classes para quem as promessas de igualdade de direitos entre todos os sujeitos nascidos na modernidade não se cumpriram como era esperado; teria origem nos casos em que a desigualdade é sentida como injusta diante de uma ordem simbólica fundada sobre o pressuposto da igualdade. (KEHL, 2005, p. 167).

No Brasil, para a autora, o ressentimento social se efetiva de forma camuflada, onde o paternalismo brasileiro ajuda o favorecimento de ações sociopolíticas pautadas no mesmo. Kehl entende que essa problemática é motivada devido à falta de consciência entre os cidadãos de serem agentes sociais ativos por ocasião da própria falta de dispositivos de participação sócio-política e, não menos importante, pela falta de memória social (p. 173). Nesse sentido, os cidadãos “oprimidos” acabam por responsabilizar os outros pelo seu sofrimento, ao mesmo tempo em que começam a se identificarem com os ideais comuns dos “opressores”, o que leva a atos reativos e protestos impotentes ao invés de proposições e movimentos ativos por mudança sociocultural, levando, assim, segundo a autora, à movimentos reativos:

Por efeito da identificação com os ideais comuns a oprimidos e opressores, a revolta desses grupos sociais é submissa e se expressa na forma de atos reativos, protestos impotentes, mesmo que os sentimentos de injustiça e prejuízo que a motivam sejam justificados. A insatisfação se transforma em ressentimento coletivo contra aqueles que representam, ao mesmo tempo, tanto os opressores quanto os ideais com os quais os de baixo se identificam. É provável que nesses casos a insatisfação se desloque, e em vez de atingir a classe governante se volte contra os da mesma classe. (KEHL, 2005, p. 168).

Entretanto, Kehl não reconhece, ou ao menos não se propõe, a identificar processos movidos ou derrocados no ressentimento nos movimentos ditos progressistas, identitários ou como estamos utilizando aqui, minoritários. A sua analítica é mais centrada na compreensão dos movimentos reacionários (ou à direita política) do que na compreensão de como alguns fatores e comportamentos de movimentos sociais progressistas (ou à esquerda política) também podem denotar uma aproximação às políticas do ressentimento. Nesse sentido, faltam pesquisas que deem conta dessa abordagem.

Kehl tem o cuidado de deixar claro que não são todos os movimentos ou rebeliões que são movidos pelo ressentimento: para a autora, a grande questão é refletir sobre a passagem entre atos ativos de transformação política para atos reativos movidos pelo ressentimento nas

democracias liberais, onde o Estado se coloca como o agente transformador que submete os cidadãos mais à obediência e ao medo do que à participação política ativa e à responsabilidade social (p. 166); provocando ainda mais as emoções baseadas no ressentimento:

Nem todas as rebeliões podem ser consideradas expressão de ressentimento. O que o produz são as tentativas de estabelecer uma solução de compromisso entre os sentimentos de revolta ou insatisfação e a subordinação às condições impostas pelo poder. Mas a atitude ressentida, de passividade queixosa, torna os sujeitos impotentes como agentes da transformação política que lhes interessa. (KEHL, 2005, p. 168).

Em outra passagem, Kehl (2015) deixa mais elucidado o que ela quer dizer com a relação entre ressentimento social e política (e essa reflexão é importante uma vez que pode contribuir para a teoria dos movimentos sociais):

O ressentimento na política produz-se na interface entre a lei democrática – antecipação simbólica de igualdade de direitos – e as práticas de dominação paternalistas, que predispõem a sociedade a esperar passivamente que essa igualdade lhes seja legada como prova do amor e da bondade dos agentes do poder. No Brasil, em que essas duas condições se combinam de maneira frequentemente perversa, os movimentos sociais oscilam entre as proposições ativas de transformações sociais e as manifestações reativas, ressentidas, que expressam insatisfação popular, mas não levam a nenhum resultado efetivo no sentido do aperfeiçoamento dos dispositivos da democracia. (KEHL, 2015, p.22-23).

Ou seja, mais uma vez Kehl nos mostra o perigo do ressentimento na política, pois essa emoção enfraqueceria as próprias lutas por transformação social e não levaria ao aperfeiçoamento da democracia. Por outro lado, a autora se mostra preocupada por esse diagnóstico porque para ela o ressentimento é uma das emoções políticas características de nossas democracias liberais, como já salientado.

Apesar de não falar em ressentimento propriamente dito, a pesquisa de Favret-Saada pode nos ajudar a refletir acerca desse fenômeno à medida em que nos traz a categoria de vingança para pensar como a feitiçaria manifestada em seu campo, transforma o sujeito passivo em ativo, em termos de poder e influência, no Bocage francês (FAVRET-SAADA, 1980). Podemos pensar o ressentimento como mantendo uma aproximação para com a vingança, pois essa última pode ser uma decorrência da primeira. Até que ponto o ressentimento, nesse sentido, pode se qualificar enquanto uma força instrumentalizante de transformação emocional do sujeito e/ou grupo? Se Kehl nos fala que o ressentimento pode se derrocar em reações reativas, essas reações não são aleatórias e podem ser o fator existencial pelo qual o sujeito envolvido reclama cidadania e sentido para sua vida - a considerar as relações de poder intrínsecas nesse cenário. Essa perspectiva acaba por deslocar o ressentimento que teria conotações destrutivas e

estagnantes - para a maior parte da literatura clássica acerca do ressentimento -, para o ressentimento enquanto motor político (em que pese e se considere todos os dilemas éticos que podem submergir desta relação).

Nesse debate acerca do ressentimento enquanto motor político, Mônica Grin nos fala sobre o ressentimento numa visão de direito conquistado. Para a autora, articulando Jean Améry, o Ressentimento se localiza enquanto resistência à traumas coletivos, se qualificando como uma “virtude moral” (GRIN, 2013, p.10). Para Grin, ambientada em um debate sobre o ressentimento em ambientes de grandes traumas coletivos como o holocausto ou o apartheid na África do Sul, o ressentimento não pode ser considerado uma emoção desqualificada de seu potencial político transformador. Para ela, diferente de Kehl, o ressentimento é necessariamente uma emoção que evoca a memória e o não-esquecimento, uma emoção ativa, uma vez que conclama à resolução de episódios de violência e opressão.

Nesse sentido, o ressentimento seria uma espécie de dispositivo que permitiria a lembrança da permanente atuação de fazer justiça. Argumentar contra o ressentimento, advogando por fatores psíquicos que nos leva ao menosprezo e à baixa moral, é argumentar a favor de uma neutralidade na justiça que só interessa à perpetuação da violência e da opressão. Portanto, para Grin, é extremamente necessário

explorar o tema do lugar que o ressentimento tem ocupado no mainstream acadêmico e da necessidade de observar suas manifestações, especialmente em casos de violência extrema, não como uma ameaça à paz social ou como patologia individual, mas como um possível protesto cujas razões morais são plenamente legítimas e merecem ser identificadas (GRIN, 2013, p.14-15).

Numa perspectiva balizadora, Fassin faz uma diferenciação entre Ressentimento e Re-ssentimento (FASSIN, 2013), demarcando, através de uma ótica da Antropologia da Moral, uma diferença de apreensão de sentido do conceito. Atrilando emoções e julgamentos morais, o autor historiografa o conceito de ressentimento ora como alienação histórica ora como alienação ideológica, porém advoga por uma potência dos conceitos que falam mais do que parecem documentar.

Para expor melhor seu ponto de vista, Fassin expõe dois exemplos que explicitam, segundo ele, dois tipos de subjetivação moral e política do ressentimento: um sobre o ressentimento de vítimas ou descendentes de vítimas do apartheid na África do Sul e outro sobre o ressentimento de policiais na França. Para o autor, o primeiro tipo de subjetivação praticada se coloca mais como uma reação aos fatos históricos que geram uma condição de busca por reconhecimento: “significa a impossibilidade de esquecer e a falta de sentido de perdoar”

(FASSIN, 2013, p. 260). Já o segundo tipo, diagnosticado por Fassin em policiais envolvidos em episódios de violência policial, se qualifica como uma reação a uma situação relacional que envolve animosidade difusa e tende à vingança, buscando um outro estado de coisas que não o satisfaz (uma França sem imigrantes e “indesejados”).

Nesse sentido, Fassin diferencia o Re-sentimento como uma categoria que está para a indignação, de forma ativa e que resulta de uma relação assimétrica devido a uma alienação histórica (por consequências de um passado que se repercute na atualidade), de Ressentimento, do qual deriva de uma alienação ideológica que provoca rancor e provoca uma realidade turva.

Para além das críticas da exploração de uma dicotomia que pode estar ou ser relacionada à categorias políticas como bem exposto por colegas e pesquisadores presentes no próprio artigo de Fassin (FASSIN, 2013), sua analítica é importante, embora localizada e impossível de ser universalizada, uma vez que nos permite comparar os aspectos do(s) Ressentimento(s) presentes tanto em Kehl como em Grin.

O que não me convence é a separação radical entre grupos “oprimidos” e “opressores” que a análise de Fassin pode dar a entender. Como argumentei sobre Kehl, acredito que a análise dos dois aspectos do Ressentimento precisa ser deslocada para o contexto relacional de nossas pesquisas, sem julgarmos que o “bom” ressentimento está para uma determinada posição política ou grupos sociais e o “mau” para outra: é importante que deixemos o campo (a saber também nosso senso antropológico sem apego a conceitos e dicotomias inférteis como “bem” e “mal”) nos evidenciar as conjunções e movimentos explícitos na gramática emocional experimentada naquela ocasião analisada.

3.4 REVITALIZANDO A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dito isso, com o desenvolvimento do ciberativismo, do advento da internet, das redes sociais e do meio digital, a literatura dos movimentos sociais vem ganhando novas roupagens e problemáticas. Alguns autores, nesse cenário, devido ao caráter próprio de tempo/espaço que as redes propiciam, sugerem certo “radicalismo” dos movimentos sociais, inclusive os minoritários, no mundo ocidental. Em paralelo com os vícios e os efeitos nocivos de algumas estratégias e composturas dos movimentos nas redes digitais, mas também fora destas, o autoritarismo, micro-fascismos e afeição neoliberal que os movimentos sociais podem gerar e/ou compactuar é algo que está sendo levado a sério (RISÉRIO, 2019; HAIDER, 2019).

De “Militância Triste” à “Ativismo Tóxico” e “Radicalismo Rígido”, os autores dessa perspectiva crítica aos movimentos sociais minoritários contemporâneos têm chamado a atenção para uma crise do ativismo/militância (a diferenciação é digna de problematização) desses movimentos, que nos países europeus e americanos, emergidos em uma revolução tecnológica em tempos de cólera (WELTMAN, 2015), vem se tornando ineficazes para o processo político, acabando por individualizar o sujeito concreto dos problemas estruturais da sociedade e a estabelecer uma “cartilha” politicamente correta para as pessoas, dentre outras questões (ver Mark Fisher (2009, 2014), Conor Barnes (2018) e Nick Montgomery e Carla Bergmann (2017)).

Embora as críticas comuns aos movimentos sociais, pelo menos aqui no Brasil, tenham vindo de movimentos considerados à direita da política, o modo com o qual o conceito de “Lugar de Fala” e “Apropriação Cultural” (para citar apenas alguns exemplos empíricos mais palpáveis), vem sendo tratado no debate público brasileiro também são questionados por setores de esquerda, embora não sem contestações e assédios (BOSCO, 2017; RISÉRIO, 2019). Geralmente esses conceitos são expressos de modo mais inflamado em episódios de cancelamentos, onde as pautas dos movimentos minoritários emergem de modo bastante evidente. Por ser a Antropologia uma área na qual os conceitos citados foram gerados, acredito ser da competência da mesma fazer densificação etnográfica desses termos no espaço público e a devida análise da problemática.

Nesse sentido, reconhecendo o caráter das teorias dos movimentos sociais e a potência analítica do campo das Antropologia das Emoções na interseção política/emoções, nosso trabalho aqui está ancorado na compreensão de fenômenos e-mocionais no Novo Espaço Público Brasileiro (que tem como sua arena privilegiada, as mídias digitais), que expressa, direta ou indiretamente, pautas importantes dos movimentos minoritários. Nessa linha de raciocínio, procuramos analisar cenários que fossem representativos de grupos e que envolvessem conteúdos relacionados aos movimentos minoritários que acabaram interferindo no debate público, nos afastando de posições mais individualizadas.

4. O CASO LILIA SCHWARCZ E A PROBLEMÁTICA DO “LUGAR DE FALA”

No dia 02 de agosto de 2020, Lilia Moritz Schwarcz, fundadora da editora Companhia das Letras, Antropóloga e historiadora brasileira branca, especialista em autoritarismo e pesquisadora das relações raciais, publicou um texto intitulado “Filme de Beyoncé erra ao glamourizar negritude com estampa de oncinha” no jornal “Folha de São Paulo”¹², onde analisava a até então recente produção da cantora pop afroamericana estadunidense Beyoncé, o filme “Black is King”. Seu texto rendeu muitas reações na internet.

No Twitter, o episódio chegou aos assuntos mais comentados. As pesadas críticas negativas levaram Lilia a pedir desculpas e se retratar quanto ao tom do texto. As críticas ao texto se confundiram com críticas à branquitude¹³ (sistema de opressão racista) (MÜLLER; CARDOSO, 2018), de forma bastante forte. Lilia foi acusada de ser racista, apesar de ter uma grande produção sobre as temáticas referentes às relações étnico-raciais - o que, obviamente, não a impede de reproduzir racismo.

A narrativa de seu cancelamento se baseou primeiramente na retórica do Lugar de Fala, uma vez que estar falando sobre uma das artistas negras de maior sucesso atualmente parece configurar, para os críticos, uma espécie de crítica baseada no ataque e no racismo. E se fosse uma pessoa negra que tivesse escrito o texto? As críticas tenderiam a mesma força?

Conceito muito importante para a Antropologia, o uso do Lugar de fala tem se tornado comum no novo Espaço Público brasileiro, o que tem levado e suscitado muitos debates pertinentes à temática. Entretanto, a forma com que se reclama Lugar de fala muitas vezes traz uma tônica bastante enérgica, ancorada na disposição da rapidez e da imediatidade da internet, inclusive, para alguns, revelando certo “fascismo identitário” (RISÉRIO, 2019), ou ao menos instaurando algumas problemáticas nas quais convém pensarmos a respeito¹⁴.

Numa outra perspectiva, para alguns autores como Haider (2019), as temáticas referências aos movimentos “identitários” têm se localizado em um terreno bastante disputado também pelo neoliberalismo, através do que as identidades têm por ‘armadilhas’, na tentativa de explorá-las desprovidas de suas condições materiais e mais em suas condições subjetivistas,

¹² O texto está disponível no seguinte link: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml>

¹³ Para mais informações, ver <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/>

¹⁴ Existe uma entrevista (2017) do já citado escritor e filósofo Francisco Bosco, autor de “A vítima tem sempre razão?” intitulada: “O ativismo identitário e o debate público”, que muito tem a colaborar com o debate. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z0Sr2Qz17Vs&t>

o que instaura uma política baseada em estilo de vida e não em opressões materiais. Essas armadilhas informam a problemática do essencialismo político e da cooptação de pautas dos movimentos sociais na engrenagem capitalista. Entretanto, para esse momento, não vamos nos deter a isso, embora seja importante reconhecer que o cancelamento está envolto em todas essas disputas para que possamos compreender esse fenômeno em todas as suas dimensões e aspectos.

Interessante observar que esse episódio do cancelamento em questão se imbricou com posicionamentos de intelectuais e/ou integrantes do movimento negro tanto contra, quanto a favor do texto da Lilia. Os pressupostos contra o texto envolviam ora racismo estrutural ora falta de percepção de elementos afrofuturistas que o filme de Beyoncé estava dialogando. Os a favor, envolviam a falta de intenção de Lilia em reproduzir racismo, uma vez que estava chamando atenção simplesmente para um caráter exageradamente glamoroso (aqui em um sentido negativamente aliado à hegemonia da indústria musical internacional) do filme (importante salientar que algumas dessas posições contrárias ao ‘cancelamento’ de Lilia também acharam alguns termos usados pela acadêmica no texto em questão bastante infelizes, mesmo concordando com o argumento central de sua crítica).

O modo com que as críticas direcionadas a Lilia foram elaboradas revelaram posicionamentos quanto ao “Lugar de fala”. Elaborado através das discussões em Antropologia relacionadas ao conhecimento localizado e ao papel do/a pesquisador/a na pesquisa, há uma percepção de como que esse conceito vem sendo articulado de maneira empobrecida no debate público. Por outro lado, esse debate se revela muito importante para a construção de uma outra gênese do conhecimento, múltiplo e perspectivado (RIBEIRO, 2017).

4.1 AS ESTRATÉGIAS DE ATAQUE

Importante salientar e nos debruçarmos, portanto, sob o conceito de Lugar de fala, tão difundido no novo espaço público brasileiro. O lugar de fala se coloca como um instrumento metodológico para guiar pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais. Baseado na perspectiva da multiplicidade dos pontos de vistas, esse conceito ganhou força com a literatura referente aos marcadores sociais da diferença, importantes para qualquer discussão metodológica acerca da epistemologia científica (RIBEIRO, 2017).

No episódio em questão, muitos comentários na rede social Twitter criticaram o texto da Lilia recorrendo ao argumento dessa autoridade epistemológica que é o Lugar de fala:

Imagem 1- Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (1)



Fonte: Twitter (Stephanie estava com o Twitter desativado no momento da elaboração desse trabalho)

Stephanie Ribeiro, militante negra, arquiteta e colunista da revista Marie Claire, trata o texto da Lilia como sendo desrespeitoso tanto racialmente quanto em termos de gênero. Focando nos termos usados por Lilia em sua crítica ao filme de Beyoncé, Stephanie critica o suposto ar de superioridade que Lilia assume em seu texto mesmo que de modo implícito.

Imagem 2 - Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (2)



Fonte: disponível em <https://twitter.com/Savagefiction/status/1290086079727407104>

O escritor e militante negro, finalista do prêmio Jabuti 2020, “Ale Santos”, expressa seu descontentamento pelo texto da Lilia de forma evidente. Em sua perspectiva, que retrata um dos posicionamentos que se voltaram ao texto de Lilia, a historiadora não conseguiu entender a sensibilidade do filme da Beyoncé. No lugar de uma perspectiva glamorosa, beirando à simpatia burguesa, Ale coloca a potência do afrofuturismo, que se apresenta enquanto uma perspectiva político-literária de narração da história de povos negros em sua afirmatividade e potência, numa mistura de passado glorioso dos reinos em África com fabulações de um futuro libertário e emancipatório ao povo negro. Para Ale, Lilia não conseguiu compreender essa dimensão do filme da Beyoncé, caindo na cômoda visão etnocêntrica de glamourização da luta dos movimentos negros afroamericanos¹⁵

¹⁵ Para maior densidade, ver: <https://claudia.abril.com.br/cultura/afrofuturismo-o-movimento-que-inspirou-beyonce-em-black-is-king/>

Imagem 3 - Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (3)

Fonte: Twitter

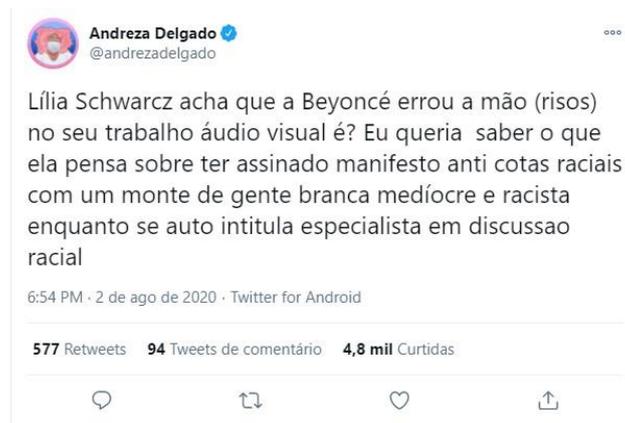
Em contrapartida, também houve uma terceira linha de pensamento que guiou as críticas ao texto da Lilia por representantes do movimento negro. Essa terceira perspectiva se alinha a alguns aspectos da crítica de Lilia ao filme da Beyoncé, mas não sob os mesmos termos: a ideia de uma apropriação cultural, que envolve a glamourização (principal aspecto que Lilia criticou em seu texto no jornal), de Beyoncé da cultura africana.

Sem querer entrar no mérito do contexto e problemáticas que envolvem a disputa da negritude entre afroamericanos e africanos, visto este ser um trabalho exploratório inicial sobre a temática do cancelamento, houve aspectos do texto de Lilia que foram aproveitáveis, em suas dimensões críticas, por acadêmicos negros: esse foi o principal deles. A ideia de apropriação cultural é outra ideia, aliada ao Lugar de fala, que tem movimentado os cancelamentos referentes aos movimentos sociais na internet. Beyoncé, sendo uma mulher negra moradora dos EUA pode utilizar-se de adereços e símbolos culturais do continente africano de maneira livre? Quais as problemáticas que isto pode gerar e quais os cuidados que se deve ter ao discutir essa autoridade que desvela e revela quem é ou não é negro “de verdade”?¹⁶ O quanto isso nos revela sobre a formatação da indústria musical atual?

¹⁶ Sobre a temática de apropriação cultural de Beyoncé, ver: <https://hugogloss.uol.com.br/famosos/mae-de-beyonce-sai-em-defesa-da-filha-apos-acusarem-cantora-de-se-apropriar-da-cultura-africana-em-black-is-king-ela-nao-e-sua-inimiga/>

Para além dos percalços que o debate sobre Essencialismo Político e indústria cultural nos coloca, vamos agora para a ideia motora do cancelamento de Lilia: um episódio em que a mesma foi contra as políticas afirmativas das cotas raciais nas universidades.

Imagem 4 - Comentário representativo que trouxe à tona o episódio do manifesto anti-cotas assinado por Lilia Schwarcz



Fonte: disponível em: <https://twitter.com/andrezadelgado/status/1290043410808619008>

Andreza Delgado, militante negra e colunista da UOL, talvez tocou na ferida mais aberta de Lilia Schwarcz. Podemos dizer que esse seu cancelamento quanto ao filme da Beyoncé tem sim um componente da indústria pop (muitos fãs da Beyoncé atacaram Lilia sem nem conhecer o trabalho da antropóloga), mas também tem um componente político. Apesar de hoje se declarar a favor das cotas raciais, em 2006 a mesma assina um manifesto no qual desconhece o caráter necessário das cotas raciais no sistema universitário brasileiro ao reconhecer a necessidade de investimentos em educação como um todo¹⁷. Hoje Lilia reconhece o erro e sempre tenta se desculpar quando indagada, como esse texto de 2019 em sua conta na rede social Facebook demonstra.¹⁸

¹⁷ Link de texto da Lilia de 2001: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2908200110.htm> Link do manifesto de 2006: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2908200110.htm>

¹⁸ Link: <https://www.facebook.com/liliaschwarcz/posts/1302335136582006/>

4.2 A SENTENÇA RETRATATÓRIA E MAIS REAÇÕES

Na lógica punitivista do cancelamento, a retratação é obrigação. Assim como em outros episódios, Lilia resolve pedir desculpas pelo seu texto. O caráter performativo desse episódio toma seu ápice nessa atitude não só esperada como provocada.

Imagem 5 - Pedido de desculpas de Lilia Schwarcz



Fonte: disponível em <https://twitter.com/LiliaSchwarcz/status/1290066136562724864> ;

<https://twitter.com/LiliaSchwarcz/status/1290690849525968898> e

<https://twitter.com/LiliaSchwarcz/status/1290691974224326664>

As postagens referentes à retratação de Lilia quanto ao episódio de Beyoncé, inclusive repartindo a culpa com o jornal na qual o texto foi publicado, se segue aos comentários ainda indignados com o texto.

Imagem 6 - Comentários representativos ao pedido de desculpas de Lilia Schwarcz (1)

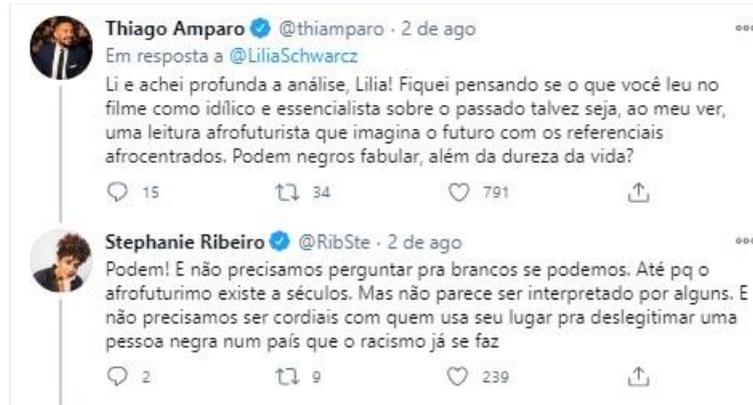


Fonte: Twitter

Aqui podemos ver um exemplo de um comentário feito sob uma perspectiva (entre tantas outras) da “militância” (Stephanie) e outro comentário feito a partir do que poderíamos chamar de “fanbase” (grupo de fãs de alguma pessoa famosa, geralmente da área musical), como é o caso do comentário de A – que tem expressa em seu perfil essa “identidade”. Não querendo homogeneizar as experiências e os atores envolvidos e tomando o cuidado para não sermos taxativos nem segmentares, é interessante pensar sobre as diversas camadas que a variedade de atores no campo em questão nos provoca, ao denotarmos o uso de letras maiúsculas e outras ferramentas muito presentes nas redes sociais em episódios de controvérsias.

Outro comentário representativo do professor de direito da FGV-SP, militante negro e colunista da Folha de São Paulo se refere àquelas indagações com respeito ao afrofuturismo não visto por Lilia em sua crítica:

Imagem 7 - Diálogo entre as percepções afrofuturistas acerca do episódio



Fonte: disponível em <https://twitter.com/thiamparo/status/1290071160386813952>

A sensação, para a maioria dos críticos, foi que Lilia não conseguiu ver a potência do filme da Beyoncé por sua “branquitude”, o que reforça a noção de Lugar de fala já esboçado aqui.

Imagem 8 - Comentário representativo das críticas à Lilia Schwarcz (4)



Fonte: Twitter

Os ataques foram crescendo e algumas pessoas não se conformaram com o tom do pedido de desculpas:

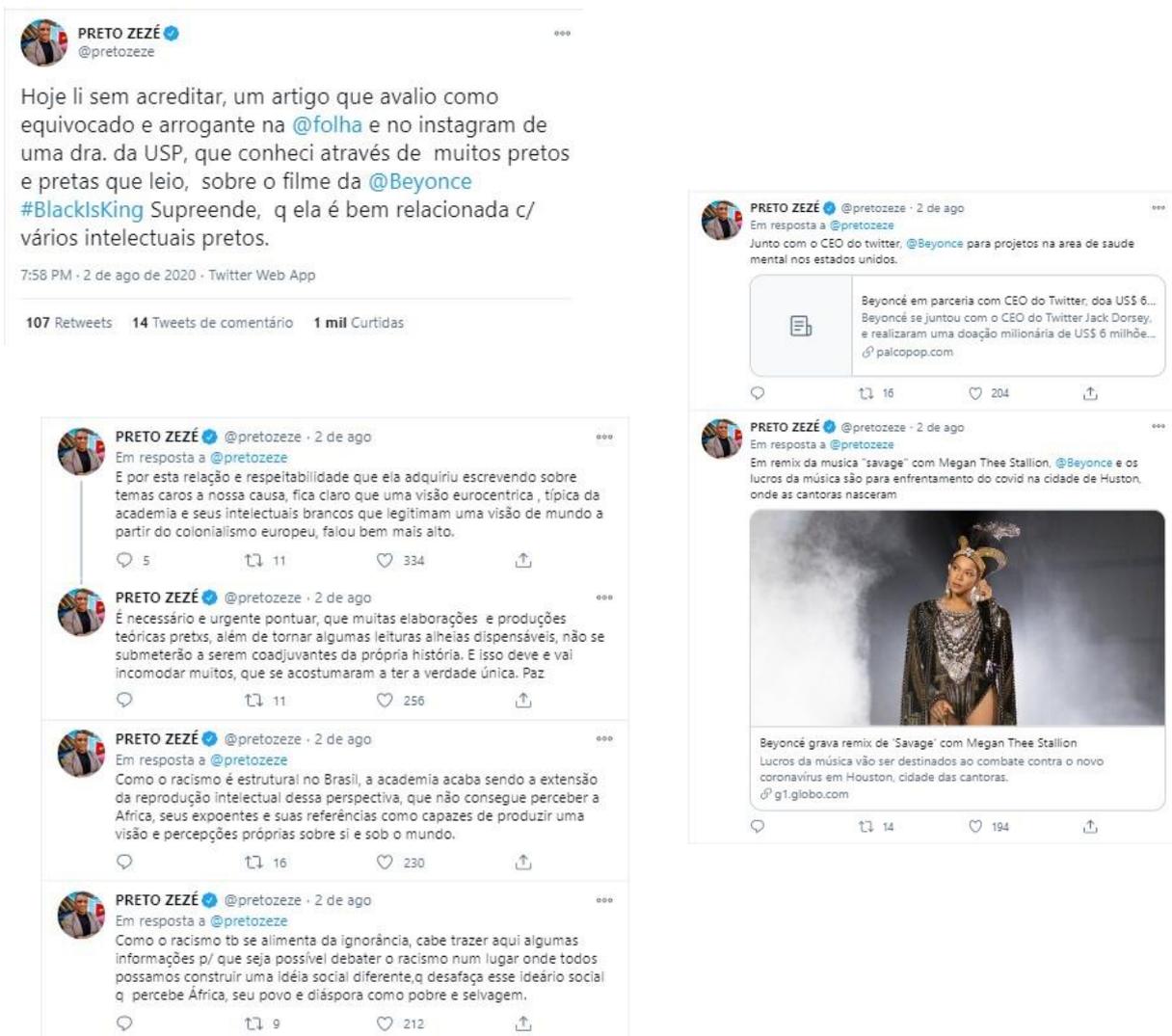
Imagem 9 - Comentário representativo ao pedido de desculpas de Lilia Schwarcz (2)

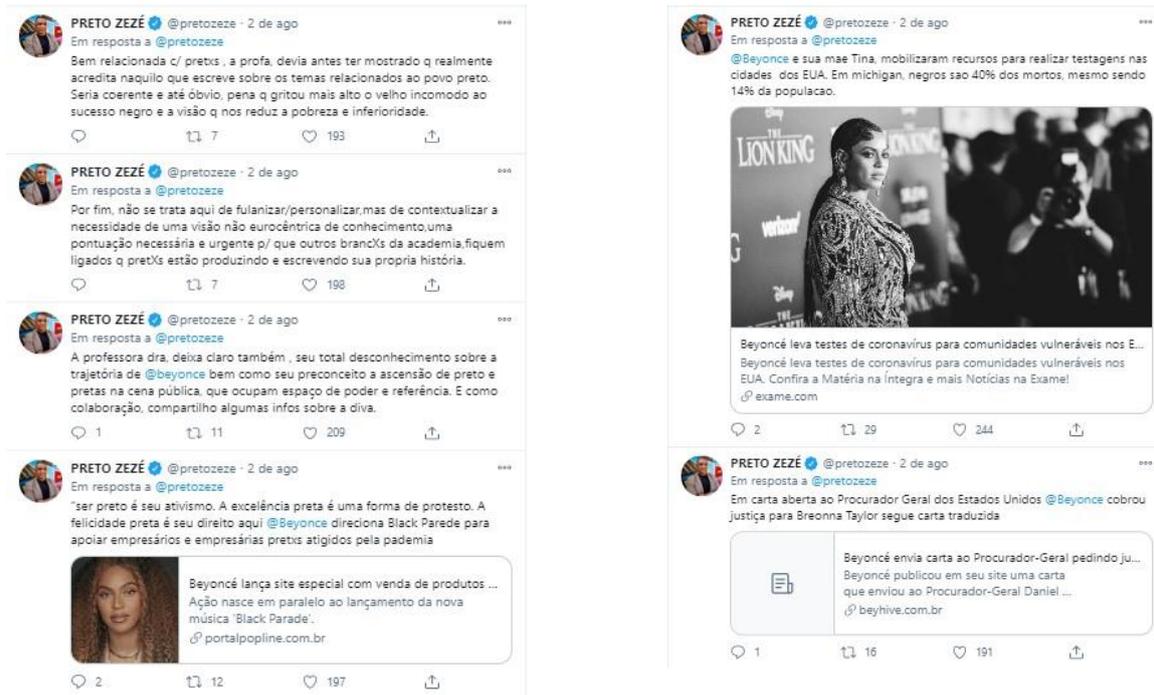


Fonte: Twitter

O produtor artístico e musical e militante negro Preto Zezé, presidente da CUFA (Central única das favelas), também esboçou sua opinião que foi representativa de muitas críticas à Lilia acerca do episódio.

Imagem 10 - Comentário de Preto Zezé ao episódio cheio de referências e argumentos acerca do trabalho de Beyoncé para as causas negras





Fonte: disponível em <https://twitter.com/pretozeze/status/1290059341161267200>

Na tentativa de expor que a antropóloga em questão estava equivocada quanto a sua análise, o ativista expõe todas as atitudes e trabalho de Beyoncé na luta contra o racismo. Nesse sentido parece ser mais a favor de 'cancelamentos' que envolvam empresas (como os boicotes) do que de cancelamentos que envolvem indivíduos (já que no dia 03 de Dezembro de 2020 os dois, Preto Zé e Lilia fazem uma conversa no Instagram¹⁹), como um post dele no Instagram sugere:

Imagem 11 - Post do Instagram de Preto Zé acerca do que pode representar episódios de pressão social sobre empresas para o movimento negro



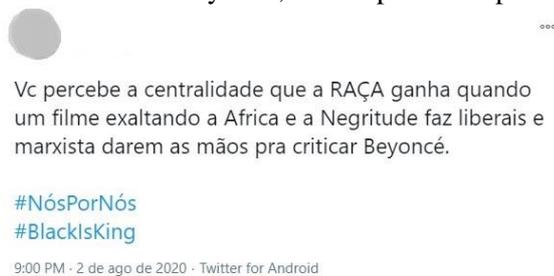
Fonte: disponível em <https://www.instagram.com/p/CIOqf9jgAPN/>

¹⁹ Link da publicação no perfil de Preto Zé: <https://www.instagram.com/p/CIVupNHgXqF/>. Link da live gravada no perfil de Lilia Schwarcz: <https://www.instagram.com/p/CIWgJvEH6LK/>

Esse é um post do dia 30 de novembro de 2020 e se refere a uma ação de alguns grupos dos movimentos negros brasileiros depois de mais uma morte de um homem negro em Porto Alegre em uma das unidades da rede de supermercados Carrefour ocorrido no dia 19 de Novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência negra, o que fez com que ocorressem protestos em todo Brasil²⁰.

A relação entre marxistas e liberais em não considerar as relações étnico-raciais como interdependentes e tão importantes quanto as de classe, e como fundantes da sociedade brasileira, também foi elucidada em algumas críticas.

Imagem 12 - Comentário representativo que associa a aliança entre liberais e marxistas na ânsia da crítica à Beyoncé, nesse episódio específico.



Fonte: Twitter

A influenciadora digital e também militante negra, Tia Má, também se pronunciou sobre o episódio.

Imagem 13 - Post da influenciadora Tia Má no Instagram acerca do texto de Lilia Schwarcz



Fonte: disponível em <https://www.instagram.com/p/CDZ-gQ5DPy3/>

²⁰ Link: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>

Assim como a cantora Iza, mulher negra considerada um fenômeno da música brasileira, em sua conta na rede social Instagram, se pronunciou; o que demonstra a importância do episódio:

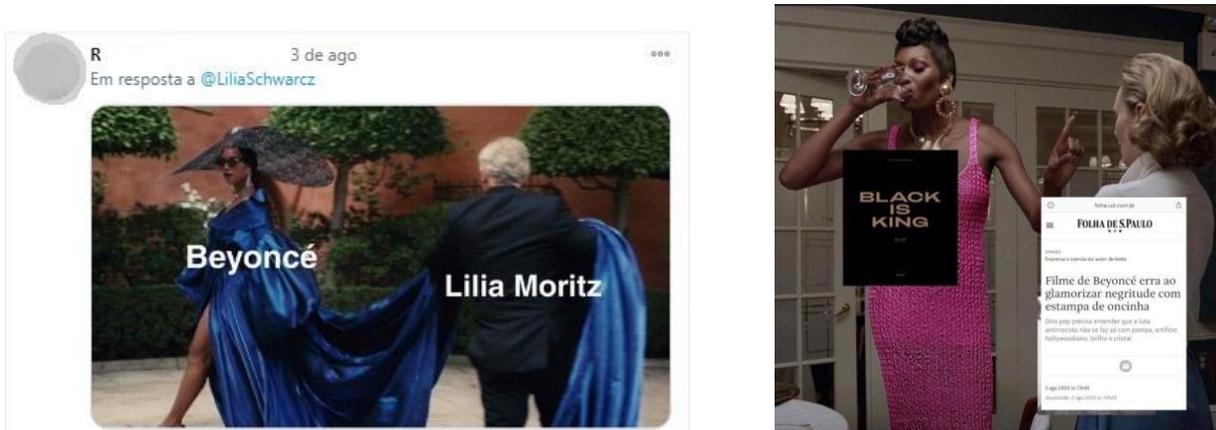
Imagem 14 - Stories de cantora Iza no Instagram acerca do texto de Lilia Schwarcz



Fonte: Instagram

Entretanto, o tom de muito do que se viralizou na internet foi de deboche e de memes.

Imagem 15 – Dois memes representativos sobre o episódio que foram publicados nas redes sociais



Fonte: Twitter

Por outro lado, voltando ao pedido de desculpas de Lilia, alguns revidaram a “cultura do cancelamento” advogando pelo respeito às críticas construtivas.

Imagem 16 - Comentário representativo que chama atenção para um uso indevido do conceito de “Lugar de fala” nesse episódio



Fonte: Twitter

4.3 ENTREVISTA PARA O “RODA VIVA”

No programa do dia 07 de setembro de 2020 do Roda Viva (tradicional programa de entrevistas de TV Cultura), Lilia Schwarcz falou, dentre outras coisas, sobre a polêmica envolvendo o texto que fez sobre o filme “Black is King” da cantora Beyoncé²¹.

Questionada pela jornalista e apresentadora do programa Vera Magalhães, Lilia demonstrou que lidou com o episódio mediante “aquilo que aprendeu na antropologia, na base da escuta”. Também tratou de qualificar o texto como sendo uma “encomenda muito rápida” pela Folha de São Paulo e reconheceu que deveria ter escutado pessoas mais qualificadas sobre a temática do afrofuturismo presentes nas obras de Beyoncé antes de escrever o texto em questão. Também aproveitou o momento para relatar que o texto tinha mais posições positivas e elogiosas do trabalho da cantora do que negativas, mas no que o texto teve de crítica não se orgulhava de sua última frase (onde a mesma fala que Beyoncé tem que sair da sua sala de jantar para observar a realidade do povo negro): “quero viver em um mundo onde a gente possa

²¹ O programa completo pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=eU_BxcEuXro

errar e aprender com os erros”, ao falar sobre o que chamou de “tribunal moral”. Lilia também falou sobre a importância de se pensar o domínio e o privilégio da branquitude no mundo, se dizendo, em outro momento que não o da entrevista em questão, sintoma dessa branquitude, alegando que o título do texto foi escolhido por editores da Folha de São Paulo²²

Além disso, Lilia fala sobre Lugar de fala:

A questão de lugar de fala tem sido muito mal compreendida, no sentido de que eu acho que lugar de fala significa uma política de reparação, significa uma política de reconhecimento muito importante... O que não quer dizer que lugar de fala seja monopólio. Muitos autores mais referenciados como lugar de fala é Foucault, no contexto de junto [...] com Deleuze, eles trabalhavam em um projeto de escutar as vozes dos apenados, das pessoas que estavam na prisão. Primeiro livro deles traz essas vozes, mas foi o próprio Foucault que escreveu [...] e escreveu depois o grande livro Vigiar e Punir, então eu acho que a gente está em um momento, e eu acho que o meu caso acabou sendo um caso muito interessante porque ele serviu para trazer uma série de concepções [...] Eu tô aprendendo com esse debate, aprendendo muito com esse processo dolorido por certo, mas que eu não sou uma vítima”²³.

Podemos presenciar alguns aspectos da fala de Lilia no programa em questão. A narrativa de que foi uma encomenda muito rápida do jornal funciona como um paliativo discursivo para a responsabilização do texto (no qual não foi feito com propriedade de quem conhece o trabalho da Beyoncé de perto, como ela mesma declara na entrevista). Porém, a antropóloga deixa bem claro que não se coloca como vítima uma vez que está envolta em uma cultura de racismo sistêmico e que segue aprendendo a reconhecer seus erros.

4.4 O CANCELAMENTO E SUAS EMOÇÕES – O RESSENTIMENTO MANIFESTADO

Como vimos, a narrativa do Lugar de fala, muito importante para a produção de um conhecimento multiperspectivista, colabora para a desnaturalização de um sistema de saber/poder branco, neste caso. A forma com que o termo é cunhado no episódio do cancelamento da intelectual em questão foi bem incisiva. Aqui está uma demonstração de como o novo espaço público brasileiro digital (BOSCO, 2017) parece não aceitar mais qualquer argumento de autoridade de alguém sob uma temática, mesmo que este alguém seja formado

²² Link: <https://mundo negro.inf.br/sou-um-sintoma-da-branquitude-lilia-schwarcz-diz-que-o-titulo-do-seu-artigo-foi-feito-por-editores-da-folha/>

²³ “Lilia Schwarcz fala sobre polêmica do texto sobre “Black is King”, da cantora Beyoncé”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_cRyyvXJHls&t.

nesta área em específico: as vivências de populações que não chegam à academia, por exemplo, também se tornam importantes e parece que a necessidade de saber ouvir o que as pessoas têm a dizer (mesmo que estas nem leiam seu trabalho ou nem te conheçam) se coloca de forma ainda mais obrigatória em tempos de cancelamentos. A retratação é essencial e esperada em episódios de cancelamentos, quase que como uma sentença.

Nesse sentido, podemos elencar as reações ao texto da Lilia como sendo de três tipos principais: 1) reações inflamadas por fãs de Beyoncé, não necessariamente entendendo o que está em jogo nas questões raciais que envolvem o episódio (menos isso do que a reprodução de um discurso baseado no argumento de Lugar de fala como monopólio: expresso em comentários como “a branca querendo dar palpite em trabalho de artistas negros”); 2) reações de intelectuais e militantes do movimento negro que, mesmo alguns considerando a polêmica da apropriação cultural de Beyoncé e a lógica nem um pouco revolucionária da indústria musical *mainstream* atual, acusam Lilia de reproduzir branquitude ao não ter o cuidado de entender toda a dimensão do filme em questão e de usar frases problemáticas em seu texto (além de não compreender a dimensão do afrofuturismo do filme, adequando-o em uma perspectiva analítica eurocêntrica), e a acusação de não compreender suficientemente a carreira de Beyoncé e suas ações para com o movimento negro estadunidense, sempre lembrando a posição de Lilia contra as cotas raciais no ensino superior em 2006; 3) reações de intelectuais em sua maioria brancos, recharçando os ataques à Lilia em apelo aos anos de estudos da antropóloga na temática em questão, ao mesmo tempo em que atacam a “esquerda identitária” e toda sorte de conceitos como Lugar de fala (muitos sem demonstrar menor interesse e conhecimento da importância do conceito).

Como se trata de um evento virtual, o *modus operandi* do cancelamento se adequa à plataforma ou rede social que esta está localizada, ao mesmo tempo em que se inter-relaciona com outras ferramentas e dinâmicas de redes sociais concorrentes, como foi o caso do episódio analisado. Assim como Michel Agier (2001) nos diz, “os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo” (p.9). Escolhemos tratar, como foi mostrado, exemplos dessas narrativas que se colidem com as lutas identitárias mais propriamente no Twitter, por uma questão de volume de dados e movimentação.

A forma com que os argumentos são localizados e emergidos nas redes sociais se mostra bastante performático, em seus atos de fala e enunciação (AUSTIN, 1990), neste caso em forma de digitação, uma vez que, não podendo recorrer ao corpo físico há toda sorte de memes e outras

ferramentas que particularizam o evento, trazendo um tom crítico, e por vezes difamatório, muitos baseados na pura desqualificação. Os dois memes que inserimos neste trabalho fazem parte dessa referência. Podemos ver como que a narrativa gráfica deles (que utilizamos como exemplificação de muitos outros que circularam na internet), manifestam referências da cultura pop ao instaurarem uma realidade sarcástica que representa uma hierarquia de classe expressada de forma invertida numa hierarquia de raça, que é personalizada para o episódio em questão.

Podemos também vislumbrar o caráter das emoções nesse episódio. As reações ao texto de Lilia provocaram calorosas manifestações e debates em muitos círculos acadêmicos. É interessante observar nesse episódio e nos casos de cancelamento no geral, que o ressentimento parece estar movendo muitos desses posicionamentos, seja endossando críticas necessárias, seja contrapondo a forma com que elas parecem dizer sobre toda a trajetória de uma pessoa.

A expressão “a branca querendo dar palpite em trabalhos de artistas negros” e os memes dispostos anteriormente, revelam expressão de certa raiva ou ira derivada de séculos de expropriação e marginalização do povo negro. Podemos conceber, portanto, esse fenômeno sob a ótica do ressentimento, que pode ser tão potente quanto destruidor de estratégias eficazes no combate à discriminação e ao racismo. Mas qual a base teórica que podemos acionar para pensarmos sobre isso?

Segundo Jaggar (1988), as emoções têm características políticas bastante reveladoras. Concebendo o potencial epistêmico e emancipatório das emoções, a autora atribui as emoções como pertencentes a dois reinos: o reino à serviço do status quo, que estariam assim atuando enquanto emoções hegemônicas ou prescritas, e o reino à serviço do reconhecimento da necessidade da construção de uma sociedade alternativa, adquirindo assim um caráter subversivo:

As pessoas que experimentam emoções convencionalmente inaceitáveis, que chamo de emoções "proscritas", são muitas vezes indivíduos subordinados que pagam um preço desproporcionalmente alto para manter o *status quo*. A situação social dessas pessoas torna-as incapazes de experimentar as emoções convencionalmente prescritas: por exemplo, é mais provável que pessoas de cor se encolerizem em vez de achar graça quando uma piada racista é contada, e mulheres, alvo de gracejos sexuais masculinos, podem não se sentir lisonjeadas mas incomodadas ou até assustadas (JAGGAR, 1988, p. 174).

A autora nos diz que durante muito tempo a revolta, baseada na raiva e na ira, e outras tantas emoções, foram menosprezadas socioculturalmente por expressarem um descontentamento com o status quo. Curioso denotarmos que essas emoções são tornadas corpo justamente pelos grupos minoritários: mulheres, LGBTQIA+, negros e negras, indígenas,

pessoas com deficiências, etc; ou seja, pessoas que de alguma forma não são privilegiadas com o sistema e ordenamento social atual.

Nesse sentido, o ressentimento expresso aqui nesse episódio de cancelamento pode ser visto como uma emoção proscrita. O que convém nos questionarmos é se essa emoção realmente mantém seu “potencial subversivo”, como bem argumenta Mônica Grin (2013), ou se reproduz elementos das emoções prescritas/hegemônicas que expressam o status quo, o que seria o ressentimento movido a passividade e ancorado em individualismo, apresentado por Fassin (2013) e também por Kehl (2005; 2015). Essa resposta vai depender do caminho que essa emoção do ressentimento está trilhando e na medida com que esse caminhar esteja trazendo frutos coletivos para o objetivo dos grupos sociais envolvidos mais do que malefícios e reprodução de opressões e hierarquias.

Com isso, podemos dizer que a linguagem emocional do cancelamento nesse episódio em particular esteve atrelada a emoções como a culpa (quando parece haver uma linguagem mediada pelo julgamento na busca da retratação devida do/a cancelado/a), a raiva e o ressentimento, que como já colocado mais atrás, é uma constelação de afetos que tem muito a nos dizer sobre a sociedade e cultura brasileira no geral (KEHL, 2015), nesse palco de guerras culturais e batalhas morais que se transformou o novo espaço público brasileiro (BOSCO, 2017; MISKOLCI, 2021).

De toda forma, seguindo a compreensão do episódio inserido neste trabalho, as mídias digitais e a internet parecem terem dado maior espaço para que as narrativas daquilo que pode ser considerado correto politicamente ganhem força mediante variados métodos. Até que ponto esse instrumento pode ser usado de forma eficaz para transformação política uma vez que esses eventos estão se dando em uma atmosfera de intensa polarização? Quais os sintomas que a cultura do cancelamento revela sobre nossa cultura ocidental e brasileira? Quais cuidados e limites que o cancelamento pode exigir como estratégia política (quando esta usada para essa finalidade)? O cancelamento seria mais um evento que potencializaria o debate e mudanças de atitudes ou até mesmo de políticas públicas e privadas (mais quando este cancelamento é direcionado para empresas ou grupos de influências) ou este pode mais cercear que ajudar na transformação sociopolítica? Afinal, qual a lógica de um cancelamento? Nesse sentido, vamos expor alguns caminhos de respostas a essas perguntas a partir de materiais que trazem a síntese das controvérsias que a dinâmica do cancelamento vem gerando no debate público.

5. O CENÁRIO DO CANCELAMENTO NO DEBATE PÚBLICO E SUAS REPERCUSSÕES

Antes que comecemos, é bom que se diga que a expressão ‘cancelamento’ se trata de um termo nativo, êmico, do espaço público que estamos a analisar, e se justifica por se qualificar enquanto algo até então inédito em suas repercussões e força mobilizadora. Nesse sentido, não estamos tratando de um cenário de debate onde críticas são pontuadas e debatidas, nem mesmo de um cenário exclusivo de certos grupos na internet sem nenhuma repercussão outra, o que talvez justificasse uma não atenção ao fenômeno. Muito pelo contrário. Estamos tratando de uma dinâmica que funciona de modo bastante complexo, envolvendo muitos fatores situacionais do debate público, onde o julgamento pode ser mobilizado em suas forças morais e emocionais, repercutindo de forma volumosa nas redes on-line e também off-line.

Nesse cenário, iremos começar concebendo o cancelamento em suas origens, baseado no trabalho importante que a edição 258 de junho de 2020 da Revista Cult traz em seu dossiê sobre a “cultura do cancelamento”²⁴, percorrendo o início dessa dinâmica e trazendo algumas considerações, em formato de artigo de opinião, acerca dela. Convém aqui, antes de caminharmos para a exposição do dossiê, explicitarmos que essa presente pesquisa não convencionou chamar o cancelamento enquanto “cultura” e sim enquanto “dinâmica”, por uma causa simples: é preciso analisar as complexidades dessa prática antes de concebermos enquanto cultura no sentido antropológico do termo. Nesse sentido, estamos considerando sim as narrativas que declaram ver o cancelamento enquanto uma “cultura” baseando-se em seu conteúdo e não, necessariamente, concordando que o cancelamento tenha ganhado esse status de “cultura”.

O dossiê em questão começa com uma apresentação do jornalista Jerônimo Teixeira. Homem branco, ele reúne alguns episódios importantes de quando se começou a falar sobre “cancelamento” no cenário internacional. Para ele, esse debate começou nas universidades estadunidenses, sob uma discussão que envolvia reestruturação de currículos dos cursos de graduação nos EUA. Apesar de ainda não se falar em “cancel culture” em 2015, já se publicava textos críticos com referência à “pressão interna” que professores estariam passando para não mais ministrar conteúdos de pessoas brancas, cis e heterossexuais. Além disso, em 2017, o movimento “MeToo”, movimento de denúncia contra abusos sexuais contra mulheres, foi palco

²⁴ Cultura do Cancelamento, Cancelamento da Cultura. Revista Cult, edição 258, junho 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/categoria/edicoes/cult-258-cultura-do-cancelamento/>

de muitos debates acerca da força que a internet pode ter em chamar atenção para casos importantes, mas desprestigiados. Sem querer entrar na polêmica exposta, o autor diz que esse movimento foi um marco importante para a fabricação de episódios de cancelamento no mundo.

Nesse sentido, convém registarmos que o manifesto, em formato de carta aberta, publicada pela revista Harper's Magazine em julho de 2020, e assinada por mais de 150 artistas e intelectuais, entre eles Noam Chomsky, Margaret Atwood, Salman Rushdie e J.K. Rowling (essa última inclusive “cancelada” por suas opiniões consideradas transfóbicas²⁵); ascendeu o debate sobre o cancelamento. Na carta, há uma crítica à “intolerância às perspectivas opostas” e a “moda de humilhação pública” nos EUA²⁶. Para Jerônimo, esses são apenas alguns elementos que nos permitem vislumbrar a importância que o tema do “cancelamento” tem ganhado no cenário público.

Em seu artigo do dossiê, o filósofo Eduardo Wolf, homem branco, evidencia que o que se chama de “cancelamento” hoje, teve embrião nos movimentos de contracultura, multiculturalismo e descolonização. Ele inclusive cita um exemplo junto às universidades multiculturais estadunidenses, na década de 1980, onde o combate ao etnocentrismo e a necessidade dos processos de descolonização foram confundidos com reivindicação de exclusão dos clássicos das mais variadas áreas dos currículos dos cursos de graduação, além da necessária expansão desses currículos para abranger outras óticas de interpretação e outras narrativas a partir de corpos não-hegemônicos.

Banir autores e temas e ajustar o pensamento alheio às doutrinas radicais de acadêmicos “antissistema” – eis o ensaio geral bem-sucedido da “cultura do cancelamento” que viria a caracterizar a infantaria da esquerda nas guerras culturais que consumiriam a América nos anos vindouros²⁴.

Esses episódios, para o filósofo, revelaram um certo autoritarismo de “esquerda” bastante proeminente e que começou a se expandir muito rapidamente nas américas e Europa. Para ele, eis o cerne da “cultura do cancelamento”: as guerras culturais americanas, o multiculturalismo e os processos de descolonização.

Para o autor Rodrigo de Lemos, homem branco doutor em Literatura pela UFRGS, também presente no dossiê, o que se chama de cultura do cancelamento é algo que pode ser

²⁵ “J.K Rowling e a transfobia – Entenda a polêmica”, 2020. Por Mariana Canhisares - Omelete. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/j-k-rowling-transfobia-entenda-polemica#80>

²⁶ “Carta aberta acerca debate sobre cultura do cancelamento”, 2020. Por Stuart Braun - DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/carta-aberta-acirra-debate-sobre-cultura-do-cancelamento-nos-eua/a-54129576>

visto sob o prisma da justiça, em casos que o “cancelado” comete um crime e tem que ser punido:

Alguns cancelamentos envolvem casos reais de discurso de ódio e exposição indevida de pessoas vulneráveis, por simples impulso sádico ou numa caçada inescrupulosa de visualizações. Quando um influenciador filma-se zombando de uma criança doente, quando uma celebridade submete alguém a constrangimento público por sua opção política, sua sexualidade, sua religião ou seu pertencimento étnico, é uma reação social saudável que o ofensor veja sua popularidade decrescer e que perca seguidores²⁴.

Em contrapartida, Rodrigo reconhece que o cancelamento pode desenrolar um ato de covardia e injustiça de modo coordenado: “o denunciado já sai, pela pressão coletiva, na qualidade de réu”²⁴. Em alguns casos, o cancelamento pode ser visto como um “mecanismo de controle da palavra pública na era digital”²⁴, o que o aproxima do linchamento virtual, que já era conhecido quando o cancelamento ganhou nome.

Explorando o fechamento e censura da exposição “QueerMuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, em 2017, Rodrigo relata que o cancelamento pode ser aliado da censura em alguns momentos, a questão é até onde nossas ideologias parecem ser mais importantes que o debate e a liberdade de expressão:

Cancelamento massivo, linchamento virtual e censura pelas redes – nenhuma dessas novas práticas serve de marcador ideológico, podendo ser mobilizadas à esquerda e à direita. Todas são perigosas à liberdade de expressão, por trazerem formas renovadas de intimidação pela autoridade coletiva, agora amorfa e anônima nas redes, para além do aparato oficial de Estado²⁴.

Rodrigo finaliza com o pensamento de que a internet parece ter fracassado em ser o campo do debate generalizado, incorrendo em censuras e dispondo de mecanismos que podem limitar a liberdade de expressão: “esperava-se que a internet marcaria a era do debate generalizado. Se o que se seguiu foi a era de cancelamentos massivos, essas esperanças ficaram novamente para o futuro”²⁴.

Em outro artigo do dossiê, o crítico cultural Idelber Avelar, homem branco envolto em uma polêmica de assédio moral em 2014²⁷, faz uma relação polêmica sobre o que chama de “política identitária” de “esquerda” e a ascensão do discurso de ódio de “direita” no mundo. Segundo ele, a “cultura do cancelamento” alicerçou as bases para o discurso de ódio da extrema

²⁷ “Idelber Avelar reaparece e responde denúncias em seu blog”, 2014. Por Revista Fórum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/mulher/idelber-avelar-reaparece-e-responde-denuncias-em-seu-blog/#>

direita: “o rol de palavras, práticas e expressões canceladas pela esquerda identitária ofereceu um vasto material para que a intervenção da neodireita se apresentasse em nome da bandeira da liberdade de expressão”²⁷. Nesse cenário, segundo Idelber, a “política do ressentimento” se tornou peça fundamental tanto à direita, quanto à esquerda política.

Podemos dizer que, assim como nos mostra o dossiê da Revista Cult (dossiê esse que pode ser criticado por só elencar textos de autores homens e brancos para pensar acerca do cancelamento), o tema do cancelamento tem permeado de forma bastante intensa o cenário público. Muitos são os textos, artigos e vídeos que proliferam o debate sobre o cancelamento em um nível psíquico, social, cultural e etc. Alguns exemplos desse movimento mais relacionado a membros de movimentos sociais, são os vídeos dos canais dos youtubers Lorelay Fox, Jout Jout, Nataly Neri e Sabrina Fernandes (Tese Onze)²⁸.

Em consonância a isso, algumas repercussões se voltaram a pensar e debater outras questões: será mesmo que os “cancelamentos” são meras críticas que sempre existiram a personalidades, intelectuais e pessoas no geral? Será mesmo o cancelamento algo que deveríamos nos preocupar ou levar em consideração, enquanto intelectuais e estudiosos ou mesmo ativistas de movimentos sociais? Não será o cancelamento algo tão inerente das mídias digitais e com poucas ressonâncias no dia-a-dia de uma população e das reais pautas dos movimentos sociais? Para tentarmos caminhar no terreno em que essas perguntas estão dispostas, vamos percorrer em meio a algumas opiniões e controvérsias públicas.

Para efeito de organização, e somente em decorrência disso, vamos dividir os próximos tópicos em controvérsias na academia, nos movimentos sociais e em decorrência do BBB21. Com isso, não queremos dizer que a academia/universidade e os movimentos sociais são áreas apartadas entre si, com atores diferentes em seus espaços; muito pelo contrário: há mais articulação, entrelaçamento e áreas borradas neste cenário que esferas distintas e “puras” como pode vir a parecer.

²⁸ Para ver alguns vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=hYd3qgFuwV8&t>; <https://www.youtube.com/watch?v=HO4zDJQdImQ&t>; <https://www.youtube.com/watch?v=WYfE2YTQyxI>; <https://www.youtube.com/watch?v=4b3StHWY1ms>

5.1 AS CONTROVÉRSIAS DO CANCELAMENTO NA ACADEMIA

Vamos começar com um texto que foi reação direta ao episódio de cancelamento de Lilia Schwarcz, já exposto aqui. Wilson Gomes, homem negro ativista dos movimentos sociais, professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), redigiu um texto também no jornal Folha de São Paulo, no dia 11 de agosto daquele ano, 2020, onde expôs sua opinião sobre o que tinha ocorrido e trouxe reflexões pertinentes para o debate.

No texto, intitulado “O cancelamento da antropóloga branca e a pauta identitária”²⁹, Wilson fala que os ataques a Lilia Schwarcz refletiram a disputa pelo “mercado epistêmico” da questão racial. Segundo ele, os cancelamentos ou linchamentos virtuais se pautam por uma divisão entre “nós” e “eles”, além de precisarem de um grupo que será inflado e uma motivação, onde o episódio se apresentará em forma de superioridade moral:

O grupo que faz um linchamento digital, por sua vez, parte da premissa de que, pelo menos naquele ato especificamente, é moralmente superior a quem está sendo justificado. A comunidade de linchadores se sente justificada porque um dos seus patrulheiros, em seu turno de guarda das fronteiras da identidade, constatou um erro, um pecado, uma violação de alguma das suas crenças por parte de algo ou alguém²⁹.

Para Wilson Gomes, o cancelamento é diferente do linchamento pelo primeiro ter em seu alvo a ser cancelado, obrigatoriamente, relação ideológica mais ou menos alinhada: só se cancela alguém que significa algo para aquele determinado grupo “cancelador”. Sob esses termos, o autor considera que o linchamento é apenas um dos passos do cancelamento, que se efetiva quando o alvo é alguém ou algo de influência e tem essa influência manchada de alguma forma por causa do episódio de cancelamento. Além do mais, o autor considera que o cancelamento “à esquerda” só se efetiva com pessoas que tenham alinhamento “à esquerda”, o que também acontece da mesma forma com grupos à direita política.

Nesse sentido, Wilson descreve como vê sendo expressado os episódios de cancelamentos, mais especificamente o caso de Lilia Schwarcz. Para ele, o episódio denotou a disputa dos “identitários” pelo “mercado epistêmico” de quem está autorizado a falar e quem não está autorizado a falar no que se refere ao debate racial, com base na patrulha e no ataque:

²⁹ Texto de Wilson Gomes disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-cancelamento-da-antropologa-branca-e-a-pauta-identitaria.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw

“é um filofascismo sem oposição dos antifascistas, porque os antifascistas são cúmplices, lamentavelmente”²⁹.

Refletindo sobre o porquê que Lilia pediu desculpas mesmo, na visão do autor, não estando errado, o autor termina:

Porque Lilia Schwarcz é de esquerda – ou progressista ou liberal, vocês escolhem. Na estrutura mental, sentimental e política de um progressista, ela não pode desafiar o dogmatismo, o autoritarismo, o dedo na cara e a interdição quando vêm dos "oprimidos". Tem que aceitar, pedir desculpa, jurar que não fará de novo²⁹.

Podemos ver que Wilson reflete uma indignação quanto à preocupação de um certo silenciamento que para ele está se exercendo, o que o coloca na defesa da liberdade de expressão e de crítica. Seu texto é forte e traz elementos importantes para o debate, como a diferenciação entre linchamento e cancelamento, o argumento sobre o mercado epistêmico e a deturpação do conceito de “lugar de fala”.

Érico Andrade, filósofo negro e professor do departamento de filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), publicou um texto como resposta ao texto de Wilson Gomes. Intitulado “Sobre a importância de escutar”, o texto foi postado em 16 de agosto de 2021 no site *A terra é redonda*³⁰. O autor começa seu contraponto elucidando que ninguém está autorizado a silenciar ninguém. Segundo ele, as críticas que se fizeram ao texto de Lilia não tiveram o viés de impedir a fala, mas sim de trazer a importância de se escutar e aprender com aqueles e aquelas que passam na pele experiências opressoras de racismo, para o caso que estava sendo discutido: “ninguém é proprietário da linguagem. Ninguém é proprietário do tema do racismo. Mas o que devemos aprender é que não podemos falar pelas pessoas sobre a sua experiência subjetiva do racismo e do seu enfrentamento”³⁰.

Érico tenta salvar as críticas importantes ao texto de Lilia e expor, de forma menos inflamada, o conteúdo e caminho que essas críticas fazem. Nesse sentido, o autor expõe como que o “ar professoral” do texto de Lilia exala uma superioridade que não existe: ninguém está autorizado a dizer sobre a recepção de uma obra de uma artista negra a partir do ponto de vista de pessoas negras. Segundo Érico, foi exatamente isso que Lilia fez, ao dizer que a população negra não iria se reconhecer na obra de Beyoncé pelos elementos que ela coloca em seus textos.

³⁰ Texto de Érico Andrade disponível em: https://aterraeredonda.com.br/sobre-a-importancia-de-escutar/?doing_wp_cron=1636564860.0840289592742919921875

Para Érico é exatamente isso que a intelectualidade precisa aprender: a descer do seu pedestal de autoridade acadêmica e epistêmica legitimada, e não falar pelas pessoas negras da experiência subjetiva da negritude. E termina:

Então, o lugar de fala não é para silenciar as pessoas brancas quanto às questões negras ou só permitir que elas falem apenas quando forem próximas de pessoas negras, mas é para orientá-las a não falar pelas pessoas negras da experiência subjetiva da negritude [...] O que escapa da branquitude é essa experiência subjetiva do racismo. Sobre ela a branquitude não pode falar e, parafraseando Wittgenstein, é melhor escutar³⁰.

Além desse texto, Érico Andrade vem se debruçando sobre a temática do cancelamento em outros textos e inclusive em episódio de podcast³¹. Um texto que gostaria de elencar aqui é o debate entre Érico e Filipe Campello, filósofo branco e também professor de filosofia da UFPE (este segundo já citado neste trabalho anteriormente em nota de rodapé nº 3). Anterior ao episódio de Lilia, o debate condensado pelo blog Labemus, publicado em 18 de abril de 2020, traz uma reflexão sobre o cancelamento sob dois pontos de vistas diferentes, a partir dos episódios das críticas às fantasias do carnaval 2020.³²

O debate condensado pelo blog inclui as ressonâncias do texto de Filipe na Folha de São Paulo intitulado “Carnaval consagra fantasia de fiscal do cancelamento”, de 19 de fevereiro de 2020.³³ Nesse texto, Filipe Campello reúne alguns episódios de cancelamento como o caso da atriz Alessandra Negrini que foi “cancelada” depois de ir a um bloco de rua fantasiada de indígena, e o caso do apresentador Pedro Bial que foi “cancelado” por criticar o documentário “Democracia de Vertigem” (elaborado pela Netflix). Para Filipe, esses casos refletem uma lógica policialesca, punitivista e individualista, que essencializa o debate e representa um retrocesso para as pautas “identitárias”.

No debate do blog Labemus, Filipe volta a falar sobre a sua posição depois de ter sido criticado por Érico Andrade, já apresentado, e Fabiana Moraes, mulher parda (grifo meu), docente de Comunicação Social do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE. Em suas críticas no Podcast Conexão UFPE, Érico e Fabiana expõe a preocupação com as narrativas de que os movimentos sociais estariam provocando censura e punição às pessoas. Para eles isso

³¹ Episódio do Podcast Conexão UFPE com o tem “Cultura do Cancelamento” de março de 2020. Com Érico Andrade e Fabiana Moraes disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0ipRYFB6d6XE9lt1Xoamch>

³² Debate: Cultura do Cancelamento – Filipe Campello e Érico Andrade disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/04/18/debate-cultura-do-cancelamento-filipe-campello-e-erico-andrade/>

³³ “Carnaval consagra fantasia de fiscal do cancelamento”, por Filipe Campello, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/02/carnaval-consagra-fantasia-de-fiscal-do-cancelamento.shtml>

tem que ser falado de forma prudente, uma vez que as narrativas de grupos hegemônicos contra grupos minoritários são muito mais eficazes e eficientes, além de representar o status quo de como as relações de poder se manifestam na sociedade e na cultura brasileira. Nesse sentido, as relações de opressões em muito devem ser mais levadas em conta que episódios de “cancelamento” ou “linchamento virtual” que, segundo eles, não instauram nenhuma realidade realmente punitivista ou eficiente no que se refere a repercussões negativas na vida de pessoas influentes que são, porventura, “canceladas”. Fabiana Moraes até cita um texto da Suzane Jardim³⁴, historiadora e pesquisadora do sistema carcerário brasileiro e dos processos raciais de criminalização, de 2017, no qual se retrata a gênese histórica racista do linchamento na sociedade brasileira (ver também Martins 2015). Fabiana cita esse texto da Suzane para elucidar a imensidão de distância que existe entre práticas de linchamentos e silenciamentos históricos a grupos sociais específicos, e práticas ciberativistas ou indiscriminadas, de pessoas que criticam o posicionamento de alguma celebridade ou pessoa comum na internet e também na vida real. Segundo Fabiana e Érico, os movimentos sociais não podem ser responsabilizados por esses episódios e é preciso que se leve em conta os marcadores sociais que permitem e impactam de forma diferente os “cancelados”,

Voltando à replica que Filipe Campello faz a essas críticas que seu texto original na Folha de São Paulo teve, Filipe tenta distinguir o debate sobre o cancelamento e as pautas “identitárias”. Para o autor, são dois temas que se relacionam em algum momento, mas são elementarmente distintos. O ponto chave de sua crítica, explica, se dá no “curto-circuito” que episódios de cancelamento manifestam com as três características básicas dos movimentos chamados de “identitários”: crítica estrutural, luta por reconhecimento de direitos e renúncia a uma identidade rígida e a possibilidade de mudança individual e sociocultural. Para Filipe, essas três características são contrapostas pela prática do “cancelamento”, e pior, em nome da justiça social:

No lugar de uma crítica social, passa a predominar uma lógica de cancelamento dirigida aos próprios indivíduos; ao invés de reconhecimento de direitos, o punitivismo baseado numa lógica moralista; e, ao contrário da possibilidade de aprendizado e mudança, a pressuposição de uma espécie de essencialismo atemporal³².

Sobre os argumentos de que, 1º), os movimentos sociais “identitários” não podem ser culpados pela prática do cancelamento, uma vez que há “cancelamentos” por diversos setores da sociedade; e, 2º), não há como comparar, associando o termo “punição”, os efeitos do

³⁴ “Vocês querem falar de Cancelamento?”, 2017. Por Suzane Jardim – Medium. Disponível em: <https://medium.com/neworder/voc%C3%AAs-querem-falar-de-linchamento-ea9c1331c58b>

cancelamento com os efeitos do racismo, machismo, lgbtfobia, capacitismo, etnocídio e todas as estruturas de opressões na nossa sociedade; Filipe esboça que sua maior preocupação é com relação aos efeitos do cancelamento para os movimentos “identitários” e para as pessoas “canceladas” que são mais vulneráveis, articulando aqui um debate sobre os marcadores sociais.

Filipe então manifesta que sua estranheza com esse tema se dá quando os setores progressistas endossam essas práticas de cancelamento, seja nas universidades, seja nas redes, construindo uma contradição inerente que pode até derrocar, em alguns casos, numa interferência ao sistema judicial, que tem seus problemas (os quais convém críticas), mas que estes podem ser aprofundados com essa tática que pode acabar por promover pressão pública em decisões judiciais:

O que causa estranheza é esse tipo de atitude estar sendo propagada por setores progressistas. A prática do cancelamento, nesses casos, acaba recaíndo numa armadilha, uma vez que a lógica punitivista e extrajudicial é típica de uma postura de ultradireita que beira traços fascistas. É por isso que eu uso o termo “paradoxo”, pois ele acaba se utilizando de tudo aquilo que sempre foi objeto de crítica das políticas identitárias: uma lógica persecutória, policialesca, que relativiza ou mesmo suspende o direito de defesa ou presunção de inocência³².

Érico Andrade, por sua vez, traz um comentário final, a “tréplica”, sobre essas preocupações, evidenciando que o “cancelamento” vitimou e continua vitimando a população negra, LGBTQIA+, indígena, feminina e tantos outros grupos que são maioria social em termos quantitativos, mas minorizados sociopoliticamente:

Em certo sentido o cancelamento sempre pautou a política brasileira. A expressão é contemporânea. No entanto, a prática é antiga e está no nosso DNA. Foram cancelados contingentes enormes da nossa população que longe de serem minorias são quantitativamente a maioria das pessoas no Brasil. O cancelamento no sentido de retirar da pessoa o direito à fala e à expressão do contraditório governou as políticas no Brasil e silenciou por décadas, dentro das próprias instituições, aquilo que não era o espelho da elite³².

Nesse sentido, o que hoje se denomina “cancelamento” é justamente a forma com que algumas pessoas e alguns movimentos sociais (e aqui Érico também reconhece, como Filipe, que o cancelamento aparece no cenário público como uma tática de parte dos movimentos sociais) usaram para driblar a ineficiência e parcialidade da justiça, deixando claro que, em nível individual, esse pode ser um cenário ou estratégia arbitrária, mas em nível social, parece-me que Érico reconhece a necessidade dos movimentos “contra-ataquem” e lutarem, inclusive pela reconstrução de bases racistas, sexistas, heteronormativas e capacitistas do sistema judicial.

Para discutir melhor essa dimensão dos marcadores sociais, o cientista político Cristiano Rodrigues, homem negro professor do departamento de Ciência Política da UFMG e autor do livro “Afro-latinos em movimento: Protesto negro e ativismo institucional no Brasil e na Colômbia” (Appris, 2020), publicou um texto no portal Revista Gama, em agosto de 2020, no qual fala sobre os marcadores sociais envolvidos na dinâmica do cancelamento³⁵.

No texto, Cristiano rebate o excesso de perigo com o qual o tema da “cultura do cancelamento” vem sendo debatido no espaço público. Para ele, o que se chama “cancelamento” nada mais é do que grupos historicamente oprimidos e “sem voz” no debate público, resolvendo “contra-atacar” (grifo meu).

A cultura do cancelamento pode ser entendida como um acerto público de contas e um pedido de ajustamento de condutas em relação à alguma transgressão social que não passou por um controle adequado nos canais tradicionais. Episódios de racismo, misoginia, capacitismo, LGBTfobia e transfobia estão entre os comportamentos usualmente “cancelados”. A hashtag “cancelado” começou a ser utilizada por usuários negros do Twitter há aproximadamente cinco anos para se referir de maneira hiperbólica a algumas celebridades cujo comportamento era considerado inadequado. Desde então, o conceito e o ato de cancelar se imiscuíram no debate mais amplo sobre política de identidade e das chamadas guerras culturais³⁵.

Ou seja, o autor aqui argumenta que não existe nenhum “linchamento virtual” no “cancelamento”, ou talvez nem existe um “cancelamento” no sentido que alguns colocam. O que existe são grupos que foram, aí sim, historicamente cancelados no espaço público, tomando a voz e reivindicando, através das mídias digitais e da democratização de conteúdo que a internet propicia, suas narrativas e seus direitos perante o Estado democrático.

Nesse sentido, segundo Cristiano, quem se alarma com o “cancelamento” talvez nunca se alarmou com tantas e tantas opressões que estruturam nossa sociedade brasileira, a verdadeira “cultura do cancelamento”: “o apagamento histórico das vozes marginalizadas, altas taxas de feminicídio, assassinatos de LGBTQI+, violência policial contra negros, encarceramento em massa, seletividade do sistema de justiça criminal, disparidades de acesso à saúde, educação e trabalho”³⁵. Ou apenas são “integrantes de grupos com irrestrito poder de opinião (que) se sentem acuados diante da rapidez das mudanças sociais e geracionais”³⁵, que acabam por deslegitimar esse movimento de várias formas:

Chamar os oponentes de “identitaristas” é outro subterfúgio frequentemente utilizado para deslegitimar falas dissidentes e impedir o debate sério sobre mecanismos para promover inclusão

³⁵ “Pode o cancelado cancelar?”, 2020. Por Cristiano Rodrigues – Revista Gama Uol. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/pode-o-cancelado-cancelar/>

e igualdade. Toda luta social pressupõe o desenvolvimento de uma consciência crítica da própria identidade que está sendo construída. E, embora o risco de tomar a identidade como um fim em si mesma, foco principal da disputa política, exista, também não se pode reduzir todas as injustiças e todas as lutas sociais ao âmbito da economia política³⁵.

Christian Dunker, homem branco, psicanalista e professor do instituto de psicologia da Universidade de São Paulo (USP), também fez algumas considerações sobre o cancelamento. Em 22 de maio de 2020, Christian publicou um texto onde descreve uma situação que teve com uma seguidora³⁶. Na ocasião, o professor falou sobre como que o cancelamento é um sintoma do ser humano em sua tendência de reduzir a diversidade a uma “oposição entre particulares”, uma vez que no nível dos particulares, todos têm razão, e “a razão não serve para mudar nada nem em mim nem no mundo”³⁶. Aqui Christian chama atenção para o caráter autoritário de determinados exemplos de “cancelamentos”, que nada mais faria do que expressar o sentimento humano de querer ter razão, menosprezando a pessoa que reproduz determinada conduta que se considera equivocada e diluindo as contradições e as divergências (o que numa situação de reprodução de opressões e discursos de ódio, vai ainda mais inflamar esses posicionamentos criminosos do que convidar a uma possível desconstrução).

"Cancelamento" é uma palavra usada para suspensão de um serviço. Cancelo a assinatura de um jornal, de uma matrícula na academia, da participação em um show. Quando desenvolvemos um gosto todo especial por dizer "não preciso de você", "te dispenso impessoalmente", como a um serviço de entregas, que eu presumo precisar de mim como se precisa de um cliente, transportamos para nossa conversa política e ética regras do universo do consumo e da produção³⁶.

Nessa outra passagem do texto publicado em seu blog no portal UOL, Christian conceitua o cancelamento de um ponto de vista importante para a reflexão. Ao relacionar o advento dessa prática de cancelar na internet ao ato de uma suspensão de um serviço qualquer, o autor nos chama atenção para a reflexão do cancelamento poder ser uma expressão de como a política vem sendo tratada segundo uma lógica de consumo e da produção, ao invés da lógica do debate e da ética.

Em seu outro texto, dessa vez para a Revista Gama datado de 26 de julho de 2020, Christian continua seu pensamento sobre o cancelamento, sob um ponto de vista psicossocial.³⁷ O autor parte da ideia do reconhecimento de si, do ego, em psicologia, para fazer uma relação

³⁶ ““Deixar de seguir”: como post no Instagram expôs a cultura do cancelamento”, 2020. Por Christian Dunker – Uol. Disponível em: https://blogdodunker.blogosfera.uol.com.br/uol_amp/2020/05/22/como-foto-no-instagram-que-cita-marielle-expoe-a-cultura-do-cancelamento/

³⁷ “Quem tem medo do cancelamento?”, 2020. Por Christian Dunker – Revista Gama Uol. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/ta-com-medo/o-medo-da-cultura-do-cancelamento/>

de como esse processo do reconhecimento ganha novas roupagens e contornos na era digital. A necessidade de ser reconhecido/a, em suas necessidades e desejos, se transforma numa luta egóica e desesperada, onde debates se confundem com campos de batalhas e quem fala se torna até mais importante que o quê se fala. Nesse sentido, Christian argumenta que a prática do cancelamento “destrói reputações e cria mecanismos de extorsão social que provocam cada vez mais medo e hesitação, reduzindo a participação ativa em diálogos e debates”³⁷.

Além disso, o autor fala que o cancelamento traz um certo prazer específico, por isso ele funciona melhor, como prática psíquica, contra pessoas com as quais podemos nos identificar (ou estão na mesma posição política que a gente, por exemplo). Aqui Christian se aproxima da posição de Wilson quando dispõe que o cancelamento se dá contra “os nossos” (grifo meu) que vacilam. Portanto, continua, “a cultura do cancelamento pode ser compreendida como parte da luta entre as pessoas por um tipo de reconhecimento”³⁷.

Nesse sentido, o cancelamento pode funcionar como um linchamento, ou seja,

uma maneira de fazer justiça vingativa e narcísica com as próprias mãos (nesse caso, com os próprios dedos). Ele nos faz gozar com uma sensação de pureza e superioridade moral, que aplaca, ainda que provisoriamente, nosso sentimento de irrelevância —um efeito colateral inevitável do narcisismo digital³⁷.

No bojo desses elementos, Christian traz um outro elemento que talvez seja primordial nessa discussão, a ascensão de figuras que trabalham majoritariamente nas redes sociais e no meio digital: os influencers e/ou youtubers. Essas figuras são importantes na descrição e análise do ambiente com o qual os cancelamentos estão inseridos. Essas novas profissões, tão dependente do reconhecimento do público, arquitetam estratégias para se manter na mídia e nas redes. Nesse sentido, “sua eficácia depende da capacidade de engajamento social que eles promovem, associando suas imagens com produtos que impulsionam ou com ideias que representam, traduzidas em monetização”³⁷. É nesse cenário que o cancelamento se lança. Para Christian, o medo de ser cancelado é proporcional ao montante de reconhecimento que se alcançou, fechando o ciclo autofágico.

Rita Kehl, mulher branca, psicanalista e estudiosa do ressentimento (já mencionada nesse trabalho), também se inseriu nesse debate ao publicar um texto no blog “A terra é

redonda” sobre o episódio de Lilia Schwarcz³⁸. Datado de 10 de agosto de 2020, o texto faz uma reflexão respeitosa sobre o episódio referido que envolveu Lilia e o Movimento Negro.

Refletindo sobre o “lugar de fala”, conceito esse que guiou boa parte das controvérsias suscitadas com o texto de Lilia no jornal Folha de São Paulo, Rita Kehl explora exemplos na literatura e também pessoais, que dizem sobre o fenômeno da identificação com a dor do outro. Segundo ela, não é preciso sentir ou passar pelo que negros e negras passaram (e ainda passam) para saber o que significa o racismo enquanto estrutura sociopolítica e decorrências psicoemocionais. Seu texto, sem dúvidas, é uma ode ao pluralismo de ideias e a necessidade de que todos/as nós somos responsáveis pelas estruturas de opressão instauradas em nossa sociedade e pelos caminhos que fazem com que elas se desconstruam.

Apesar da autora não externalizar a importância do conceito de “lugar de fala” para a literatura e o conhecimento científico, Kehl expõe um ponto de vista necessário em meio a ondas de polarização política: a noção clássica dos próprios movimentos sociais de que todo mundo deve se responsabilizar não por falar no lugar do outro, mas por lutar contra as estruturas de opressões socioculturais. Nesse sentido, a autora diz: “meu “lugar de fala” é aquele de quem se identifica com a dor dos outros”³⁸.

Ambos os autores, Christian Dunker e Maria Rita Kehl, participaram da Semana de Psicanálise da PUC-SP, evento que se mostrou bastante polêmico nas redes, onde esse tema do cancelamento estava sendo tangenciado. Os autores estiveram presentes na Mesa 4, que ocorreu no dia 28 de agosto de 2020, intitulada “Políticas identitárias e psicanálise”, cujo vídeo gravado no canal do youtube tem manifestado mais “deslikes” que “likes”³⁹.

Apesar de não estarem falando especificamente sobre a dinâmica do cancelamento, o vídeo nos serve para relatar como esse tema produz efeitos para muito além dele mesmo. Em sua fala, Christian fala sobre como a psicanálise não se relaciona com as políticas identitárias pelo simples fato da psicanálise, segundo ele, ser anti-identitária. Aqui Christian está a falar sobre o perigo da identidade enquanto casulo e produção de estereótipos e isolamento político, como já salientado nesse trabalho mediante a reflexão da dimensão do Bonding nas lutas

³⁸ “Lugar de “cale-se””, 2020. Por Maria Rita Kehl – A terra é redonda. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/lugar-de-cale-se/?doing_wp_cron=1636832309.6729879379272460937500

³⁹ “Políticas identitárias e psicanálise, II Semana de Psicanálise da PUC-SP”, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oGxKZF_sVXk

políticas (BOSCO, 2017). Para ele, a psicanálise se faz com o contato, com o outro, o que não parece ser, necessariamente, segundo ele, a política dos movimentos identitários.

Já a fala de Rita Kehl, além de também tocar nesse assunto, também relaciona os perigos que as políticas “identitárias” podem levar ao narcisismo, ao relacionar o sistema capitalista a algumas estratégias dos movimentos identitários. Sua fala, assim como a do Christian, pareceu bastante desatualizada com relação às temáticas dos movimentos sociais. Os comentários críticos ao vídeo se deram com relação ao modo com que os convidados não conseguiram responder as perguntas espinhosas de modo satisfatório, que envolviam a reflexão sobre branquitude e identidades não-binárias, fazendo com que Christian saísse da live antes do seu término.

As críticas que Kehl e Christian fizeram às políticas identitárias são as críticas que as perspectivas pós-estruturalistas já vêm fazendo há algum tempo, não é nenhuma novidade. Acontece que o modo com que elas foram ditas, sem o contrapondo da necessidade do debate em termos “identitários” sob a veste de um essencialismo estratégico em um país que se mata por sua identidade, foi o que incomodaram o público. As críticas, por sua vez, do público que assistia também se mostram bastante ásperas, o que incomodaram os convidados. Longe de se tratar de um “cancelamento”, pois o caso se tratou de um evento específico de dissenso, a mesa nos serve aqui para pensarmos na importância desses debates, uma vez que eles, cada vez mais, estão proliferando em muitos espaços.

5.2 AS CONTROVÉRSIAS DO CANCELAMENTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Alguns outros nomes na internet, mais particularmente inseridos nos ativismos dos movimentos sociais, embora não apartados da academia, estão pensando sobre cancelamento. Os influencers Spartakus e Murilo Araújo são dois exemplos que já refletiram em alguns vídeos sobre essa temática. Em função do tempo, vamos somente discorrer sobre os posicionamentos desses dois atores, mediante a representatividade que suas opiniões revelam sobre o panorama dessa discussão entre ativistas nos movimentos sociais.

Spartakus Santiago, publicitário e ativista gay e negro, tem um canal no youtube e é representante ativo de pautas sociais. Em seu canal, Santiago fala sobre questões pessoais, racismo, desigualdade social e cultura pop. Recentemente ele tem feito vídeos com referência

a “cultura do cancelamento”⁴⁰. Nesses vídeos, Santiago ressalta que o cancelamento é algo que se coloca como um massacre contra erros de alguém na internet. Funcionando como um linchamento virtual. Embora ele reconheça que é preciso que todo mundo se responsabilize pelos seus discursos e atos, o cancelamento, para ele, não pode ser utilizado como régua balizadora: é preciso que se pense outras ferramentas de responsabilização que não a do cancelamento que se baseia no linchamento virtual, esse linchamento que destrói carreiras para sempre, sem estar atento para o reconhecimento do erro por parte da pessoa que o cometeu, ou suas atitudes de mudança. Para ele, esse modelo de responsabilização de atos, sem nenhum tipo de didática, só tem levado pessoas a se afastarem das pautas “identitárias” e adoecido mentalmente os próprios grupos minoritários ao leva-los a clamar por um ideal de “perfeição” que não existe, ao invés de leva-los a produção prática de soluções para uma sociedade outra possível.

Murilo Araújo, do canal Muro Pequeno, é outro youtuber que já fez vídeos com o tema. Linguista, acadêmico e ativista pelas causas LGBTQIA+, reflete sobre pautas raciais, diversidade sexual e de gênero, e as interseções entre religião e sexualidade, se identificando enquanto gay negro católico. Em seu vídeo: “Cultura do Cancelamento: Punição ou Responsabilidade?”⁴¹, de 1 outubro de 2020, Murilo reúne diversos argumentos e controvérsias acerca do cancelamento. O mesmo concebe o cancelamento como um mecanismo que tem que ver com discursos de ódio e à reação a esses discursos por meio da participação de grupos minoritários no debate público, que por muito tempo foram excluídos deste, sem ter suas pautas debatidas pela sociedade.

Nesse sentido, Murilo diz que o cancelamento nos mostra que nesse novo cenário, não dá mais para reproduzir uma atitude preconceituosa ou problemática sem ser responsabilizado por isso: o cancelamento se tornou, portanto, um instrumento para fazer com que as atitudes que antes não eram sequer debatidas e levadas à sério, se tornassem motivo de preocupação e levassem as pessoas que as tenham a se responsabilizar por elas. Essa responsabilização muitas vezes vem através de boicotes ou até mesmo em ter contratos de trabalhos revogados.

⁴⁰ Para exemplos de vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=PXI39ISLUzQ> ; <https://www.youtube.com/watch?v=OcX-SEdWZKU&t>; <https://www.youtube.com/watch?v=KTZNhd6zxA&t>; <https://www.youtube.com/watch?v=k6MjuE1KGE0&t>; <https://www.youtube.com/watch?v=GaNRGcH3KNg>.

⁴¹ “Cultura do Cancelamento: Punição ou Responsabilidade?”, 2020. Por Murilo Araújo - Canal Muro Pequeno. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AxOZlusBiO4>

Mais à frente, Murilo concebe o cancelamento como sendo de dois tipos: o que atinge pessoas anônimas e o que atinge pessoas famosas. O primeiro tipo, que atinge pessoas anônimas, muito se relaciona com o conceito de linchamento clássico, no qual os crimes eram resolvidos por “justiceiros” com base na “justiça com as próprias mãos”, reproduzindo muitas vezes uma lógica racista e classista que historicamente se manifesta na sociedade. O segundo tipo, o “cancelamento” que atinge pessoas famosas, se dá muitas vezes por meio de denúncia a empresas que patrocinam determinada personalidade pública, diante de uma atitude, fala ou comportamento considerado preconceituoso, racista, homofóbico, fascista, sexista, capacitista e até mesmo criminoso. Ele adverte que foi somente quando o cancelamento começou a atingir pessoas públicas famosas, que o tema “cancelamento” se definiu e se começou a proliferar em debates.

A partir dessa proliferação, emergiram dois grupos, segundo Murilo:

De um lado, algumas pessoas, defendendo ainda essas estratégias de boicotes como estratégia efetiva de enfrentamento a casos de discriminação. E, do outro lado, algumas pessoas dizendo que a cultura do cancelamento seria uma forma de silenciamento do debate, uma limitação da liberdade de expressão, de opinião, uma forma de perseguir e condenar pessoas sem que elas tenham o direito de se defender, de mostrar o lado delas ou serem escutadas no debate⁴¹.

Nesse cenário, Murilo defende que esse debate sobre o que ele chama de “Cultura do Cancelamento”, vem sendo tratado de forma um tanto problemática, ao juntar discursos e atitudes que não deveriam ser colocados em relação, além de não expor ao debate determinadas outras complexidades que deveriam estar no debate. Para ele, uma coisa é falarmos sobre cancelamento à empresas e marcas que reproduzem atitudes de discriminação, outra coisa é falarmos em cancelamento contra pessoas, e é importante que se considere aqui os marcadores sociais e a questão do quão anônima ou não essa pessoa é. Murilo fala que é importante pensarmos em estratégias de combate a discursos e práticas discriminatórias, mas pensa em quanto isso pode ser problemático principalmente quando estamos falando em indivíduos específicos e anônimos.

Essa preocupação, segundo Murilo, se dá quanto ao “fetiche social pela punição”, baseada em uma cultura brasileira bastante arraigada no punitivismo, que pode provocar até uma interferência no sistema judicial, baseada na pressão pública. E aqui Murilo faz uma diferenciação que me parece bastante necessária entre punição e responsabilização, uma vez que a punição por si só não tem impacto significativo para a dimensão estrutural do problema,

além de, por vezes, não impactar efetivamente, de forma significativa, na vida das pessoas “canceladas”.

A efetividade da prática do cancelamento também é problematizada por Murilo em seu vídeo. Segundo ele, observando alguns episódios de cancelamentos nos últimos anos, podemos dizer que essa prática se tornou “efetiva”, em seus objetivos práticas de tirar do cenário público a pessoa “cancelada”, somente quando essa pessoa fazia parte de algum grupo minoritário. Nesse sentido, até que ponto essas estratégias de cancelamento não estaria sendo um “tiro pela culatra”?

A gente diz que usa essa estratégia para combater casos de discriminação contra minorias, mas as pessoas que são mais atingidas e afetadas por essa “nossa” estratégia são justamente pessoas que fazem parte de minorias. Tem alguma coisa muito errada. A gente precisa se atentar para o fato de que a gente vive numa sociedade desigual, em que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. E se a gente não pensa sobre isso na hora da gente construir nossas estratégias de enfrentamento, a gente vai acabar fatalmente ajudando esse sistema a se reproduzir⁴¹.

Murilo assim conclui que as pessoas menos atingidas por essa estratégia de cancelamento, são as mais privilegiadas, que ajudam a reproduzir a desigualdade e estruturas de opressões.

Por outro lado, ele continua dizendo que também não vê necessidade para tanto alarde com relação ao cancelamento, uma vez que os “cancelados” utilizam desse tema para se promoverem e, muitas vezes, para dizer que estão sendo “perseguidos”, quando, na realidade, estão apenas sendo cobrados pelas atitudes que tiveram. Dizer que o cancelamento é problemático, isso Murilo concorda, mas utilizar essa crítica ao cancelamento para justificar todo e qualquer atitude discriminatória ou discurso de ódio, é algo desonesto e beira a retrocessos; segundo ele: é preciso que os discursos de ódio e atitudes discriminarias sejam responsabilizados de forma efetiva. Se não à forma de cancelamento posta, muito menos essa forma deve ser utilizada como justificativa para continuar legitimando discursos e atitudes desta natureza.

5.3 AS CONTROVÉRSIAS E REPERCUSSÕES DO BBB 21

Um episódio de cancelamento que se tornou bastante comentado no Brasil inteiro, foi o episódio de Karol Conká no BBB 21. Participante do reality show, a cantora negra militante das causas feministas e negras e dona de hits como “É o poder”, “Tombei” e “Alavancou”, se envolveu em polêmicas, inclusive racistas, e, junto com Lumena Aleluia (psicóloga e ativista social negra), foram “canceladas”. O episódio foi muito evidente pois a mesma teve o record geral, de todas as edições do programa, de rejeição do público em sua eliminação, com 99,17% dos votos válidos em um paredão triplo.

O comportamento que Karol e Lumena tiveram no programa, em que pese todas as particularidades de um confinamento do estilo de reality show, repercutiu fortemente fora da casa. Muitos foram os textos e vídeos que pretendiam refletir sobre o que estava acontecendo no programa. Membros do movimento negro a atacaram, e também a abraçaram. Até publicidade foi feita no dia da eliminação dando descontos em alguns estabelecimentos para quem acertasse com que porcentagem Karol iria sair do programa. Os debates mais férteis se desenrolaram no entorno da questão da interseccionalidade e da narrativa de que pessoas de grupos minoritários também “erram” e cometem opressões contra outras pessoas (como foi o caso da Karol com o participante Lucas Penteado, na ocasião, que acabou desistindo do reality⁴²).

Helena Vieira, escritora, dramaturga, ativista transfeminista branca e um dos nomes de maior impacto nos estudos queer no Brasil, se manifestou sobre o tema em suas redes sociais republicando o seu texto de 2016, sobre o conceito de “Ativismo narcisista”⁴³. No texto, Helena elucida que o que chama de “ativismo narcisista” não se refere a todo ativismo dos movimentos sociais, nem mesmo aquele ativismo feito nas mídias digitais, e sim um certo tipo específico de ativismo autocentrado, que toma a si mesmo como modelo de perfeição da luta política.

Segundo Helena, “o problema está quando o discurso se esvazia na busca dos likes e da ”lacração” e não se abre ao dissenso, à discordância”⁴³. No lugar da desconstrução, destruição. Não há abertura para pontes quando há fixidez de mim e do outro. Para Helena, o episódio do

⁴² “BBB 21: Lucas Penteado beija Gilberto na boca, é criticado e deixa o programa”, 2021. Por Purepeople. Disponível em https://www.purepeople.com.br/noticia/-bbb-21-lucas-penteado-desiste-de-reality-apos-beijo-em-gilberto-video_a310851/1

⁴³ Link da republicação: “BBB 21 Ativismo narcisista e a escuta autoritária”, disponível em: <https://twitter.com/AHelenaVieira/status/1358476994422439942> Texto original disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2016/03/23/a-senhora-lacra-mulher-o-ativismo-narcisista-e-a-escuta-autoritaria/>

BBB nos trouxe a necessidade de refletir sobre a “escuta autoritária” que Karol e Lumena performaram em sua estadia no programa, que, para ela, é o modo com que esse tipo específico de ativismo chamado narcisista, trabalha: na busca pela autopromoção e pelo ímpeto de rebater o discurso do outro sem ao menos entender o contexto e praticar a interseccionalidade, ou seja, entender as inter-relações entre as opressões.

Nesse sentido, segundo a ativista, esse tipo de ativismo não é exclusivo da internet, pois também está presente em círculos dos movimentos estudantis e em outros setores dos movimentos sociais. Falar sobre isso não é renegar ou destruir a história ou importância destes movimentos, mas explorar as limitações de algumas estratégias e mostrar a necessidade de nos atentar para as armadilhas micro fascistas que nossas relações podem produzir, até mesmo as relações de luta contra opressões, uma vez que isso pode mais atrapalhar a busca por conquistas efetivas do que ajudar.

Em um vídeo publicado pela Revista Trip em 20 de fevereiro de 2021, Helena nos traz mais elementos acerca desse debate⁴⁴. A mesma reflete sobre como a internet e as mídias digitais favorecem um certo “glamour” na prática ativista, instaurando uma competição (grifo meu) em torno da “problematização” (termo usado para conceituar críticas sobre as relações sociais, dentre outras coisas, que membros dos movimentos sociais fazem). Para Helena, essa experiência de problematizar cada vez mais apenas visando uma autopromoção e o ego, reforça uma ideia de “mostrar serviço” muito prejudicial para os movimentos sociais, uma vez que constrói uma ideia de que o ativismo está sempre, em todo momento, certo, o que faz com que não seja possível, ou seja muito difícil, reconhecer quando as forças opressivas que julgamos combater, estão sendo reproduzidas através de nossos discursos e ações.

Outro aspecto importante que Helena traz no vídeo, é a reflexão de como essas dinâmicas desumanizantes da rede (que, ancoradas em algoritmos e em uma estrutura tecnológica, já se comprovou ser prejudicial para nossos aspectos psíquicos e sociais⁴⁵), também podem produzir uma desumanização das relações pessoais, provocando em nós o ímpeto de achar que tudo é “conspiração” (grifo meu) – o exemplo que Helena dispõe nesse momento é o beijo entre Lucas Penteado e Gilberto, que foi interpretado por Karol e Lumena

⁴⁴ “Saiba o que é o ativismo narcisista, conceito que tem tudo a ver com as tretas do #BBB21”, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=136755454977412>

⁴⁵ Talvez o documentário “O dilema das redes”, 2020, disponível na Netflix, condense essas reflexões tão importantes que estão sendo debatidas nos últimos anos. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81254224>

como um ato de aproveitamento de uma causa social para se autopromover, não encontrando verdade no ato em si.

Por fim, Helena discorre que pensar sobre o ativismo narcisista não significa que devemos apontar quem é ou não é narcisista nesse cenário, mas significa que, entendendo que as redes produzem uma economia narcisista que por vezes também extrapolam essas mesmas redes, pensar em como “nós”, falando aqui nas palavras de Helena, não alimentamos essa economia nos círculos militantes/ativistas. Para Helena, o BBB 21 nos permitiu pensar e refletir sobre a necessidade de rever práticas ativistas que foram representadas pelas posturas de Karol e Lumena na casa, contribuindo para a construção de uma Ética Ativista, profundamente generosa com a transformação das coisas e baseada em uma alteridade radical ao entender a interseccionalidade em seu entorno no argumento de que as pessoas muitas vezes não estão prontas ou ambientadas nas discussões que fundam e estruturam os movimentos sociais.

Em um texto de 2016, Helena fala sobre isso mais claramente⁴⁶. A crítica a uma certa forma de falar sobre a necessidade da escuta do outro, é mais uma vez elucidada:

A postura tomada é a do “cala a boca”, do “racha” e, dessa forma, a capacidade de mobilizar tem sido extremamente limitada. Uma luta que perde seu poder de mobilização é ineficaz. Uma luta que reduz-se ao “sentir-se bem” ou “não sentir-se bem”, do ponto de vista subjetivo, sucumbe à fraqueza e perde força política e capacidade de transformação⁴⁶.

Nesse sentido, Helena enumera alguns pontos para resistir à tentação autoritária dentro dos movimentos sociais: resistência ao essencialismo, às respostas prontas, à personificação da política, à emotividade e ao silêncio⁴⁶. Interessante ressaltar que se Helena está certa em ver o episódio de Karol e Lumena no BBB 21 como símbolos de um ativismo narcisista que carrega traços de uma “política do cancelamento”, é bem verdade, nesse sentido, que Karol e Lumena foram crucificadas por aquilo que elas mesmas alimentavam. O que acontece quando o (a) cancelador (a) é cancelado (a)?

Com suas atitudes no BBB 21, Karol Conká conseguiu perder shows, patrocínios e participações em alguns eventos antes confirmados. Após sair do reality, Karol teve um especial na Globoplay⁴⁷, onde refletiu sobre sua estadia no BBB 21 e deu entrevistas para algumas revistas. Vamos nos dispor de uma das entrevistas mais recentes que a mesma deu para a revista

⁴⁶ “Ativismo e tentação autoritária: Vida e Política”, 2016. Por Helena Vieira. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/9593/ativismo-e-tentacao-autoritaria-vida-e-politica>

⁴⁷ “A vida depois do tombo”, 2021. Por Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/a-vida-depois-do-tombo/t/XQhhKxgs1y/>

Capricho, na campanha do Setembro Amarelo (campanha pela prevenção do suicídio), em setembro de 2021⁴⁸.

Karol reconhece, após sair do reality, que errou com Lucas, Arthur e Carla, pessoas que também foram confinadas no programa durante a mesma edição que ela. Ela admite também ter sido uma canceladora dentro do programa, o que fez com que ela repensasse suas atitudes quanto ao ativismo também aqui fora. Ela continua dizendo que sempre pensou que o que se “cancela” são atitudes, nunca pessoas, pois “se a gente sair cancelando todo mundo que erra, não vai sobrar ninguém no planeta”⁴⁸.

Karol também esclarece que é um peso carregar a representatividade de ser uma mulher negra cantora e feminista: o peso de não poder errar em nenhum momento. Nesse sentido, Karol relata que vê na “cultura do cancelamento”, e nos mecanismos de “descancelamento” (quando uma figura que já foi cancelada consegue novamente voltar à mídia e ao trabalho de antes do cancelamento), um racismo sistêmico que fabrica quem é efetivamente cancelado e quem não é.

Esse racismo, para Karol, fica evidente quando se analisa um cancelamento promovido contra uma pessoa negra e contra uma pessoa branca: “um artista branco pede desculpa e já é desculpado em seguida; e no meu caso e no caso de outras pessoas pretas, parece que a gente tem que ficar cumprindo uma sentença, mesmo que na justiça real não tenha nada para responder, ainda sim o público faz disso um circo”⁴⁸.

A cantora revelou que se machucou bastante com o episódio, ainda mais por perceber que machucou e foi rude com outras pessoas, e pior, com outras pessoas negras como ela. Revelou também que precisou passar por um processo terapêutico bastante introspectivo e isso foi primordial na busca de tentar entender o que aconteceu e curar suas dores para que não pudesse mais reproduzir esses erros: “no fundo todo mundo é (vilão) quando se sente acuado”⁴⁸. Sobre o processo do seu cancelamento ter elementos racistas, a mesma responde:

Existem aqueles que acham que esse tema do racismo é uma muleta para eu escapar da responsabilidade dos meus atos. E não é. A gente tem que saber separar. Eu reconheço as minhas falhas, reconheço onde errei. E reconheço também minha luta, minha força e minha contribuição para a cultura brasileira. Me disseram que o público iria cobrar das artistas mulheres pretas e falar: ah, você deve ser igual a Karol. A gente não vê isso em perfil de artista branco quando uma branca

⁴⁸ “Karol Conká e a cultura do descancelamento e o racismo” disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Iarf1wx19JM>. Para mais debate ver: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/a-lacracao-do-autoritarismo-do-linchamento-ao-descancelamento-online/>

erra. Ficar comparando artistas do mesmo gênero musical, achando que “ah, ela deve ser igual a Karol”. Isso é racismo. Você achar que uma preta é igual a outra porque é preta? É racismo. Você achar que a preta que errou e está pedindo desculpas, está fingindo? É racismo. Porque você não consegue ver genuidade, humanidade na pessoa preta. Você quer ver ela ser a vilão. O racismo quer isso⁴⁸.

Essa fala de Karol tem muita relação com o posicionamento de Murilo Araújo, Érico Andrade e Fabiana Moraes, já expostos aqui, sobre como que o cancelamento pode revelar estruturas de opressões através dos marcadores sociais. Por outro lado, ambas as pessoas parecem concordarem que a narrativa de que o cancelamento pode reproduzir essas estruturas não isenta da necessidade de que é preciso mecanismos que permitem a responsabilização de discursos e práticas nas redes.

5.4 O QUE AS CONTROVÉRSIAS NOS DIZEM SOBRE O CANCELAMENTO?

Após expor algumas controvérsias mediante os discursos que se proliferam no debate público acerca do cancelamento, vamos pensar agora quais as especificidades dessas controvérsias e o que elas podem nos dizer sobre a dinâmica do cancelamento.

As controvérsias que envolvem o cancelamento parecem nos dizer algumas coisas. 1º) elas não parecem estar somente nas mídias digitais; 2º) a internet e a arquitetura técnica nos possibilitam algumas atividades e também nos impedem de realizar outras, pois agentes não-humanos interferem no campo mediante a discussão sobre algoritmos já exposta nesse trabalho. Essas duas pontuações são muito importantes de serem consideradas em pesquisas sobre as mídias digitais e o cancelamento.

Dito isso, convém também elucidar o conteúdo das controvérsias que explicitamos aqui. Parece-me não haver consenso sobre a natureza dessa “onda” de cancelamento nas mídias digitais e também fora delas. A narrativa de que o cancelamento é algo bastante perigoso para a liberdade de expressão e o debate de ideias, contrasta com o posicionamento de que o cancelamento nada mais é do que o mecanismo que grupos minoritários podem usar para fazer escutar as suas pautas legítimas e suas demandas por reconhecimento.

Por outro lado, enquanto alguns posicionamentos se referem à deturpação do processo de descolonização (tão importante para a antropologia e as ciências sociais⁴⁹) juntamente com

⁴⁹ A descolonização se insere em um debate sobre pós-colonialidade, ferida colonial, decolonialidade, ou ainda contra-colonialidade, em que advogam pela necessidade da desconstrução dos mecanismos de reprodução incessante e cotidiana das repercussões dos processos de colonialismo em países colonizados. Nesse sentido, a reavaliação do currículo escolar, entre outras práticas, na busca pela desconstrução do epistemicídio, é um dos elementos propostos por esses movimentos (AMORIM et. al, 2019).

a profusão da figura do *influencer* e *youtuber* à origem dessa prática, outros não conseguem nem sequer ver o cancelamento enquanto uma prática estruturada, defendendo que o “cancelamento” real se dá justamente contra os grupos oprimidos que durante séculos são invisibilizados e tem sua “liberdade de expressão” negada, assim como direitos básicos.

Outras controvérsias giraram em torno da percepção de um certo individualismo que estaria guiando os cancelamentos e que revelaria a relação do neoliberalismo com os movimentos “identitários”. Segundo Haider (2019), esses processos de individualização que os movimentos sociais vêm passando não é algo aleatório, mas fruto das armadilhas do conceito de identidade. Para ele, há uma atmosfera reducionista na academia e nos movimentos sociais:

Na academia e nos movimentos sociais, nenhuma contestação séria surgiu contra a cooptação do legado antirracista. Intelectuais e ativistas permitiram que a política fosse reduzida ao policiamento da nossa linguagem, à questionável satisfação de provocar culpa nos brancos, enquanto as estruturas institucionais de opressão racial e econômica permanecem (HAIDER, 2019, p. 43).

Portanto, convém expressar a complexidade com que o cancelamento está envolto: em um cenário bastante disputado em que políticas “identitárias” muitas vezes são confundidas com demandas meramente individualistas, enfraquecendo, muitas vezes, a luta coletiva por reconhecimento de direitos e dignidade. Até que ponto o “cancelamento” pode ser usado como estratégia política eficaz e até que ponto este não é somente uma expressão desse individualismo que tem adentrado facetas da sociedade e também dos movimentos sociais?

O impacto dos marcadores sociais nas dinâmicas de “cancelamento” e também de “descancelamento” foi algo que também apareceu nas controvérsias, o que por vezes podem reproduzir relações de poder de forma muito evidente. Segundo Velho (2013), a distribuição do poder social é importante de ser considerado em episódios que a categoria de acusação está inserida (como é o caso do cancelamento): “só se pode compreender a lógica das acusações a partir destas constatações sobre a natureza da distribuição de poder social. Em função disso é que se torna possível perguntar: quem acusa quem? Quando uma pessoa é acusada? Qual a eficácia das acusações?” (VELHO, 2013, p. 48). Ou seja, o cancelamento também pode nos revelar camadas de distribuição desigual do poder e considerar isso é essencial para a compreensão do fenômeno.

Até a própria definição da natureza do “cancelamento” é algo em disputa no campo: para alguns, o cancelamento se qualifica enquanto uma cultura, para outros enquanto uma prática que ora pode enquadrar pessoas anônimas, ora pessoas famosas. Existem

posicionamentos que veem o cancelamento somente quando há o ato apenas contra pessoas famosas, outros concebem tipos de cancelamentos que, inclusive, manifestam essa desigualdade social até na forma com que o julgamento ou acusação, motor do cancelamento, acontece. Ainda em algumas narrativas, o cancelamento parece se conceber somente quando há uma espécie de identificação, mesmo que de forma oposta, entre cancelador e cancelado: ou seja, o cancelamento só ocorreria se fosse contra pessoas influentes no nicho que representa pautas sociais “identitárias”.

A relação entre linchamento virtual e cancelamento também foi manifestada nas controvérsias expostas. Para alguns atores, o cancelamento e linchamento virtual são conceitos muito próximos um do outro, exercendo diferenciação apenas na dimensão do nível de consequência do ato em si; outros veem o cancelamento como sendo algo diferente do linchamento, pois o segundo carregaria uma ideia de perseguição e julgamento bastante radical e de forma abrupta, ideia essa que não estaria, necessariamente, nos episódios de cancelamento (que serviria para chamar atenção de empresas, marcas ou personalidades para discursos de ódio e práticas de violência que não seriam mais toleradas numa sociedade como a nossa).

Em contrapartida, por ser um fenômeno atual em sua nomenclatura e disposição, o cancelamento tem pouca literatura. Dois livros atuais foram publicados sob o ponto de vista do direito e da psicologia (RONSON; KOHNERT, 2015; ROCHA; JOSÉ, 2021). Além disso, os trabalhos sobre a temática são bastante recentes e mais voltados para a área do direito, comunicação social e publicidade e propaganda (HABCKOST; AYMONE; TONDO, 2021; SILVA, 2021; SOUZA; SOUTO, 2021; INOCÊNCIO; REBOUÇAS, 2021; MARTINS; CAMARGO, 2021; OLIVEIRA, 2021; CARMO, 2021). Cinco destes são em contexto de análise sobre o BBB21 e o episódio envolvendo Karol Conká. Os outros dois são uma análise mais jurídica que concebe o cancelamento como perigo para a sociedade e a democracia. Em que pese as necessárias interlocuções que precisamos fazer com essa literatura ainda emergente (em que cito apenas como norte para posteriores pesquisas), é mais que necessário que as ciências sociais se aproprie desse tema pois, como vimos, é um tema que tem muito que ver com os debates sobre cibercultura, movimentos sociais, guerras culturais e estratégias políticas.

6. CONCLUSÕES – ABERTURA PARA O CAMPO

É notória, portanto, a importância que o tema do cancelamento, termo êmico do campo aqui analisado, ganhou no cenário público nos últimos anos. Concebendo-se enquanto uma categoria com múltiplos significados, o cancelamento pode estar associado à múltiplos atores políticos e desencadear várias ressonâncias, podendo ser analisado por várias áreas do conhecimento. O presente trabalho, considerando esse campo bastante heterogêneo, objetivou investigar o cancelamento quando relacionado a temáticas e pautas dos movimentos minoritários, por considerar que as ciências sociais têm muito a contribuir com o fenômeno.

Fora as controvérsias e disposições já expressadas aqui, alguns exemplos da relevância da temática podem ser expressados na mídia e até em provas de vestibulares. Algumas páginas na rede social Instagram, por exemplo, estão propondo estudar a “cultura do cancelamento”⁵⁰. Já na cultura pop, o tema foi até tema de música em “A Queda”, da cantora Drag Queen Glória Groove⁵¹, muito inspirada no episódio de Karol Conká no BBB21. Além disso, recentemente, em dezembro de 2021, o cancelamento foi tema da redação do Vestibular 2022, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)⁵², o que mostra, mais uma vez, a pertinência do debate que propusemos fazer aqui.

Expressando algo muito maior do que seus episódios parecem denotar, o cancelamento nos traz complexas redes de significados para, 1º, análise e reflexão sobre a internet e seus mecanismos de controle do debate público; 2º), reflexão sobre as guerras culturais brasileiras; e, 3º), reflexão sobre essencialismo político e os movimentos sociais, suas estratégias, dilemas e autoimagem nesse cenário.

Esse trabalho, nesse sentido, se propôs a percorrer o tema do cancelamento de modo responsável, procurando, de forma exploratória, entender quais as camadas de complexidade que esse tema coloca para a cultura política brasileira e seus desdobramentos. É bom que se diga que, apesar de não explicar um número variado de casos de cancelamento, tentou-se elucidar que o cancelamento não parece ser restrito a um único movimento social, muito pelo

⁵⁰ Como o projeto “Vozes”, ver em: <https://www.instagram.com/pluralidadedevozes/>

⁵¹ A música tem uma estética circense e carrega uma mensagem profunda sobre o “quanto a sociedade pode ser cruel e sádica diante de um momento de vulnerabilidade de qualquer pessoa”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpxrvcYDnf4>

⁵² Postagem no Instagram oficial da UNICAP – “O tema da redação do primeiro dia de provas do Vestibular 2022 da Unicap foi acerca do direito de opinião e da cultura do cancelamento. Assunto atualíssimo e que exige uma importante reflexão de todos nós”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXWCKorLuq7/>

contrário, os episódios de cancelamento parecem colocar em pauta conceitos e debates presentes nos variados movimentos sociais minoritários: feminista, negro, LGBTQIA+, indígena, pessoas com deficiência, etc, como os conceitos de “lugar de fala” e “apropriação cultural” demonstram.

A escolha por condensar uma investigação de um episódio de cancelamento em seus termos e controvérsias, que foi o caso da Lilia Schwarcz, junto com a disposição, em um segundo momento, das controvérsias acerca do tema do cancelamento no debate público, separando em opiniões de acadêmicos/as, membros dos movimentos sociais e um caso de cancelamento bastante ilustrativo que repercutiu imensamente no Brasil (que foi o caso de Karol Conká e Lumena Aleluia no BBB 21); foi estrategicamente pensada visando as potencialidades e os limites de um trabalho de conclusão de curso tanto em sua extensão quanto em sua necessária qualidade. Espero ter conseguido explicar, de forma exploratória, as complexidades importantes que o tema confere às ciências sociais com essas escolhas metodológicas e também teóricas.

Além disso, a também escolha por qualificar todas as pessoas interlocutoras, inclusive o próprio pesquisador, em seus marcadores sociais em termos de raça e gênero (enquanto categorias socioculturalmente construídas), revela uma preocupação da presente pesquisa com a questão da enunciação e do Lugar de Fala enquanto categoria que conclama a discussão antropológica sobre a multiplicidade dos pontos de vistas e não está afeita à negação do debate baseado nesses marcadores sociais. Essa demarcação foi importante por tratarmos de casos em que essas duas questões (de gênero e raciais) estavam visivelmente presentes e sendo debatidas, nos permitindo pensar sobre as relações entre esses enunciados. Vimos com isso que nem sempre os posicionamentos acerca do cancelamento se associaram a um lado ou a outro (contra ou a favor), do espectro racial ou de gênero, apesar que mais interlocutores negros tenderam a questionar se o cancelamento realmente seria um problema para a “liberdade de expressão”, comparado a interlocutores brancos. Entretanto, a maioria das pessoas envolvidas nos episódios e posicionamentos explorados veem a importância de falar sobre a temática do cancelamento, independentemente do gênero ou categoria racial em que estão circunscritos. Isso nos revela que o cancelamento é algo complexo, onde reflexões por variados pontos de vistas e percepções são essenciais para aprimorar e aprofundar o debate.

Seja em forma de boicote (muito decorrente da cultura do consumo) ou críticas condenatórias e acusatórias contra personalidades, pessoas anônimas ou mesmo empresas, o

cancelamento tem mobilizado bastante o espaço público. É importante conceber também, e que não teve como ser devidamente trabalhado nessa pesquisa, o trabalho da rede Sleeping Giants, que aqui no Brasil tem feito um trabalho de desmonetização de personalidades e/ou empresas que propagam discursos criminosos e de ódio, além de Fake News⁵³. Talvez não se enquadrando em uma perspectiva habitual de “cancelamento”, essa prática de desmonetização seja um tipo de cancelamento que pode realmente dar frutos para a luta política, por investir em resultados práticos estruturais, em ciberativismo, e não somente em acusações e estratégia política puramente individual.

Entre aqueles posicionamentos no espaço público que vê o cancelamento com maus olhos, a narrativa de ser uma estratégia (usada de forma consciente ou até mesmo de forma não esperada) individualista está no cerne da discussão. O debate acerca da apropriação/assimilação neoliberal nos movimentos sociais é sem dúvidas importante nesse cenário. Entretanto, se torna igualmente importante o debate acerca da necessária interseccionalidade, conceito-ação essencial para qualquer debate com referência aos movimentos sociais: se os movimentos minoritários estão sendo assimilados pela máquina liberal em seu ímpeto individualista de fazer política, é preciso perguntarmos até que ponto o movimento de classe se dispôs, de forma a acrescentar e dialogar, com os movimentos minoritários? Se a interseccionalidade é necessária para os movimentos que lutam pelo reconhecimento, ela também é essencial para os movimentos de classe, que por vezes culpabilizam os movimentos “identitários” pelas mazelas com que a esquerda política está colocada, sem fazer uma autocrítica sobre suas estratégias e propósitos para o século XXI. Talvez assim poderemos entender quais os caminhos que precisamos percorrer para unificação das lutas sociais em um cenário de completa crise das mesmas.

Outros aspectos que abrem espaço para mais pesquisas no tema do cancelamento são justamente o pensar sobre, 1º) quais as origens contextuais e os critérios de definição de um cancelamento? 2º) o que diferencia o troll, o hater, o stalker, o cyberbullyng e o cancelamento?⁵⁴ 3º) o que o ambiente virtual pode nos trazer de instrumentos para pensar o cancelamento envolto em processos de engajamento e viralização, próprios das mídias sociais digitais? 4º) qual a

⁵³ Site oficial do Sleeping Giants disponível em: <https://sleepinggiantbrasil.com/>

⁵⁴ Explorar essa dimensão talvez nos ambiente melhor no terreno da internet onde esses termos são usados e nos enderece melhor para as especificidades do cancelamento.

relação do mecanismo do exposed⁵⁵ e da derrubada de estátuas e monumentos históricos que acontecem em diversas partes do mundo⁵⁶, com a dinâmica do cancelamento? 5º) qual o impacto que o ambiente político brasileiro, envolto em polarizações muitas vezes tóxicas, pode provocar em episódios de cancelamento? 6º) quais os tipos e performatividades desses processos de cancelamento?

Além disso, convém também pensarmos sobre outros aspectos que permeiam esse debate: 7º) O que as categorias de acusação, sentença condenatória, julgamento e culpabilização, presentes no episódio de Lilia Schwarz exposto, podem nos revelar sobre esse debate? 8º) quais tipos de percepções o cancelamento traz no cenário público? Serão essas percepções homogêneas ou, a depender da extrema politização de um cancelamento (que parece ser comum em tempos de “guerras culturais”), um cancelamento pode elencar repercussões diferenciadas, o que pode, em determinados casos, aumentar a visibilidade do “cancelado” ou invés de diminuir sua influência? – um caso emblemático é o recente cancelamento do jogador de vôlei Maurício Souza, que fez post de teor homofóbico nas redes, foi demitido do clube por pressão de patrocinadores e viu, em sentido contrário do que o cancelamento habitualmente provoca, seu número de seguidores passar de 200mil para mais de 2 milhões dentro de duas semanas, ao ter apoio de personalidades e políticos à direita bolsonarista⁵⁷ e inclusive, recentemente, do próprio presidente Bolsonaro, o que fez Maurício estar pensando até em se lançar na política institucional⁵⁸, além de também ter tido apoio do apresentador Sikera Júnior, que também se envolveu em um outro caso de homofobia e apesar de perder patrocinadores, segue com o seu programa na Rede TV⁵⁹. 9º) Quais os mecanismos de “descancelamento” e o que eles podem nos revelar sobre as complexidades e desigualdades baseadas nos marcadores sociais e, inclusive, posições políticas, presentes nas dinâmicas de cancelamento?

⁵⁵ “Depois da lacração e do cancelamento, ‘exposed’ é a moda da vez das redes”, 2020. Por Eduardo Vanini – O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/gente/depois-da-lacrao-do-cancelamento-exposed-a-moda-da-vez-nas-redes-24512104>

⁵⁶ “Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica?”, 2020. Por Sabrina Brito – Veja. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatuas-vandalismo-ou-reparacao-historica/>

⁵⁷ “Maurício Souza chega a 2 milhões de seguidores e diz que já negocia com novo clube de vôlei”, 2021. Por Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/jogada/mauricio-souza-chega-a-2-milhoes-de-seguidores-e-diz-que-ja-negocia-com-novo-clube-de-volei-1.3154195>

⁵⁸ “Maurício Souza se aproxima de políticos da direita e passeia com Bolsonaro”, 2021. Por Demétrio Vecchioli – Uol. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/11/22/mauricio-souza-se-aproxima-de-politicos-da-direita-e-passeia-com-bolsonaro.htm>

⁵⁹ “Às vésperas do dia do orgulho LGBTQIA+, Sikera Jr ostenta homofobia na TV”, 2021. Por Tony Goes – Folha de São Paulo. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/2021/06/as-vesperas-do-dia-do-orgulho-lgbtqia-sikera-jr-ostenta-homofobia-na-tv.shtml>

Dito isso, é importante que mais pesquisas sejam feitas acerca dessa dinâmica do cancelamento, que é apenas uma ponta do iceberg de muitas complexidades que envolvem ação política e as guerras culturais brasileiras. Embora possa parecer, o cancelamento não é algo restrito às redes e nem surgiu com a pandemia, como esse trabalho pretendeu mostrar. Até por isso mesmo, não nos parece ser o cancelamento uma dinâmica isolada ou tão passageira assim, sendo importante a sua densificação etnográfica, inclusive em seus efeitos não esperados ou pretendidos. Em termos éticos, esse campo de estudo nos permite perguntar: o que a categoria de acusação e de ressentimento nos revela sobre o cancelamento em seu contexto de emergência e disposição? Quais as ressonâncias que a dinâmica do cancelamento traz no debate acerca da potência das mídias digitais na mobilização política? O que os movimentos sociais podem aprender com as eventuais potencialidades e limites dessas práticas?

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.
- ALCÂNTARA, Livia Moreira. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, 2015.
- ALONSO, Angela, As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, v. 76, n. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 49, 2017
- AMORIM, José Pedro et al. Descolonização do currículo: ou de como não "perder de ganhar com a diversidade". **Rizoma freireano**, São Paulo, n. 27, 2019.
- BARNES, Conor. 2018. **Sad Radicals**. Disponível em: <https://quillette.com/2018/12/11/sad-radicals/>. Acesso em: 10/12/21.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BARTHE, Yannick; REMY, Catherine; TROM, Danny; et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, p. 84-129, 2016.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On Justification: economies of worth**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BOQUADY, Natália Ribeiro Levy. **Democracia e internet: os impactos das mídias digitais nas eleições gerais de 2018**. Monografia apresentada no curso de graduação em direito pela Universidade de Brasília UnB, Brasília, 82p., 2018.
- BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?**. São Paulo: Editora Todavia, 2017.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.
- CAMPELLO, Filipe. Axel Honneth e a virada afetiva na teoria crítica. **CONJECTURA: filosofia e educação**, Caxias do Sul, v. 22, p. 104-126, 2017.

CAMPOS, Roberta; GUSMÃO, Eduardo; MAURÍCIO JUNIOR, Cleonardo Gil. A disputa pela laicidade: uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 165-188, 2015.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rabello. Conceitos onto-políticos no pensamento de Gilles Deleuze: “minoria” como “devir-minoritário”. **Revista de ciências sociais - Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 15, pp. 21–28, 1999.

CARMO, Rayssa Pinheiro do. **Cultura do cancelamento nas redes sociais digitais: um estudo de caso dos cancelamentos da Gabriela Pugliesi e Karol Conká**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 3ed, 2008.

COLELLA, Ícaro; CENCI, Valeria Romanzini; DALBOSCO, Vagner. A relação entre debates eleitorais na TV e as redes sociais digitais: um estudo sobre o Twitter na campanha ao governo de Santa Catarina em 2018. In: **Anais XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre - RS – 20 a 22/06/2019**, p.1-16, 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0840-1.pdf>. Acesso em 10/12/2021

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976 [1966].

EFREM FILHO, R. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

EFREM FILHO, Roberto. À Queima-Roupa: rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 3, p. 30-48, 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos estudos culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 87-97, 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma; JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

FASSIN, Didier. On Resentment and Ressentiment: The Politics and Ethics of Moral Emotions. **Current Anthropology**, Chicago, Vol. 54, No. 3 (June 2013), pp. 249-267, 2013.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo. v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Deadly Words: Witchcraft in the Bocage**. Cambridge and Paris: Cambridge University Press and Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1980.

FERRAZ, Cláudia P; ALVES, André P. Da etnografia virtual à etnografia online. Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. In: **Anais do 41º Encontro Anual ANPOCS**, Caxambu-MG, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file>. Acesso em 10/12/2021

FISHER, Mark. **Capitalist Realism: Is There No Alternative?** Zero Books, UK, 2009

FISHER, Mark. **Ghosts of My Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures**. Zero Books, UK, 2014.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. Preface in: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**, New York, Viking Press, pp. XI-XIV, 1977. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf>. Acesso em 10/12/2021

FRAGOSO, Suelly; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, Jussara. Quando as emoções dão forma às reivindicações: percepções de justiça para líderes de Nova Iguaçu. Trabalho apresentado em ST na **31ª ANPOCS**, Caxambu – MG, Out 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st03-6/2757-jfreire-quando-as/file>. Acesso em 10/12/2021

FREITAS, Eliane Tânia. Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 42, p. 40-163, 2017.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos invisíveis: polêmicas recentes no Brasil sobre símbolos religiosos em recintos estatais. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. I, p. 77-105, 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

GOLDMAN, Marcio. Políticas e subjetividades nos “novos movimentos culturais”. **Ilha Revista de Antropologia**, Santa Catarina, v. 9, n. 1, 2, p. 008-022, 2007.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social – ANPUH**, Natal – RN, 22-26 de Julho de 2013. Disponível em:

http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364845981_ARQUIVO_MonicaGrinartigoressentimentoanpuh.pdf. Acesso em 10/12/2021

HABCKOST, Gabriela; AYMONE, Betina; TONDO, Rômulo. “Humilhação não é entretenimento”: o debate sobre saúde mental no BBB21. In: **Anais do VIII Seminário internacional de pesquisas em mídia e cotidiano**, p. 775 – 784. Niterói: UFF, 2021. Disponível em: http://designnaleitura.net.br/8sipmc/files/gt4_079_18181.pdf. Acesso em 10/12/2021

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. “Religião na esfera pública. Pressuposições cognitivas para o ‘uso público da razão’ de cidadãos seculares e religiosos”. In: HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HAIDER, Asad. **Armadilhas da identidade: Raça e Classe nos dias de hoje**. São Paulo: Ed Veneta, Col Baderna, 2019. Trad Léo Vinicius Liberato.

HALL S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial uoc, colección nuevas tecnologías y sociedad, 2004.

HOHLFELDT, Antonio. Estudos culturais, pós-modernidade e teoria crítica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed34, 2003.

INOCÊNCIO, Luana; REBOUÇAS, Davi. Já que é pra tombar, TOMBEI!: cultura do cancelamento, o tribunal da internet e representação de marcas nos memes do “close errado” de Karol Conká no BBB 21. In: **Anais do VIII Seminário internacional de pesquisas em mídia e cotidiano**, p. 785 – 795. Niterói: UFF, 2021. Disponível em: http://designnaleitura.net.br/8sipmc/files/gt4_080_18213.pdf. Acesso em 10/12/2021

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR & BORDO. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: editora Rosa dos Tempos, 1988.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JIMENO, Myriam. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 99-121, 2010.

JUNGBLUT, Airton Luiz. Cibercontecimentos. Reflexões etnográficas sobre o extraordinário no mundo on-line. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 361-372, 2011.

JUNGBLUT, Airton Luiz. Práticas ciberativistas, agência social e cibercontecimentos. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, n. 45, p. 13-22, 2015.

- KEHL, Maria R. “Introdução”. In: **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2ª Reimpressão da 4ª Edição (2011), 2015.
- KEHL, Maria R. O ressentimento camuflado na sociedade brasileira. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 7, p. 163-180, 2005.
- KOZINETS, Robert V. Netnography 2.0. In: BELK, Russell W. **Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing**. Cheltenham-London: Edward Elgar Publishing, 2007.
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ed., 2006.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.
- LE BRETON, David. **As Paixões Ordinárias: Antropologia das Emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LEITÃO, Débora K; GOMES, Laura G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica**, Niterói, n. 42, 1 sem. 2017, p.41-65, 2017.
- LE MOS, André. Cartografia de Controvérsias. In: **A comunicação das coisas. Internet das coisas e teoria ator-rede**. São Paulo: Annablume Editora (Coleção ATOPOS), 2013.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.
- LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- LUTZ, Catherine. What matters. **Cultural Anthropology**, Cambridge, v. 32, n. 2, p. 181-191, 2017.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olympio. 2002.
- MACEDO, Karen Tank Mercuri. **Linchamentos virtuais: paradoxos nas relações sociais contemporâneas**. Dissertação de mestrado em ciências humanas e sociais aplicadas. Limeira, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016.
- MARCONDES, N. A. V. & BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, jul, 2014.
- MARTINS, Jéssica da Rosa Quadros; CAMARGO, Michele Machado Segala. Os caminhos perigosos da “cultura do cancelamento”. In: **Anais do XVII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/21438>. Acesso em 10/12/2021
- MARTINS, José. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 12.ed, 2010.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizadora**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

MONTERO, Paula. Jürgen Habermas: Religião, Diversidade Cultural e Publicidade. **Novos Estudos**, São Paulo, nº 84: 199-213, 2009.

MONTGOMERY, Nick; BERGMANN, Carla. **Joyful Militancy: Building Prospective Resistance in Toxic Times** (Anarchist Interventions). California: AK Press, 2017.

MORAES, Renato. Teoria do Reconhecimento e Movimentos Sociais: o potencial de transformação de ações coletivas moralmente motivadas. **Interações**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 66-80, 2006.

MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris Editora, 2018.

NOVELI, Marcio. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet?. **Organizações em Contexto**, São Paulo, Ano 6, n. 12, jul-dez/2010.

OLIVEIRA, Matheus Pimenta de. **Auge e cancelamento: análise de narrativa do Big Brother Brasil e seus impactos na publicidade**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda. Natal: UFRN, 2021.

PEREIRA, Marcus, A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: **Anais do IV Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (IV COMPOLÍTICA)**, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>. Acesso em 10/12/2021

POLIVANOV, Beatriz B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, Brasília, v. 1, n. 3, jul-dez, 2013.

PONTES, Beatriz, M, S. Movimentos sociais na América Latina: Da teoria à realidade. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 04, n. 01, 2015.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Polén livros. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O Preço da Palavra: a hegemonia do capitalismo eletrônico-informático e o googleísmo. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 5, p. 18-45, 2018.

RISÉRIO, Antônio. **Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária**. Rio de Janeiro: Editora: Topbooks, 2019.

ROCHA, Marcelo Hugo da; JOSÉ, Fernando Elias. **Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

ROLEMBERG, Igor. Ritual, emoções e engajamento militante: a produção em ato da mística na romaria dos mártires da floresta em Nova Ipixuna/PA. **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, v. 64, 2021

RONSON, Jon; KOHNERT, Mariana. **Humilhado: como a era da internet mudou o julgamento público**. Rio de Janeiro: Bestseller, 2. Ed, 2015.

RÖTTGER-RÖSSLER, Birgitt. Emoção e Cultura: Algumas questões básicas. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.7, n.20, pp.177 a 220. Agosto de 2008.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História** (Trad. de Bárbara Sette). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SENA, Ercio. Limites do discurso identitário na disputa eleitoral. **RuMoRes**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 34-57, 2019.

SILVA, Enrico Paternostro Bueno. Moralidade intersubjetiva e política passional: abordagens sobre a dimensão emotiva da luta social. **Perspectiva Filosófica**, Recife, vol. 43, n. 2, 2016.
SILVA, Suê Elizabeth Cardoso da. **Um olhar analítico comportamental sobre a cultura do cancelamento nas interações online: uma análise a partir do Big Brother Brasil 21**. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia. São Luís: Centro Universitário UNDB, 2021.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Hackers, monopólios e instituições panópticas: elementos para uma teoria da cidadania digital. **Líbero**, São Paulo, Ano IX ,n. 17, p. 73-81, jun, 2016.

SOUZA, Igor Gonzaga; SOUTO, Gabriella de Oliveira. **Impactos jurídicos e políticos da cultura do cancelamento e linchamento virtual sobre os direitos fundamentais**. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Contagem: Centro Universitário UNA, 2021.

SZTOMPKA, Piotr. Os Movimentos Sociais como Forças de Mudança. In: **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ed, 2005.

VELHO, Gilberto. Acusações: Projeto familiar e comportamento desviante. In: **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011.

VICTORA, Ceres; COELHO, Maria C. Apresentação: A Antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. **Horiz. Antrop.**, Porto Alegre, ano 25, n.54, p7-21, 2019.

WELTMAN, Fernando, L. Democracia e Revolução Tecnológica em tempos de cólera: Influência Política Midiática E Radicalização Militante. In: **Anais do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA)**, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, p.1-22. de 22 a 24 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT1-lattman-weltman.pdf>. Acesso em 10/12/2021